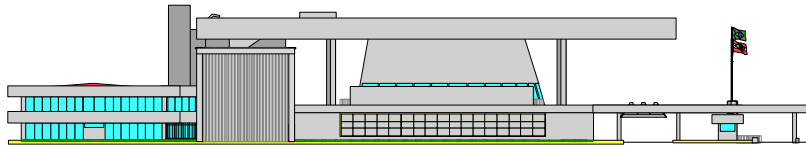


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLIX

FLORIANÓPOLIS, 04 DE MAIO DE 2000

NÚMERO 4.735

14ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Paulinho Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

BRASILEIRO
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Ronaldo Benedet

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Julio Garcia

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Sandro Tarzan

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Jaime Duarte

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES E DE MÉRITO

COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Onofre Santo Agostini - Presidente
Neodi Saretta - Vice Presidente
Jaime Duarte
Nilson Gonçalves
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Ronaldo Benedet
Ivan Ranzolin
Reno Caramori

Reuniões Ordinárias:
Terças-feiras, às 8:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

João Rosa - Presidente
Rogério Mendonça - Vice Presidente
Valmir Comin
Francisco de Assis
Julio Garcia
Antônio Ceron
Reno Caramori
Nelson Goetten
Gelson Sorgato

Reuniões Ordinárias:
Quartas-feiras, às 8:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA

Moacir Sopelsa - Presidente
Sandro Tarzan - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Milton Sander
Clésio Salvaro
Pedro Uczai
Nelson Goetten de Lima

Reuniões Ordinárias:
Quartas-feiras, às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Jaime Duarte - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Francisco de Assis
Herneus de Nadal
Narcizo Parisotto
Lício Silveira
Nilson Gonçalves

Reuniões Ordinárias:
Quintas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TURISMO E ECONOMIA

Francisco de Assis - Presidente
Cesar Souza - Vice Presidente
Jorginho Mello
Milton Sander
Ivan Ranzolin
Ivo Konell
Ronaldo Benedet

Reuniões Ordinárias:
Terças-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Ciro Roza - Presidente
Manoel Mota - Vice Presidente
Altair Guidi
Valmir Comin
Volnei Morastoni
João Rosa
Romildo Titon

Reuniões Ordinárias:
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Joares Ponticelli - Presidente
Ideli Salvatti - Vice Presidente
Cesar Souza
Altair Guidi
Sandro Tarzan
Rogério Mendonça
Narcizo Parisotto

Reuniões Ordinárias:
Terças-feiras às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Nelson Goetten - Presidente
Julio Garcia
Volnei Morastoni
Altair Guidi
Jorginho Mello
Ivon Konell
Manoel Mota

Reuniões Ordinárias:
Quartas-feiras, às 9:30 horas

COMISSÃO DE MÉRITO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Ideli Salvatti - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
João Henrique Blasi
Jaime Mantelli
Onofre Agostini
Afonso Spaniol
Herneus de Nadal

Reuniões Ordinárias:
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, EFICÁCIA LEGISLATIVA E REDAÇÃO DE LEIS

Jaime Mantelli - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Julio Garcia
João Henrique Blasi
Ideli Salvatti
Odete de Jesus
Moacir Sopelsa

Reuniões Ordinárias:
Quintas-feiras às 11:00 horas

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO IX - NÚMERO 1128 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 029ª Sessão Ordinária realizada em 02/05/20002 Ata da 30ª Sessão Ordinária realizada em 03/05/200013 Ata da 004ª Sessão Especial realizada em 04/05/200025 Ata da 031ª Sessão Ordinária realizada em 04/05/200031</p> <p>Atos da Mesa Resoluções32</p> <p>Publicações Diversas Atas das Comissões Permanentes36 Ata da Procuradoria.....37 Decreto Legislativo37 Extrato37 Ofício.....38 Portarias38 Requerimento.....39</p>

PLENÁRIO

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 02 DE MAIO DE 2000

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: Projetos de Lei:

- de autoria do senhor Deputado Cesar Souza, que institui campanha de vacinação anual contra a gripe, a ser realizada por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde;

- de autoria do senhor Deputado Cesar Souza, que dispõe sobre a presença de acompanhante nas internações nos hospitais da rede pública e conveniada do Estado de Santa Catarina e dá outras providências;

- de autoria do senhor Deputado Cesar Souza, que autoriza a instituição de estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade e dá outras providências;

- de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira, que declara de utilidade pública o Grupo de Voluntários do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, com sede e foro na Comarca e Município de Joinville;

- de autoria da senhora Deputada Odete de Jesus, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Assistência, Proteção e Orientação ao Menor - CAPOM - e dá outras providências.

Indicações:

- de autoria do senhor Deputado Ronaldo Benedet, solicitando providências ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras para a recuperação do asfalto da SC-450, que interliga a BR-101 aos Municípios de Praia Grande e São João do Sul;

- de autoria do senhor Deputado Ronaldo Benedet, solicitando providências ao Chefe do Poder Executivo Estadual para o mecanismo legislativo em prol dos ex-combatentes da II Guerra Mundial;

- de autoria do senhor Deputado Cesar Souza, solicitando providências ao senhor Governador do Estado, no sentido de alterar o Plano Plurianual 2000/2003 e o Orçamento/2000, incluindo dentre as prioridades a pavimentação asfáltica da SC-407, no trecho que liga o Município de São Pedro de Alcântara ao Município de São José;

- de autoria do senhor Deputado Clésio Salvaro, solicitando ao senhor Governador do Estado a implantação do Centro de Atendimento ao Cidadão no Distrito de Rio Maina, com intuito de viabilizar em um só local Celesc, Casan, 4ª DP, Justiça, etc.;

- de autoria do senhor Deputado Ronaldo Benedet, solicitando providências ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras para o término da pavimentação do trecho que interliga a comunidade de Mãe Luiza, Município de Criciúma, e o Município de Nova Veneza (SC-448/SC-447);

- de autoria do senhor Deputado Nilson Gonçalves, solicitando providências urgentes para melhorar a distribuição de água no Município de Araquari.

- Ofício nº 469/00, do Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar, em referência ao Ofício nº 257/00 desta Casa.

- Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Clésio Salvaro, que altera a Lei nº 11.150, de 16 de julho de 1999.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Nelson Goetten.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Nelson Goetten, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Herneus de Nadal, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Gelson Sorgato, por até dez minutos.

O S. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Dia do Trabalho, dia 1º de maio, foi marcado por manifestações em nível de Brasil, de mundo sobre a globalização e também sobre movimentos dos sem-terra procurando um pedaço do seu chão para sobreviver.

Houve também a manifestação dos caminhoneiros em todo o território brasileiro, pela falta de uma compreensão maior para esses que transportam os alimentos produzidos no Brasil ao exterior. Teremos também no próximo dia 8 o 7º Grito da Terra Brasil, etapa estadual 2000.

Isso leva a Fetaesc, que tem 227 sindicatos de trabalhadores rurais no Estado de Santa Catarina, em 17 regiões e em 44 macrorregiões, envolvendo mais de 200 mil famílias e um milhão de pessoas, a fazer o seu movimento no dia 8, aqui em Florianópolis, na praça em frente à Catedral.

Será uma manifestação pacífica, e para isso foram convidadas as autoridades estaduais, representantes das federações, enfim, todas as pessoas envolvidas com a agricultura, desde a Sua Excelência, o Governador do Estado, o Secretário de Estado, as federações e os sindicatos.

Eles trarão com eles uma pauta de reivindicações para os agricultores, como o Seguro Rural, o Fundo de Aval ao Pronaf, o auxílio às pequenas agroindústrias, agregando valor ao produtor rural, para a sua manutenção no campo, como também assistência técnica e extensão rural ao homem do campo, ao pequeno agricultor, ao Banco da Terra, procurando, através do Fundo de Terra, da Secretaria da Agricultura, fazer com que seja prorrogado o prazo para 20 anos a aqueles que adquiriram o seu pedaço de terra e que encontram dificuldades para a sua quitação.

A pesquisa agrícola, a comercialização de produtos agrícolas estão na pauta das reivindicações, além do benefício fiscal, que é o ICMS. Muito se fala em auxílio e apoio à agricultura, mas a carga tributária, hoje, imposta aos produtos alimentares está em torno de 32% - o Governo não abre mão dos seus impostos -, em profissionalização rural, em associativismo, em eletrificação rural, e aqui tem um dado em que eles pedem a participação do Governo do Estado.

Nós sabemos que é através do Governo Federal, que repassa os recursos com a Celesc, que pode ser implementado esse programa, com a participação do Governos Federal, Estadual e Municipal, do produtor rural e do Mercosul. E também para o trânsito de máquinas agrícolas que precisam ser transportadas nas rodovias, necessitamos do apoio da Polícia Rodoviária Estadual e Federal.

Há poucos dias nos manifestamos desta tribuna sobre a maneira como está procedendo a Secretaria Estadual da Saúde no atendimento fora de domicílio. Ela, agora, só busca pacientes em caso de oncologia, radioterapia e quimioterapia; o restante tem

que ser encaminhado através das Regionais, para entrar na fila para o atendimento. E hoje, quando se lê uma pesquisa em nível de Brasil, nós vemos que a Capital do Estado, Florianópolis, está numa colocação privilegiada, oferecendo quatro leitos por cada mil habitantes.

Nós não somos contra o atendimento a todos os cidadãos da Capital, mas é necessário que seja dado continuidade ao atendimento de balcão e encaminhado pelas Regionais de saúde, para que o agricultor possa ser assistido. E a Fetaesc está procurando fazer um trabalho para que todos possam ter o atendimento igualitário.

Este é o encaminhamento da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina. E temos aqui, por último, a Previdência Social, para o atendimento ao INSS, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ao serviço de despachante.

Nós gostaríamos aqui que todos os Parlamentares estejam presentes no dia 8 no movimento do 6º Grito da Terra, um grito pacífico, mais reivindicatório do que protesto, que é um direito do produtor rural, do cidadão.

Quando se fala desta tribuna em nome do produtor rural, daquele que produz alimentos, não há ressonância através dos meios de comunicação, pois ele não recebe a atenção devida das autoridades estaduais. Mas quando se fala na CPI do Narcotráfico, quando se fala nas falcatuas do Besc, quando se vai buscar dinheiro que se deve para o Ipsc, não se coloca dinheiro na área social ou na área de produção, para se evitar todos esses acontecimentos que geram menos riqueza e incômodo à sociedade catarinense.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que é importante que o 6º Grito da Terra tenha a participação de todos os Parlamentares. Que essa classe sofrida, que é a do agricultor, possa realmente ter uma atenção deste Parlamento, desta Assembléia Legislativa à altura daquele que, na sua propriedade, no campo, produz alimento para todos nós aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo esta tribuna no dia de hoje para me referir à publicação dos balanços relativos a 1998 e a 1999 do Banco do Estado de Santa Catarina.

Dezesseis meses foi o tempo que a atual administração estadual levou para publicar o balanço de 1998 com referência àquela instituição financeira. Numa votação polêmica, conturbada, o Parlamento catarinense, na sua maioria qualificada, votou pela federalização do Banco do Estado de Santa Catarina.

Ante à ameaça de que se o Banco não fosse federalizado seria de imediato liquidado e as pessoas que tinham valores depositados não teriam como reaver os depósitos, ou seja, em muitos casos a economia de uma vida inteira, nesse clima de apreensão e depressão extremada, sob todos os pontos e sob todos os aspectos, que o Banco do Estado de Santa Catarina foi federalizado, o que não deixa de ser um sofisma, porque a federalização é um passo, é uma etapa que conduz inevitavelmente à privatização do Banco dos catarinenses.

Em 31 de dezembro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Banco do Estado de Santa Catarina detinha um bilhão de poupança e um bilhão em depósito em suas contas. O banco tinha um patrimônio líquido de R\$300 milhões.

Quando o atual Governo assumiu, a diretoria do Banco iniciou uma fase sem precedentes de ações visando e objetivando à desmoralização desta instituição que é o orgulho e o fruto do trabalho do povo catarinense, a qual foi idealizada e criada para implementar, para fomentar o desenvolvimento e o progresso e a geração de renda.

Falava o dono do Banco ou o representante do dono do Banco, Presidente do Conselho de Administração e Secretário da Fazenda deste Estado, que havia um rombo de R\$800 milhões no Banco do Estado de Santa Catarina, que o banco estava quebrado, que a administração anterior, através de procedimentos de empréstimos, havia deteriorado a sua saúde financeira.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não se houve mais falar de rombo, até porque na CPI ficou demonstrado, com muita clareza, que todos os financiamentos durante a gestão do Governo do PMDB passaram à análise dos comitês, colegiado este composto até mesmo por servidores de carreira do próprio banco. E toda essa manifestação, que objetivou a venda e a federalização do Banco, causou um prejuízo monumental aos cofres públicos do Estado de Santa Catarina. E muito mais, Deputado Lício Silveira, a própria população catarinense é que vai pagar essa dívida!

Se o Governo quisesse vender, privatizar o Banco, se ele tivesse feito isso de uma forma direta, transparente, era só ter assumido a verdadeira proposta já acertada anteriormente com o Sr. Presidente da República.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governador, que já quebrou o Banco do Estado de Santa Catarina uma vez, porque sacou dinheiro dos seus cofres para atender às necessidades do Tesouro Estadual, que assumiu o Governo do Estado de Santa Catarina com R\$4 bilhões de dívidas, dívida mobiliária, pública, hoje já está proporcionando ao povo catarinense um endividamento de mais de R\$8 bilhões, sendo mais de R\$2 bilhões por conta do Besc, R\$500 milhões por conta do Ipsc e R\$300 milhões por conta da diferença da metodologia aplicada ao cálculo dos outros 300 milhões que também serão dívida para o povo de Santa Catarina.

Poderíamos falar da Cohab, do endividamento que passa da casa dos oito bilhões. Se fizermos, Deputado Neodi Saretta, uma projeção para os próximos três anos, com certeza o Governo que quebrou o Besc por duas vezes vai quebrar mais um record. E é o record do endividamento público do Estado de Santa Catarina.

Mas poderíamos falar de outras cifras. Um Governo que recebeu, depois de fazer todos os ajustes, até mesmo aqueles não permitidos, que não têm fundamento legal, um Banco com cento e três milhões de patrimônio líquido, um ano depois, Deputados, entrega o Banco ao Governo Federal com R\$1.800 milhões em patrimônio líquido.

Mas isso não é nada, Srs. Deputados: se nós pagássemos o salário para o servidor do Besc ficar em casa, se nós pagássemos o aluguel das agências, se mantivéssemos toda a estrutura, iríamos gastar R\$15 milhões por mês. No entanto, com esse financiamento, com esse empréstimo, com o endividamento de dois bilhões, Deputado Neodi Saretta, o Estado de Santa Catarina vai ter um custo mensal de mais de R\$30 milhões por mês, que o povo de Santa Catarina é que vai pagar. Aliás, o Governador do Estado está-se valendo de um dispositivo, que é o limite da receita.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Obrigado, Deputado Herneus de Nadal.

V.Exa. traz um assunto importante, obviamente não será esse breve aparte que nós iremos sintetizar o nosso pensamento. Mas não poderíamos deixar de registrar a atenção, eu diria até a chantagem que foi feita sobre a Assembléia Legislativa quando da votação da chamada federalização do Besc.

Dizia-se que era necessário federalizar imediatamente o Banco, sob pena de os pequenos poupadores perderem o seu dinheiro, que a Assembléia seria a responsável, e nós estamos percebendo ao longo desse tempo da demora da publicação do balanço, que tudo isso foi orquestrado para se conseguir a aprovação da federalização.

Então, Deputado Herneus de Nadal, ficou patente que não era verdade aquilo que se dizia sobre o Besc, que ele poderia ter continuado público, e, lamentavelmente, perdeu-se uma empresa, fruto da chantagem efetuada até mesmo com a Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Nós agradecemos, Deputado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Sr. Deputado Moacir Sopesla, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu queria abordar, hoje, desta tribuna um assunto que diz respeito à agricultura, especificamente sobre a suinocultura, mas depois de ter assistido aos jornais, eu percebi que não tem outro assunto que interessa mais ao povo de Santa Catarina do que o Banco do Estado de Santa Catarina.

Quando nós, as Bancadas de Oposição, dizíamos que a Assembléia Legislativa poderia cometer uma injustiça ao autorizar a federalização do Banco sem que se tivesse dados verdadeiros, concretos, estávamos certos.

Quando dizíamos que aqueles que tinham quebrado o Banco em tempos passados, tinham agora, quem sabe, a oportunidade de, mais uma vez, federalizar o Banco para depois vendê-lo, para o desespero dos catarinenses, nós estávamos certos.

Mas, Srs. Deputados, depois de lermos a coluna, ontem e hoje, dos jornalistas conceituados Moacir Pereira e Paulo Alceu, tivemos certeza de que amanhã ou depois as agências da nossa pequena Peritiba, da nossa pequena Ipira, da nossa pequena Arbutú, da nossa pequena Lindóia do Sul, com certeza, vão ser fechadas. E aí vem a se confirmar, Deputado Herneus de Nadal, aquilo que nós dizíamos: cachorro que come ovelha, quando não tem ovelha, ataca o pelego.

Então, Srs. Deputados, não podemos admitir que este Governo desperdice e jogue pela janela as coisas públicas, que os nossos antepassados construíram com muito sacrifício!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço V.Exa., Deputado Herneus de Nadal, que com certeza continuará aquele belo pronunciamento, aquele esclarecimento que fazia há poucos instantes.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nós agradecemos, Deputado Moacir Sopesla, a oportunidade, pois assim poderemos concluir parte do nosso pronunciamento, até porque a situação do nosso Banco será motivo de pronunciamento por muito tempo. E não só pronunciamento, a CPI tem a missão e o compromisso de responsabilizar aqueles agentes que causaram, através de depreciação, a federalização do Banco do Estado de Santa Catarina.

Mas o que me chama a atenção, Deputado Moacir Sopesla, com referência ao balanço de 98, é que durante os últimos anos sempre foi adotado o mesmo critério para a apropriação dos valores, dos números das contas.

Com relação ao balanço de dezembro, para imputar ao Governo passado a responsabilidade da venda do Banco, da federalização do Banco, alteraram-se os procedimentos. O critério foi outro. O que é mais impressionante ainda, Deputados - e aí que nós precisamos ter presente o sentimento da indignação -, é que no balanço de 99 foi detectado mais de 100 milhões de prejuízo por conta da depreciação, pela falta de captação dos valores, porque, na verdade, o Banco perdeu credibilidade. E aí não foi mais possível fazer captação e as despesas operacionais continuaram fixas, mas no ano de 99 mudaram novamente os critérios, sendo adotados só os dos balanços de 95, 96 e 97. Significa dizer que só para o balanço de 98 é que foi adotado um critério diferenciado.

Eu vou dar um exemplo, Deputado, se V.Exa. me permitir: o Banco do Estado de Santa Catarina tinha um crédito - ainda tem - de R\$15 milhões do Estado de Santa Catarina por serviços prestados. Nas alterações que o atual Governo fez no balanço de 98 ele retirou esse dinheiro lançando-o na conta-prejuízo. E agora, para encobrir o rombo, o prejuízo, ele não hesitou e lançou os mesmos serviços como prejuízo no balanço de 99, como uma receita, como uma entrada, como um lucro no Besc, alterando o balanço de 98.

Srs. Deputados, se o Banco deu um prejuízo de 200 milhões em 98, como quer comprovar o atual Governo, ele deveria ter lançado no balanço de 98 o crédito tributário, que nada mais é do que o pagamento antecipado que fez do Imposto de Renda, mas não o fez. Mas o mais impressionante é que o atual Governo pagou Imposto de Renda do prejuízo, pagou Imposto de Renda sobre 15 milhões de lucro, com referência ao balanço de 98, e quer fazer a população de Santa Catarina acreditar que de fato o Banco deu prejuízo.

Então, na verdade, Deputado Moacir Sopesla, o Governo enganou a população de Santa Catarina e enganou também os Deputados que votaram pela federalização do Banco. Mas causou com isto um prejuízo jamais visto.

Eu disse há uns dias em um debate que este Governo quebrou mais um recorde. Infelizmente, não é de obra, de realização e de atendimento à comunidade, mas é um recorde difícil de ser igualado. Ele quebrou, por duas vezes, o mesmo Banco e quer se eximir dessa culpa.

No entanto, hoje o ex-Presidente do Banco, Alair Bernardes, vai repetir aqui na coletiva aquilo que já disse na CPI: se não tiverem competência para administrar o Besc, o PMDB, com o contrato assinado, a nossa ex-diretoria, assume o Banco, até porque a instituição não quebrou e até hoje não foi injetado nenhum centavo, foi duas vezes a redesconto. Só havia ido a redesconto na primeira gestão do atual Governador e agora. Ele foi duas vezes a redesconto, devolveu o dinheiro para o Banco Central e está operando até hoje. O Banco não quebrou e não teve nenhum aporte de recurso.

Por isso mesmo nós precisamos deste sentimento de indignação, porque não se pode permitir que se trate a coisa pública, o patrimônio público de uma forma que não condiz com os dias de hoje e com a responsabilidade que deve ter um administrador público, um Governador de Estado.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço o seu aparte, nobre Deputado.

O Deputado Gelson Sorgato disse aqui que não temos recursos para a saúde, para a agricultura, temos dificuldades na educação, mas vemos que o dinheiro é jogado pela janela.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Nobre Deputado, é uma pena o que está acontecendo em Santa Catarina. Como disse o Deputado Herneus de Nadal, é um recorde. E se é um recorde, acho que o Governador tem de ir para o *Guinness Book*, porque é um recordista por conseguir quebrar o mesmo Banco por duas vezes.

É um absurdo o que se faz em Santa Catarina com a contabilidade de um Banco. A revista *Veja* desta semana traz um artigo de Stephen Kanitz, em que diz que não é a moeda de um País que precisa ser forte, é a contabilidade que deve ser forte e precisa.

Ora, a contabilidade que tem de ser forte e precisa não pode ser a contabilidade de um Banco que é manipulada para dar prejuízo, conforme os interesses políticos de um Governo! Para nós de Santa Catarina isto é triste.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço o seu aparte, nobre Deputado.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que assuma a Presidência para que este Deputado possa fazer uso do horário do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra o Deputado Gilmar Knaesel, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. Deputado Lício Silveira, que exerce a Presidência neste momento, Srs. Deputados, ocupo o espaço destinado ao PPB no dia de hoje para trazer ao conhecimento de V.Exas. e também deixar registrado nos Anais desta Casa os fatos lamentáveis que ocorreram na semana passada aqui neste Parlamento, quando a Assembléia Legislativa, por unanimidade dos seus Deputados, aprovou uma sessão solene que tinha como objetivo marcar os 500 anos do descobrimento do nosso País.

A assessoria da Casa, durante semanas, podemos dizer até meses, cuidadosamente trabalhou no sentido de fazer uma sessão solene que tivesse como objetivo o aspecto de resgatarmos as diversas etnias que compõem a sociedade brasileira e a sociedade catarinense.

Neste sentido foram feitos contatos, pesquisas, e trouxemos inúmeros grupos formados por jovens, crianças e adultos para que representassem aqui, no dia da nossa sessão solene, uma etnia. Ao mesmo tempo convidamos todas as autoridades constituídas, incluindo, principalmente, alguns que têm representação diplomática, como Embaixadores e Consules, que aqui vieram para participar daquele evento.

No momento em que estávamos para iniciar a sessão solene, fomos informados de que estava vindo à nossa Casa um grupo de manifestantes, com o objetivo de fazer a sua legítima e democrática manifestação sobre o movimento dos professores.

Imediatamente acionamos a assessoria militar para que fosse facilitada a entrada deles nesta Casa, como é de praxe e como não poderia ser diferente, porque aqui é a Casa do povo, onde todas as tendências políticas ou ideológicas têm representação e acesso. Essas pessoas, livremente, entraram no recinto, nas galerias da Casa, onde, já de início, sem respeitar a quem quer que fosse, começaram a fazer as suas manifestações com palavras de ordem contra a situação dos professores do nosso Estado.

Nós tentamos dar início à sessão. Quando convidamos as autoridades para que se postassem no seu lugar, todas elas, sem exceção, foram tratadas de forma, do meu ponto de vista, incorreta por parte dos manifestantes, sendo vaiadas quando chamadas para compor a mesa. Imediatamente tentamos dar um tempo no sentido de que a coisa pudesse ficar calma e que pudéssemos ter aqui a nossa sessão solene, que estava agendada, a qual tinha sido previamente marcada.

Infelizmente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a Presidência não teve outra alternativa a não ser encerrar a sessão solene, pois não tinha as mínimas condições de dar prosseguimento a ela, porque as crianças que aqui estavam ficaram assustadas com as palavras de ordem proferidas pelos manifestantes, sendo desrespeitadas, da mesma forma, as autoridades e a Presidência da Casa, que foi interrompida em todos os momentos em que queria fazer uso da palavra.

O Parlamento catarinense e os 40 Deputados, ao longo desta atual Legislatura, têm procurado, acima de tudo, resgatar o Poder Legislativo no que diz respeito à atuação dos Parlamentares, para que possam exercer a atividade-fim desta Casa com toda a dignidade e com todas as condições. E nós estamos fazendo um trabalho e um esforço neste sentido.

Toda vez que este Poder tem sido agredido por outros, nós temos nos manifestado e temos procurado firmemente a busca da independência e do fortalecimento do Poder. E neste momento, como Presidente e como Deputado, eu sinto que o Poder Legislativo foi agredido na sua essência, e não o Presidente apenas, mas todo o Parlamento, da forma como se conduziram os manifestantes que aqui vieram, que acabaram fechando uma porta.

Este Poder sempre foi parceiro de todos os segmentos que buscam aqui contato, que buscam abrir o caminho para as suas reivindicações. Mas neste momento, por parte da Presidência, eu sinto muito realmente dizer que as portas fecharam-se para a reivindicação do Magistério, porque da forma como foi tratado o Parlamento, aqui não é mais o caminho para que se busquem os encaminhamentos junto ao Poder Executivo. Se aqui vieram fazer protesto contra o Governador, o Vice-Governador e contra o Poder Executivo, este não era o local e nem o fórum adequado para tal.

Na parte da manhã teve ao longo da praça vários eventos patrocinados pelo Poder Executivo e nenhum manifestante esteve presente, nenhum professor ou alguém que represente os professores buscou lá o espaço para fazer as suas legítimas reivindicações, procuraram o local errado.

Neste final de semana, desde quinta-feira, os editoriais dos principais informadores de opinião do nosso Estado, dos principais articulistas políticos, deram o tom sobre o acontecido.

Quero aqui me reportar e faço questão que seja transcrito nos Anais da Casa a matéria Opinião, de domingo, que é assinada pelo jornalista Moacir Pereira.

(Passar a ler)

"Agressões ao Parlamento

Há muitas formas de esvaziar, enfraquecer e agredir o Legislativo. Há, também, diferentes maneiras de valorizá-lo e engrandecê-lo no conceito dos representados. O fortalecimento começa pela auto-estima. E disciplina.

Há 20 anos uma missão parlamentar catarinense realizou produtiva viagem à Europa. Seus membros foram submetidos à rigorosa fiscalização pessoal para terem direito de ingressar na Assembléia Nacional Italiana.

O rigorismo exigido aos que visitam o Capitólio, em Washington, não se restringe aos turistas. Autoridades internacionais também estão sujeitas às suas normas. Uma delas: é proibido falar durante as sessões. Na conservadora Inglaterra, proíbe-se que visitantes, sejam eles turistas ou convidados, entrem no vetusto Parlamento com máquinas fotográficas. As filmadoras não são sequer cogitadas.

Há cinco anos, missão governamental catarinense esteve na sede da Assembléia Nacional Francesa. Encontros foram marcados pela Embaixada do Brasil em Paris. Pois toda a comitiva, incluindo os jornalistas, teve acesso apenas à ante-sala dos Deputados, mediante prévia e rigorosa identificação.

Pois em Santa Catarina, a Assembléia Legislativa tem de cancelar uma sessão cívica, porque professores e estudantes invadiram as galerias. Inviabilizam o ato cultural com vaias, palavrões e até obscenidades.

O Parlamento perde quando seus membros vendem votos, praticam o descarado nepotismo e são fisiológicos. Mas também se desmoraliza quando substitui a disciplina pela baderna. Passivo, sem reagir.

Nas democracias do primeiro mundo, os presentes inclinam-se em sinal de respeito. Aqui, eles mostram as nádegas para os Deputados. Os manifestantes não feriram apenas as crianças e adultos de várias partes do Estado que ali estavam para mostrar as riquezas étnicas de um povo exemplar. Agrediram o Parlamento que tem sido sempre um grande aliado".

Também gostaria que fosse transcrito nos Anais desta Casa a opinião do jornalista Cláudio Prisco, do Canal Aberto no jornal A Notícia deste domingo.

(Passa a ler)

"Baderna e Equívoco

Profundamente lamentável a manifestação de protesto capitaneada pelos professores, na quinta-feira, durante sessão solene da Assembléia Legislativa. Crianças e grupos folclóricos se deslocaram de diferentes regiões do Estado, depois de minuciosa preparação para uma apresentação que acabou inviabilizada pelos manifestantes.

Além do desrespeito com as pessoas que enfrentaram a 101 para participar de uma sessão festiva dos 500 anos, o movimento do Magistério extrapolou os limites suportáveis quando alguns manifestantes (professores?) entraram no Plenário da Assembléia e baixaram as calças.

Ai já é caso de polícia!

Se a intenção dos professores era protestar contra o Governo, que ignora olímpicamente a greve, apostando no seu progressivo esvaziamento, erraram o endereço. Tinham que ter atravessado a Praça Tancredo Neves. Até porque o Legislativo tem se

revelado um parceiro dos movimentos reivindicatórios, fazendo a ponte com o Executivo. O Magistério seguramente perde esse interlocutor, ao atropelar uma iniciativa cívica. Os próprios professores fecharam as portas da Assembléia, que sempre atuou como Poder moderador.

Politicamente, os professores optaram pelo auto-isolamento, o que os enfraquece no contexto da paralisação".

Também o jornalista Paulo Alceu, no Diário Catarinense de sábado, faz o seguinte editorial:

(Passa a ler)

"Perdendo a credibilidade

O que aconteceu na quinta-feira à tarde na Assembléia Legislativa não pode ser considerada uma manifestação em defesa de uma categoria. É baderna com o único propósito de agredir e tumultuar. A gritaria descontrolada e inconseqüente vinda das galerias vai resolver o problema dos professores? Não. Porque virou baderna.

A invasão desrespeitosa em busca de um compromisso verbal do Vice, Paulo Bauer, num momento inadequado, interrompendo uma solenidade, vai trazer benefícios aos educadores que estão reivindicando um direito? Não. Porque virou baderna. Perderam a razão e o bom-senso, apesar de o Presidente da Casa, Deputado Gilmar Knaesel, ter produzido uma situação de conflito." Com o qual não concordamos e discordamos frontalmente, porque não foi a nossa atuação como Presidente que gerou o conflito.

"Transformaram um pleito justo, pois os professores, não é de hoje, estão sendo desconsiderados pelos Governantes, em baderna, com o único propósito de agredir e tumultuar. Reafirmo que merecem maior atenção. São vítimas de uma política revestida de promessas não-cumpridas. Credores de investimentos que fornecem, na maioria das vezes em condições precárias, aos pequenos cidadãos através da cultura e da educação. Ganham pouco? O próprio Governo reconhece, embora nada faça para reverter o quadro, só desculpas. Afirma-se que não tem como reajustar os salários, não é com baderna que conquistarão aumento.

A fórmula adotada para convencer a sociedade, pressionar as autoridades e repender a atitude do Deputado Gilmar Knaesel, que evitou misturar os canais por não ser o fórum adequado para o debate, acabou favorecendo os Governantes.

O tumulto generalizado assustou crianças, que acreditavam estar participando de uma solenidade de etnias, sem entrar no mérito se era adequada ou não. Técnica de efeito questionável. Não é o caminho mais recomendável, apesar da revolta interior e do massacre diário proporcionado por decisões que agridem o trabalhador. Aqueles que acreditam neste artifício ignorante, fiquem certos, nunca conseguiram nada, além de confusão.

Deveriam, isso sim, buscar parcerias, esclarecendo aos pais que são eles os credores de um pagamento que não está tendo retorno. Mas optaram pela baderna, empurrando para o segundo plano a reivindicação principal. Não é desta maneira que vão convencer que o diálogo foi bloqueado. Perderam."

Sras. e Srs. Deputados, faço esta manifestação em prol do Parlamento, em prol dos Deputados, em prol dos próprios funcionários deste Poder, porque não é desta forma que nós vamos evoluir.

Democracia, sim, mas ela tem que ser olhada por todos os ângulos. Ter a nítida percepção de que democracia não é feita só para um lado. Precisa haver respeito mútuo, e não foi isso que aconteceu aqui, na quinta-feira. Foi apenas um grupo que eu considero, que eu não quero dizer que são todos eles professores, porque vi muitos jovens entre eles que foram utilizados ou usados para aqui fazerem suas manifestações em prol daquilo que também defendemos, que é a melhoria da qualidade dos destinos do nosso Estado.

Srs. Deputados, este assunto para nós é de suma importância, e que nos próximos eventos possamos ter mais cuidado, principalmente os Deputados, que muitas vezes estão à frente, na condução desses grupos.

Então, faço esta manifestação porque entendo que foi agredido não só o Presidente da Assembléia, como todo o Poder Legislativo de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, por 13 minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, ilustres Srs. Deputados, caras funcionárias, eu assomo à tribuna neste momento porque não só este Parlamento como Santa Catarina e o Brasil estão agitados nos últimos tempos. A coisa está pegando fogo, Deputado Neodi Saretta.

Temos, por um lado, uma manifestação popular consistente neste País, em que protestam os negros, os índios, os sem-terra e até Deputados, jogadores de futebol, quando vimos, no Município de Fraiburgo, a agressão de um atleta de Itajaí a um menino. Enfim, Deputado Francisco de Assis e Deputado Presidente, até esta Casa serviu de manifestação para protestar contra a ordem e contra o progresso. A coisa está ficando russa, Presidente!

Há poucos dias eu escutei uma manifestação da ilustre Deputada Ideli Salvatti, da Bancada do PT... Aliás, Presidente, eu vou reservar quatro minutos do meu tempo, porque eu prometi à Deputada Ideli Salvatti que o PFL cederia quatro minutos a ela.

Mas eu queria fazer uma referência sobre a manifestação contundente da referida Deputada e do Deputado Neodi Saretta acerca daquele episódio ocorrido na Beira Mar Norte, em que foi severamente criticado o Coronel Eliézio Rodrigues.

Eu quero que fique bem claro e registrado nesta Casa que o Coronel Eliézio Rodrigues, que conheço há muito anos, pois tive o prazer de tê-lo como Comandante lá na minha região, foi o Comandante que abriu a ação mais democrática da polícia na nossa região.

V.Exas. sabem, evidentemente, pois são pessoas estudiosas, que Curitibanos tinha o maior índice de criminalidade, de tentativa de homicídio. Depois que o Coronel Eliézio foi para lá esse índice diminuiu, nós estamos, agora, com o menor índice de criminalidade.

Ele, ao invés de fazer uma polícia agressiva ou reprimir, ele fez uma polícia preventiva, colocando nas ruas guardas. Então, por uma questão de dever e de consciência, não só pela amizade que tenho por ele, mas porque conheço a autoridade daquele ilustre militar, é meu dever, dever de Deputado que representa Santa Catarina defendê-lo.

No dia da manifestação eu não quis contrariar a Deputada Ideli Salvatti, porque não dava tempo, mesmo porque os nervos estavam muito à flor da pele. Mas hoje eu quero aqui dizer à ilustre Deputada Ideli Salvatti e ao PT que o Coronel Eliézio Rodrigues honra a polícia de Santa Catarina. Se houve fatos lá, pode ter certeza, Deputado Neodi Saretta, que o Coronel Eliézio apenas cumpriu ordens, porque ele é um militar obediente às determinações de alguém. Se alguém tem que ser punido, evidentemente são aqueles que agrediram.

Este cidadão é um exemplar militar, que tem honrado Santa Catarina, a briosa Força Militar de Santa Catarina, por ser um homem sério e, acima de tudo, aberto ao diálogo. Eu sei disso, porque vários fatos graves aconteceram na minha cidade de Curitibanos quando ele comandava. E lá, através de diálogo, nós conseguimos resolver impasses, a fim que não houvesse consequências mais graves, Deputado Gilmar Knaesel.

Eu faço este registro com muito prazer por uma questão, como disse, Deputado Presidente, de consciência. Eu não posso me calar quando vejo um homem público, um militar dedicado, ser agredido na sua integridade física e moral sem razão. As informações que chegaram aos ilustres Deputados não eram verdadeiras, na minha avaliação.

Então, é necessário que o Governo ou as autoridades deste País dêem um basta nessa bagunça que está acontecendo! Eu sou democrático, admito manifestação, admito que haja respeito ao índio, ao negro, aos sem-terra, ao agricultor, ao caminhoneiro, ao professor em greve, mas dentro das normas e do respeito.

A hora em que a autoridade perder o poder, a hora em que os Governos, as autoridades constituídas não colocarem rédea neste País, pode ter certeza, Deputado Neodi Saretta, que a vaca foi para o brejo. E antes que ela vá, nós aqui estamos fazendo essa advertência.

Somos a favor da democracia, agora, nós temos que saber respeitar. Saber respeitar a autoridade, saber respeitar o Governo Federal, o Governo Estadual, o Presidente da Assembléia Legislativa, a polícia e assim por diante.

Sinceramente, Deputado Gilmar Knaesel, eu às vezes brinco para descontraí, mas estou preocupado, não tenho dormido muitas vezes depois de assistir aos noticiários, Deputado Romildo Titon. A coisa está complicada, muito complicada, e se as autoridades não tomarem providências, não sei o que vai acontecer neste País.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Onofre Santo Agostini, V.Exa., ao defender o Coronel Eliézio, falou que ele, possivelmente, apenas cumpria ordens. São exatamente essas ordens que nós queremos saber quem deu.

Por isso que o Comandante-Geral da Polícia Militar foi convocado para vir a esta Casa, a fim de dar as suas explicações, aliás, ele próprio reconheceu, pela imprensa, que houve excessos, e para sabermos de onde veio essa ordem, se partiu direito do Governador ou se existe outro Comandante.

A grande verdade, Deputado Onofre Santo Agostini, é que as autoridades realmente precisam tomar alguma providência.

Eu concordo com V.Exa. que é necessário que seja tomada uma medida urgente contra o aumento desenfreado do desemprego, contra a situação agrária deste País. A renda do agricultor tem caído violentamente e o número de sem-terras neste País está aumentando cada vez mais. Então, é preciso que tomemos providências para que as pessoas possam ter dignidade de vida, sob pena das manifestações aumentarem.

Eu não estou defendendo aqui nenhum tipo de agressão ou de manifestação, seja contra os adolescentes, como ocorreu na Beira Mar, que lá estavam democraticamente manifestando-se, contra outros movimentos e contra as autoridades. Agora, que isso sirva para nós repensarmos mais, para nós fazermos uma reflexão.

Alguma coisa não está dando certo neste País. Até algum tempo atrás acompanhávamos determinadas emissoras de televisão e a única coisa errada que ocorria era, parecidos, uma batida de carro, quando alguém incendiava um prédio, uma briga de futebol. Agora, está-se vendo que não, que existem desempregados, que existem sem-terras, que existem problemas sociais.

Então, eu creio, Deputado Onofre Santo Agostini, ao lado desta defesa legítima que V.Exa. está fazendo, que este é o grande momento para pensarmos os problemas sociais do País. Muito mais do que reprimirmos jovens estudantes que se estão manifestando, embora, como eu disse, não concorde com a violência, nem contra jovens estudantes, nem contra autoridades, mas acho que as autoridades precisam tomar providências, para que possamos resolver os problemas sociais deste País.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu agradeço a lucidez de V.Exa., Deputado Neodi Saretta. Não tenha dúvida, eu também sou favorável às manifestações, mas com respeito. No momento em que não respeitarmos mais a autoridade, pode ter certeza absoluta que o País não vai ter mais jeito.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Benedit, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, até que enfim saiu o tal falado balanço do Besc consolidado e do seu conglomerado.

É interessante que no ano passado, nesta época, falava-se, comentava-se, passava-se uma imagem à sociedade catarinense que o Besc ia mal. Pelos números que foram mostrados, as coisas iam muito mal. E assim se foi construindo todo um processo psicológico na cabeça da sociedade, até mesmo para a imprensa, para muitos Deputados que se convenceram que o Banco tinha um rombo de 600 milhões, depois de 800 milhões. E usando uma expressão da minha infância, para "avacalhar" disseram que são 2 bilhões.

O Deputado Onofre Santo Agostini disse que não são 2,1 bilhões, são até 2.1 bilhões. Digo, nobre Deputado, que hoje já são até 2,3 bilhões, porque, pelo cálculo de juros e de atualização monetária, já leva a esse valor.

Digo, então, o que aconteceu: um Governo que ganhou a eleição com mais de 1 milhão de votos, que tinha autoridade, que tinha confiabilidade do povo catarinense, de forma covarde, suou seu poder para manipular números, dados e jogar a sociedade contra o Besc.

Mas tinha um Deputado dentro do Governo que, embora da base governista, mas com personalidade, resolveu dizer que isto não é bem assim, que queria ver a verdade sobre este assunto. Está aqui o Deputado Heitor Sché que pediu uma CPI para apurar as causas da federalização. V.Exa. vai ficar na história de Santa Catarina, porque teve a coragem de dizer que concordava, aplaudia o que tinha de aplaudir; V.Exa. é da base governista mas não é vaquinha de presépio, por isso que recebeu tantos votos. Mas a covardia contra o Banco continuou e culminou com a votação nesta Casa de autorização para federalizar o Besc.

Todos nós ficamos esperando pela publicação do balanço e ficamos com a CPI em funcionamento meio que atirando no escuro, sem saber a onde iríamos e queríamos chegar, até que chegou o famigerado balanço.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nobre Deputado, gostaria de anunciar aqui a presença do ex-Presidente do Besc, Almor Bernardes, que, com certeza, vai repetir hoje na coletiva aquilo que já disse à CPI, que se não tiverem condições de administrar o Besc, ele, com a sua equipe, vai retomar o Banco com a assinatura do contrato e depois tocá-lo, até porque não houve nenhum aporte de recurso em nível federal e o Banco continua com as portas abertas. Ou não é verdade que se não votássemos naquele dia a federalização, no dia seguinte as agências amanheceriam de portas fechadas e as ameaças de que os correntistas não poderiam sequer fazer um único saque do Besc...

Por isso, Deputados, o balanço que está sendo publicado não é novidade nenhuma para os Deputados que votaram contra a federalização, até porque falei antes da dívida monumental que o Governo está contraindo para o Estado de Santa Catarina, já passando dos R\$8 bilhões, e que certamente foi uma negociação, uma troca que o Governador realizou com o Governo Federal para federalizar o Ipesc, as demais dívidas para fazer caixa, para, de fato, fazer as aplicações no ano eleitoral.

No entanto, não tem obra, não tem mais o Banco e nós estamos com uma dívida monumental para pagar. Nós, o povo de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Deputado Herneus de Nadal, agradeço o seu aparte.

Mostro aqui o balanço, e ousou dizer aqui, Deputado Herneus de Nadal, V.Exa. que, tenho certeza, vai concordar comigo, que ele contém mentiras, fraudes, contém uma dança de números, um artifício de contabilidade. E esse balanço é uma vergonha para a classe dos contadores de Santa Catarina.

Eu desafio quem comprovar que o que estou dizendo não é verdade. O que o balanço apresenta como prejuízo mostra no próprio balanço e reconhece que não é prejuízo, que foi um artifício de números que eles colocam no balanço de 98 como prejuízo e no de 99 como lucro.

Ora, o Governo faz um balanço no ano 2000 dizendo que o crédito era de liquidação duvidosa em 98, mas já sabia, no ano 2000, que em 99 tinha sido pago. Como pode, então, dizer que era de origem duvidosa se quando fez o balanço já sabia que estava pago e que não era mais de origem duvidosa, que, aliás, não tinha sido duvidosa porque já estava feita?!

É a mesma coisa que fazer o seguro do seu carro no ano 2000 para cobrir o exercício de 98. Uma pessoa com sanidade mental normal e que não seja interdita como pródigo... Só uma pessoa interdita como pródiga faria algo dessa natureza no mundo do dinheiro, no mundo das finanças.

Vamos nos despedir das posições políticas, partidárias, ideológicas. Vamos fazer uma análise. Quem é favorável à privatização do Besc, como o Governo, que se tinha um compromisso de privatizar o Banco, teria que ter assumido e no primeiro dia dizer: "Não interessa se o Banco vai bem ou vai mal. O Governo do Estado é favorável à privatização." Teria privatizado o Banco e Santa Catarina teria recebido o dinheiro de volta ou teria dado elas por elas ou dado de graça para quem quisesse, e não teria dívida. Santa Catarina não teria um centavo de dívida e ainda poderia ter levado alguns milhares de milhões de reais para os cofres do Estado de Santa Catarina.

Não fez isso este Governo. Acovardou-se! Preferiu dizer que não é bem assim; que o Banco está indo mal; que tínhamos que votar a federalização porque se não votássemos à federalização o Banco iria quebrar, fechar as portas, que ele ficaria em estado de liquidez.

Nós vemos, hoje, com esse balanço, que o Banco era solvente; que o Banco, se fizesse a dança dos números que estão aqui escritos, reconhecidos no balanço, claramente, às fls. 20, do Diário Catarinense, lá embaixo, próximo ao rodapé: "O Governo admite que os R\$96 milhões que ele colocou como negativo, como débito em 98 já aparecem como crédito no ano de 99".

Ora, pensam que a Assembléia Legislativa, pensam que o povo catarinense é bobo ou que estão lidando com crianças. Nós vamos fazer o que entendemos nos números, porque ninguém olha nem lê mesmo, fica por isso mesmo. E nós vamos federalizar o Banco, para privatizá-lo, e está cumprido o nosso compromisso, a nossa tarefa?!

Não! Santa Catarina, os Deputados da Oposição, o PMDB, não aceita o que foi feito neste balanço e diz que este balanço não é verdadeiro, que este balanço é fraudado, que as informações não são verdadeiras e não merecem credibilidade.

E desafio o Governo para que venha, abra o balanço e diga onde estão os créditos de liquidação duvidosa, apresente os de 98, um a um, porque nós, Deputados, representantes do povo de Santa Catarina, temos o dever, junto ao Governador, de defender o patrimônio público dos catarinenses, o patrimônio de Santa Catarina.

Nós temos que dar resposta ao povo de Santa Catarina, e esta resposta, para nós, está aqui. Nós temos que fiscalizar, estamos fiscalizando, não aceitamos.

É preciso, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a CPI seja aberta, agora, com maior prazo, porque o balanço contrariou tudo o que foi feito no ano passado com relação à CPI do Besc. Nós precisamos investigar, sim, precisamos ouvir o contador de 1998 até o ano passado, que é o Sr. Jonas Goeder; nós precisamos ouvir o contador, o Sr. Clemer, que não quis assinar também o balanço; precisamos ouvir o contador que assinou, que acharam a laço dentro do Banco para que assinasse essa fraude.

Vamos precisar de acareação, Sr. Presidente da CPI, Deputado Onofre Santo Agostini. Precisamos ouvi-los para saber onde está a verdade! Precisamos trazer o ex-Diretor Financeiro do Besc, Sr. Francisco Gross; precisamos trazer o Sr. Moser, Diretor Financeiro atual, juntamente com o anterior, Sr. Nereu

Martinelli, que é da Audit, Auditoria Independente, para que eles venham esclarecer a respeito desse balanço e para que Santa Catarina conheça a verdade sobre ele e não se endivida em mais de R\$2 bilhões sem necessidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti, por até 11 minutos, oito do tempo normal e três cedidos pelo PFL.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, o Deputado Jaime Duarte também gentilmente me cedeu os cinco minutos, espero não utilizar todo esse tempo, mas tenho muitas coisas a falar no dia de hoje.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria, de um modo muito especial, de saudar a Bancada Governista, que pelo que sei está vindo da reunião, na qual teve conhecimento das notas explicativas. Não? Não foi? Não foi isso? Então, desculpe-me, mas foi essa sensação que eu tive.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, muitas atividades foram promovidas, e existem muitas ainda para serem promovidas ao longo do próximo ano, referentes às comemorações dos 500 anos de Descobrimto do Brasil.

Nobres Pares, de todas essas manifestações, nós tivemos episódios que, se não fossem ridículos, se não fossem lamentáveis, seriam até hilariantes, como o daquele navio, daquela caravela que foi construída com o dinheiro público e que acabou virando, agora, pinda de brasileiro em Portugal. Não é, Deputado Onofre Santo Agostini?

Então, as autoridades governamentais do nosso País decidiram fazer as comemorações dos 500 anos, e acho importante lembrar que este País não tem 500 anos, este País tem milhares de anos, aqui neste trecho de terra do planeta temos uma população que mora há muitos, muitos e muitos milhares de anos e não apenas há 500 anos.

Outra coisa que é importante dizer é que este Brasil não foi descoberto pelos portugueses, este Brasil, este País, ele foi, sim, invadido, ocupado por uma deliberação do Governo de Portugal, que juntamente com uma outra potência, a Espanha, havia dividido o planeta em dois, em duas áreas. E passaram a ocupá-las, passaram a invadi-las, porque aqui já existiam moradores que foram subjugados pela força militar, econômica e política de um outro país, de um outro governo.

Além disso, não temos 500 anos, não fomos descobertos e, ainda, não temos muito o que comemorar, porque não podemos esconder a realidade como as autoridades querem fazê-lo. Querem jogar para debaixo do tapete, nesses milhares de anos e principalmente nesses últimos 500 anos, a dominação forte - econômica, militar, policial - em cima da população brasileira.

Dos negros, que foram trazidos à força, num contingente superior à população que existia neste País, aos imigrantes, que vieram para cá contribuir com a construção desta Pátria, não pode deixar de ser dito que foram expulsos economicamente de seus países de origem, porque a crise econômica na Itália, na Espanha, na Alemanha é que fez com que esses povos, esse contingente de imigrantes viesse para o Brasil. Digo expulsos porque economicamente lá não havia condição de sobrevivência.

E basta! Não precisa ir muito longe, Deputado Gilmar Knaesel, basta ir aqui no estacionamento da Assembléia Legislativa e fazer uma verificação. Os sem-terra que estão aqui acomodados no estacionamento em grande parte são de origem alemã, polaca, italiana. Portanto, são fruto da exploração que se deu também sobre os imigrantes no nosso país.

Então, é claro que as autoridades que resolveram comemorar o que não têm para ser comemorado neste País, resolveram falar de descobrimento quando houve uma invasão e uma ocupação de um outro país sobre esse território, e que não é de 500 anos, são de milhares de anos. É claro que isso não poderia passar despercebido. É claro que há injustiça social, e, veja bem, o Deputado Onofre Santo Agostini pessoalmente vem aqui dizer que o País está explodindo, que não temos mais como não enxergar, entende, a revolta, a rebelião que está instalada em amplos setores da população brasileira.

Então, as ditas comemorações de 500 anos de descobrimento se transformaram, sim, em manifestações públicas de repúdio à política econômica, à injustiça, à intolerância e à violência. E nesse contexto se enquadra também o que aconteceu nesta Assembléia Legislativa, porque os manifestantes que aqui entraram vieram com um único objetivo: buscar do Governador, que todos sabiam que estaria aqui, Presidente, uma palavra, uma perspectiva, uma luz.

Infelizmente, saíram daqui sem a palavra e sem a luz, apesar de termos feito o apelo, apesar de termos dito de forma muito clara que uma palavra do Vice-Governador faria com que os manifestantes se retirassem. Infelizmente, nós não tivemos a oportunidade de poder conduzir o processo de tal forma que a sessão pudesse se realizar.

Episódios que talvez possamos lamentar juntos, ocorridos, talvez não tivessem ocorrido se tivéssemos tido a coragem de colocar a quem de direito a resposta, que era o Vice-Governador. Ele não falou, como não falam as autoridades, todas, com relação a muitas e muitas questões que estão postas, entende, no cotidiano da ampla maioria da população.

Da mesma forma que aqui em Florianópolis apreciamos e repudiamos todos os episódios de violência do último período, colocamos até mesmo em debate, o Coronel Backes, pela segunda vez, está desmarcando a vinda aqui na Assembléia para discutir as ações violentas, com tiro, quando manifestantes foram feridos, quando foi brindada a tal da comemoração dos 500 anos.

Hoje, pela manhã, houve um cerco à praça para que os trabalhadores sem terra sequer pudessem permanecer na praça. É a violência institucionalizada pelo poder, impedindo até que eles possam se manifestar, que possam reivindicar os seus direitos.

Essa tem sido, talvez, a mais forte maneira, a característica dos governantes enfrentarem as justas reivindicações da população: com a violência, com a repressão.

Em isso que nós vivenciamos de forma aguda durante a ditadura militar está aí, agora, exercido de forma plena por aqueles que foram criados durante a ditadura, como é o caso do Governador Esperidião Amin. Estão, aí, exercendo, numa democracia entre aspas, os mesmos expedientes que exerciam e executavam durante a ditadura.

Agora, existem dois pesos e duas medidas neste País! Existem dois pesos e duas medidas, e não podemos deixar de citar. Com a população, com as manifestações justas de reivindicação da população sofrida brasileira os governantes têm tido um comportamento totalmente diferenciado do comportamento para com os grandes empreendedores e, em especial, para com o sistema financeiro. Senão, vejamos, nos últimos dias, o Congresso Nacional refinanciou as Letras, os Precatórios, aqueles que foram objeto da CPI, refinanciou 12 bilhões de reais. Doze bilhões! E este refinanciamento se deu,

fundamentalmente, por quê? Porque os grandes bancos são os tomadores finais das Letras, são os "Bradescos e Cia. Ltda" que iam ficar com o mico na mão. Então, para salvar os Bradescos da vida, existem 12 bilhões de reais refinanciados. Refinanciados!

E estão, agora, aí os trabalhadores rurais sem terra, exigindo que no Orçamento deste ano voltemos a ter pelo menos os dois bilhões e meio para a reforma agrária, os quais foram diminuídos para um.

Então, para dar aos Bradescos da vida tem 12 bilhões! Agora, para a reforma agrária, ao invés de dois bilhões e meio, tem apenas um bilhão.

Nós estamos acompanhando o episódio do Besc. E o Deputado Ronaldo Benedet já falou, aqui, várias vezes, vários temas, e eu quero voltar: para fazer o saneamento do Besc, para entregar de mão beijada para um Santander da vida aí, tem dois bilhões e duzentos milhões - dois bilhões e duzentos! Aí, nessa hora, tem dinheiro! Mas para manter o Besc público, para manter o Besc aqui em Santa Catarina, não tinha sequer 50 milhões, não tinha sequer 100 milhões, não tinha nada, não tinha nenhum tostão!

O Governador se recusa a atender os professores que estão em greve, recusa-se a conceder o vale-alimentação, que custaria para todo o Magistério algo em torno de três milhões mensais. Para os professores não tem três milhões por mês, mas para refinanciar as Letras de Santa Catarina está lá o Governador em tratativas, não querendo pagar os quatro milhões/mês. Mas se houver jogo duro do Banco Central, do Governo Federal, o Esperidião Amin vai pagar, sim, quatro milhões/mês, para poder refinanciar as Letras que ele queria queimar em praça pública.

Para isso sempre tem dinheiro! Para ajudar, para contribuir e sustentar os grandes, os poderosos, o sistema financeiro sempre tem dinheiro! Agora, para a população que reivindica, para a população que de forma justa está se manifestando porque não aguenta mais, não tem dinheiro.

Se até o PFL já enxerga que a população não aguenta mais, o que mais que falta para enxergarem? Falta criar um pouco de vergonha na cara, sim, e saber que este País, que esta dominação, que esta injustiça, que esta violência tem que ter fim, porque a população não tem mais para onde escapar.

Podem cercar as praças, podem fechar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) (Faz soar a campainha) - Deputada Ideli Salvatti, com a concessão do Deputado Jaime Duarte, V.Exa. tem mais cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu gostaria, por último, agradecendo ao Deputado Jaime Duarte, de dizer que o que me traz aqui também - e eu sei que a imprensa está aqui presente - é um apelo muito claro à imprensa, porque da mesma forma vimos ressoar nesta Casa as injustiças e a forma de tratamento diferenciado que os governantes dão para as reivindicações do povo e para as necessidades, entre aspas, dos grandes empresários, principalmente, dos do Sistema Financeiro. Então, não é possível que a imprensa não perceba o que está em jogo e não atue como atuou durante a ditadura militar, na sua contribuição preciosa, para que a democracia possa voltar a ser uma perspectiva de vida para a maioria da população brasileira.

Então, eu gostaria de fazer um apelo à imprensa, que muito indignada, às vezes, pega, pinça determinados episódios, mas não consegue colocá-los no contexto das posturas absolutamente diferenciadas que os governan-

tes têm tido neste Brasil, onde tudo, tudo, tudo e tudo, bilhões, bilhões e bilhões são para os banqueiros, para os grandes empresários e absolutamente nada, sequer a esperança, sequer a perspectiva de negociação, é dada para as classes menos favorecidas neste País.

Então, é esse o apelo que quero fazer à imprensa, de forma muito clara, até emocionada, porque este papel a imprensa tem, e não pode nunca dele se furtar, não pode se deixar levar muitas vezes por discursos e situações pontuais que buscam mascarar a realidade deste País, que é uma realidade dura, triste, profundamente injusta com aproximadamente 90% da população.

Quanto aos 10% mais ricos deste País, nunca tiveram do que se queixar, nunca, porque sempre dominaram, sempre impuseram, sempre colocaram de forma inequívoca a sua dominação, a sua posição, locupletando-se de tudo o que se produz de riqueza nesta Nação.

Então, eu acho que esse é o apelo que eu não poderia deixar de fazer à imprensa, em cima dos últimos episódios. Se teve algum fato a ser lamentado aqui nesta Casa, eu quero dizer que temos milhões de fatos muito graves, muito mais graves de se serem lamentados neste País. Não adianta fazer caravela para afundar, porque o que vai afundar, se não dermos um outro rumo para este País, será a Nação brasileira.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Não havendo Deputado que queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Convido o Vice-Presidente, Deputado Heitor Sché, para que substitua a Presidência, pois o Presidente tem que atender neste momento a um chamamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Presidência comunica que de acordo com o § 3º do art. 88 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário que de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes e que, não havendo recursos no prazo de duas sessões, serão elaborados os respectivos autógrafos das seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 424/99, de autoria do Deputado Nelson Goetten, que declara de utilidade pública, o Grupo de Idosos Amigos para Sempre, de Braço do Trombudo.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça, Redação de Leis, Trabalho, Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 427, de autoria do Deputado Nelson Goetten, que declara de utilidade pública o Grupo da Idade de Ouro de Passo Manso, de Taíó.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça, Redação de Leis, Trabalho, Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 435/99, de autoria do Deputado Nelson Goetten, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Verde e Branco, de Taíó.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça, Redação de Leis, Trabalho, Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 454/99, de autoria do Deputado Adelor Vieira, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Epilepsia - núcleo Joinville.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviço Público;

Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do Deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários, de Rio das Antas.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 460/99, de autoria do Deputado Adelor Vieira, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Amigos Moradores da Entrada dos Espinheiros, de Joinville.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 464/99, de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Eça de Queiroz e transversais, de Blumenau.

Conta com parecer da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 467/99, de autoria do Deputado Nelson Goetten, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida, de Araranguá.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 469/99, de autoria do Deputado Lício Silveira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Aratingaúba, de Imaruí.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 005/00, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Jaborá.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 009/00, de autoria do Deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Sociedade Coral Caçadoreense, de Caçador.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 026/00, de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Vila Paraíso, de Schroeder.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 027/00, de autoria do Deputado Gilmar Knaesel, que declara de utilidade pública a Associação Joaçabense de Volley-Ball de Joaçaba.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 033/00, de autoria do Deputado Gilmar Knaesel, que declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba Aliança, de Joaçaba.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 037/00, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Associação Antialcóolica, de Joinville.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 039/00, de autoria do Deputado João Rosa, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Monsenhor Sebastião Scarzello, de Joinville.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 063/00, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Renascer, de Joinville.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 071/00, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Basketball, com sede em Florianópolis e Foro na Comarca da Capital.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei 072/00, de autoria do Deputado Moacir Sopena, que declara de utilidade pública o Clube de Idosos Saudades, de Trombudo Central.

Conta com parecer favorável da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão Permanente de Mérito de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 052/00, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Indaial.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do projeto de Lei nº 045/00, de procedência governamental, que aprova a alteração da programação física/financeira do Plano Plurianual 2000/2003, da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras - Departamento de Estradas e Rodagem.

Ao projeto foi apresentada uma emenda redacional.

Conta com parecer favorável das Comissões Técnicas de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, nós gostaríamos de saber o valor da transferência desses recursos do Orçamento. Qual é o remanejamento aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sr. Deputado, o total dá R\$33.050.000,00.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - É dentro do Orçamento da própria Secretaria que está sendo remanejado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - É remanejado para diversas obras da Secretaria.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda redacional.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Correia Pinto e ao Presidente da Câmara de Correia Pinto parabenizando-os pelos seus dezoito anos de emancipação.

A Presidência defere.

Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Décio Giacomelli, Patrão do CTG Os Praianos, cumprimentando-o pela realização do 27º Rodeio Nacional, ocorrido em São José.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Osvaldo Dário de Souza, Patrão-Geral do CTG Estância do Retiro, cumprimentando pela realização do 17º Rodeio Crioulo Interestadual, ocorrido em Jaguaruna.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, encaminharei ao Deputado Gilmar Knaesel, na condição de Presidente da Casa, um requerimento.

Meu gabinete vem recebendo um volume crescente de telefonemas anônimos com ameaças e ofensas à minha pessoa. Como só temos um aparelho com identificador de chamadas em nosso gabinete, e as pessoas que efetuam esses telefonemas parecem que têm conhecimento de qual é o número que tem o identificador de chamadas e só efetuam as ligações para os demais números, estou solicitando providências imediatas para a instalação de identificadores de chamada em todos os aparelhos do meu gabinete, porque está se tornando impossível o trabalho, dado o volume de telefonemas com transcrições impossíveis de serem feitas.

Solicito que a Presidência tome as imediatas providências para que meu gabinete possa desenvolver as atividades parlamentares de forma adequada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Presidência dá como recebido o requerimento e encaminhará à Mesa Diretora.

Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Seara, cumprimentando-o pela realização do VIII Seara Kerb Fest, ocorrido no último final de semana.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Nelson Goetten, que solicita o envio de mensagem de pesar à família do Sr. Ari Verde, pelo seu falecimento ocorrido em Pouso Redondo.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da CPI do Besc temos que fazer uma reunião extraordinária em seguida por causa dos prazos.

Por isso, desejo convocar os membros da referida Comissão para uma reunião a ser realizada logo após o término da presente sessão, na sala das Comissões, para tratarmos do cronograma de apresentação do relatório da CPI do Besc.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, na semana passada este Plenário aprovou um requerimento pedindo a convocação do Secretário de Finanças do Estado e do Presidente do Besc para uma reunião a ser realizada amanhã, às 10h, no plenarinho.

Por isso, desejo convocar os membros da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos, como também os demais Parlamentares, para uma reunião amanhã, às 10h, no plenarinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Requerimento de autoria da Bancada do PMDB, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, encaminhando os Autos dos Of. nºs 0002.4/00 e 0004.0/00, para manifestação deliberatória do Chefe do Poder Executivo.

A Presidência recebe e encaminha à Comissão de Justiça

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras de Santa Catarina, solicitando o seu comparecimento na Comissão dos Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Bancada do PPB, a ser enviado ao Presidente do Banco Central do Brasil, Arminio Fraga Neto, convidando-o a comparecer a uma sessão especial nesta Assembléia, que terá como tema a federalização do Besc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Comissão Especial do Mercosul, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente da Petrobrás e ao Governador do Estado de Santa Catarina, pedindo apoio à realização do IV Florianópolis Audiovisual Mercosul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis, a ser enviada ao Presidente do Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Malharia, Tinturaria, Tecelagem e Assemelhados de Joinville, parabenizando a Diretoria pela organização estrutural e funcional da Sede do Sinditex.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando providências no sentido de viabilizar a ampliação da Campanha de Vacinação contra a Gripe, abrangendo policiais e bombeiros militares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Sr. Deputado Moacir Sopelsa, a ser enviada ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e aos Parlamentares da Bancada de Santa Catarina no Congresso Nacional, solicitando medidas em favor dos pequenos produtores do setor suinícola.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, em vista da convocação da reunião, eu tomo a liberdade de dar uma sugestão durante a votação dos requerimentos.

Estamos com o pessoal do Movimento dos Sem-Terra e do pessoal com terra na garagem da Assembléia. Quem sabe o Presidente mantenha contato com os responsáveis por aquelas acomodações que a CUT mantém aqui nas praias, porque dá para acomodar mais de 500 pessoas.

Quem sabe o pessoal pode ser transladado para esse hotel da CUT, que dizem ser uma maravilha. Eles estarão muito melhor acomodados do que da maneira que estão aqui. É desumano!

Então, a CUT, que mantém toda essa instalação, poderia abrigar esse pessoal pelos dias que ficarão aqui.

Essa é a sugestão que dou ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Eu acolho a proposição de V.Exa., embora este Vice-Presidente tenha um relacionamento de amizade muito bom com os sem-terra, encaminharei o seu pedido ao Presidente da Assembléia.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quem sabe não fosse necessário o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aportarem aqui na Assembléia Legislativa, se o Governo do Estado, através da Polícia Militar, não tivesse privatizado a praça pública e impedido que numa praça pública as pessoas publicamente pudessem se manifestar.

Já não bastam os 500 anos em Porto Seguro e aqui na Beira-Mar Norte, violentando aqueles que livremente podem se manifestar, hoje não permitiram que pudessem ocupar o espaço da praça pública para fazer a sua manifestação, o seu acampamento e a sua pressão diante do Governo do Estado.

Como Governo de Estado não está na Ponta das Canas, porque se estivesse lá, quem sabe seria um outro lugar indicado, como no Hotel da CUT, pois a sede do Governo estaria lá instalada, mas como a sede do mesmo está instalada próxima da Assembléia Legislativa, o encaminhamento não poderá ser outro do que eles permanecerem aqui até que sejam atendidas as suas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sr. Deputado, acolho a sugestão de V.Exa. e dou continuidade à Ordem do Dia.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, a ser enviado ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina, Dr. Paulo César Ramos de Oliveira, através do Governador do Estado, contendo quesitos referentes ao concurso público para admissão de funcionários para o Centro de Internamento Provisório - CIP - de São José do Cedro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Jaime Duarte, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes à indenização a que fazem jus os ex-presos políticos de Santa Catarina, conforme preceitua a Lei Estadual nº 10.719/98.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Sr. Deputado Herneus de Nadal, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Herneus de Nadal, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Nelson Goetten.

(Pausa)

Com a desistência do Sr. Deputado Nelson Goetten, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Gostaria de continuar em Plenário para acompanhar os pronunciamentos, mas em função da reunião da CPI do Besc tenho de me retirar do recinto.

Antes, porém, gostaria de registrar a minha alegria e a minha solidariedade à torcida do Figueirense Futebol Clube, porque hoje não encontrei ninguém do Figueira depois daquele resultado, quando o Tubarão Futebol Clube nos deu aquela alegria. Portanto, a nossa solidariedade a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é importante também que se diga que o Figueirense foi em Rio do Sul e ganhou vergonhosamente com um gol inexistente, totalmente impedido, do Atlético do nosso Alto Vale. Isto é realmente uma vergonha, mas o Alto Vale também está muito bem nesta etapa do campeonato.

(Passa a ler)

"Nesta tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho o grato prazer de falar a respeito do que consideramos uma das maiores conquistas do Poder Legislativo dos últimos anos: O Orçamento Estadual Regionalizado.

Em fins da década de 1980, o clima político brasileiro era o de abertura dos ideais democráticos, e em 5/11/89 promulgava-se a Constituição Estadual, em cujo texto se devolvia ao Poder Legislativo as prerrogativas próprias do sistema democrático.

Dentre essas prerrogativas destacava-se a possibilidade de participação dos Parlamentares no processo orçamentário estadual, possibilidade esta eliminada, juntamente com outras, da vida política do País deste 1997. Ao longo desse período, os Parlamentares apenas podiam homologar as decisões do Poder Executivo quanto ao destino dos recursos públicos.

Porém, decorreu quase uma década a mais para que os Parlamentares catarinenses tomassem uma atitude real e consciente das suas prerrogativas constantes na Constituição do Estado e, na 13ª Legislatura desta Casa, em decisão unânime aprovaram as Emendas Constitucionais nºs 11 e 12 (D.O. 15583 de 27.12.96), as quais abriram o caminho para a implantação e a realização das Audiências Públicas Regionais a cargo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Nos anos seguintes, tais emendas foram secundadas pelas Leis Complementares Nº 157 e 165, as quais vieram disciplinar e definir o trabalho parlamentar frente à administração pública do Estado, na busca democrática da aplicação dos recursos públicos, até então sob o domínio do Poder Executivo.

A emenda Constitucional nº 11, proposta pela Assembléia Legislativa, inseriu um novo inciso ao § 2º do art. 47 da Constituição do Estado, propondo a realização de audiências públicas em regiões do Estado, para subsidiar o processo legislativo. O referido art. 47 trata das Comissões (permanentes e temporárias) da Assembléia, e o seu § 2º trata das atribuições desta Comissão, dentre elas a de realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 12 e as Leis Complementares nºs 157 e 165, respectivamente 1997 e 1998, vieram definir o Orçamento Estadual Regionalizado e as Audiências Públicas Regionalizadas, especificando a sua finalidade, que é a de, por intermédio de Comissão específica, a Comissão do Orçamento Estadual Regionalizado colher e sistematizar as propostas prioritárias de investimentos de cada região do Estado, resultantes de audiências públicas municipais e convertidas em emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Essa é a origem do Orçamento Estadual Regionalizado, que neste ano completa seu 4º ano de existência profícua em suas metas de investir democraticamente os recursos públicos do Estado, segundo as prioridades eleitas pelas próprias comunidades regionais e sistematizada pela equipe assessora da Comissão do Orçamento Estadual Regionalizado.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na semana que passou, ou mais especificamente na última quarta-feira, tivemos uma reunião com os Srs. Conselheiros do Orçamento Estadual Regionalizado, uma reunião que consideramos da maior importância e que rendeu os melhores dividendos para uma causa especificamente democrática, qual seja, a do Orçamento Estadual Regionalizado. Questões pendentes, como a eleição de prioridades municipais e regionais, de acordo com a realidade orçamentária do Estado, ficaram definidas. Isto consideramos um avanço no atual estágio de existência do Orçamento Estadual Regionalizado.

Mais uma vez, Srs. Deputados, Deputado Jaime Duarte, constatamos a determinação e a confiança dos Srs. Conselheiros do Orçamento Estadual Regionalizado no presente e futuro do mesmo.

Essa mesma confiança ficou sobejamente demonstrada na participação dos Municípios nas audiências públicas regionalizadas ao longo desses anos de 1997 a 1999, e fica claro que o Orçamento Estadual Regionalizado não é uma miragem, mas uma instituição plenamente democrática, assegurada pela legislação do Estado e garantida pela confiança dos Srs. Deputados da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e dos Srs. Conselheiros, assim como das autoridades comunitárias de todo o Estado."

O Sr. Deputado Jaime Duarte - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo o aparte ao nobre Deputado Jaime Duarte, Líder do PPS aqui nesta Casa.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Deputado Rogério Mendonça, quero cumprimentar V.Exa. pela importância do tema abordado, que em última análise trata da participação democrática da sociedade no encaminhamento dos orçamentos públicos.

Sem dúvida alguma que quem sabe melhor onde os recursos devem ser investidos é a própria população elegendo as suas prioridades. Essa é uma discussão tremendamente contraditória, eu diria. Bastante problemática até. Há teses de que a melhor democracia é a democracia representativa, que é o nosso caso aqui, de levar tudo à representação.

As eleições já definem os Deputados, Vereadores, Senadores, e eles, então, com total legitimidade, encaminham os orçamentos, e há aquela tese da participação direta da sociedade no encaminhamento do orçamento e em outras questões também.

Entendo que embora seja um recurso pequeno para investir, o que sobra na verdade é pouco, em termos de percentuais, mais assim mesmo se justifica a participação dos segmentos sociais na eleição de prioridades pelo Estado.

Infelizmente, estamos vendo essas experiências não sendo exitosas quase no Brasil inteiro. A administração de esquerda, principalmente do PT, levanta muito essa questão do orçamento participativo que na prática não tem se consolidado.

Mas eu penso que V.Exa. tem toda a razão e que deveríamos resgatar fortemente o Orçamento Participativo Regionalizado em Santa Catarina.

V.Exa., que tem a incumbência de ser Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Vice-Presidente da Comissão do Orçamento Regionalizado, com esse entendimento, creio que estamos num bom caminho, temos um bom advogado da tese.

Queria cumprimentá-lo pela importância do tema e sinceramente torcer para que de fato possamos concretizar essa proposta.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço ao Deputado Jaime Duarte! Com certeza as suas colocações vêm enriquecer este meu pronunciamento.

Srs. e Srs. Deputados, esse é o motivo da nossa alegria ao dirigir a palavra a V.Exas., convidando-os a comungar desse nobre ideal para os próximos orçamentos estaduais, pois cabe-nos, como Parlamentares e representantes das comunidades, defendê-las em suas mais legítimas aspirações. Não nos distingamos em Partidos Políticos, pois essa questão é suprapartidária ou, melhor diríamos, é uma questão que constitui a essência de qualquer programa partidário ou governista democrático, qual seja, o bem-estar social.

Portanto, conclamamos todos os Srs. Deputados, não importa a cor partidária, assim como S.Exa., o Sr. Governador do Estado, a interessar-se pela questão, lembrando, também, que, quando em campanha, ou então candidato a Governador, o atual Governador do Estado, em visita à Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado, afirmou ser este um dos processos mais democráticos e transparentes a se fazer o orçamento público.

Portanto, prestando total apoio, esperamos que a prática seja tal qual foram os seus compromissos e as suas promessas quando em campanha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Francisco de Assis, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, colegas Deputados, estava conversando com o Deputado Jaime Duarte, falando da dificuldade que é para nós, quando usamos a tribuna, muitas vezes termos que falar para as cadeiras, aqui neste Plenário. São poucos os colegas Deputados que ficam realmente neste horário a ouvir aquilo que algum Deputado vem aqui falar.

Independente da presença ou não dos Colegas, quero falar de um projeto que estamos encaminhando a esta Casa, construído à quatro mãos, eis que os companheiros carteiros, do Correio, procuraram-nos há algum tempo, falando de uma vontade por parte de inibir em Santa Catarina as caixas postais comunitárias.

Essa atitude, se concretizada, e já está acontecendo em alguns Municípios do nosso Estado, muitos companheiros serão demitidos com a futura privatização dos serviços dos Correios, um serviço que tem dado certo, e é um orgulho para o nosso País ter um serviço tão bem feito por essas pessoas, Deputado Valmir Comin.

Na verdade, tudo que funciona no nosso País, onde a iniciativa privada bota o olho, o Governo entrega. E com certeza agora não vai ser diferente. Foi assim com o sistema financeiro, foi assim com o petróleo, com as telecomunicações, com a energia, e aos poucos o Governo vai entregando o patrimônio do povo brasileiro.

Então, esses companheiros nos procuraram. Em outros Estados da Federação as Assembleias Legislativas já apresentaram projetos semelhantes. E elaboramos, construímos esse projeto e hoje, para nossa felicidade e surpresa, conseguimos até neste momento 28 assinaturas de Parlamentares de todos os Partidos que, solidários a essa causa, prontificaram-se imediatamente a assinar essa proposta e apresentá-la, talvez, no dia de amanhã a esta Casa, se possível, com os 40 Deputados assinando, dando uma demonstração de unidade da Assembleia Legislativa a favor do povo e não discriminando o povo de Santa Catarina. Porque uma parcela da população vai continuar recebendo a sua correspondência em casa, em detrimento de outra parcela da população que não teria mais esse benefício, que para receber a sua correspondência teria que se deslocar da sua residência até um determinado ponto do seu bairro, da sua comunidade, onde ficariam colocadas essas caixas postais e a partir dali, então, retirar a sua correspondência.

Então, quero agradecer a esses companheiros e todos os colegas Deputados que, sensibilizados com essa proposta, já assinaram, especialmente os Deputados que estão aqui na Casa, Deputados Valmir Comin, Rogério Mendonça, Peninha, Heitor Sché e Jaime Duarte.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Francisco de Assis, na verdade, fui procurado pelas entidades, aqui representando os Correios e Telégrafos, em meu gabinete, acompanhados de V.Exa., e com certeza imediatamente me sensibilizei, até porque temos plena convicção de que os Correios e Telégrafos são uma das entidades de maior credibilidade dentro do Brasil.

De repente, o Governo Federal, no seu afã de privatizar, até mesmo de diminuir a presença do Estado frente aos serviços e às necessidades públicas, quer também, junto aos Correios e Telégrafos, diminuir o seu trabalho, que tão bem atende à população e às nossas pequenas comunidades dos pequenos Municípios.

O que eles querem fazer realmente é um desserviço ao País. Aliás, como estamos vendo, o muito que está acontecendo neste País é ao invés de os governantes, principalmente esse Governo que aí está de Fernando Henrique Cardoso, quererem melhorar aquilo que já existia e construir ao longo da nossa história dos 500 anos, quem sabe, da história do descobrimento do Brasil, estão querendo destruir em muito pouco tempo. Assim como estamos vendo agora a questão do Besc, na qual também nos enganaram.

Eu me lembro que quando se discutia a questão da federalização do Besc recebi diversos telefonemas de funcionários do Banco do Estado, pedindo-me para votar favoravelmente à federalização. E eu dizia que não faria isso, até porque tinha a consciência, tinha a certeza e a convicção de que a federalização do banco - não só para Santa Catarina, mas principalmente para a economia de Santa Catarina e para os catarinenses - seria muito prejudicial para os funcionários do banco.

Hoje, diversos telefonemas já tenho recebido, Deputado Francisco de Assis, das mesmas pessoas, pedindo-me desculpas e dizendo, Deputado Rogério Mendonça, que tínhamos razão. Hoje, estamos vendo que o que aconteceu foi uma enganação, está aí o balanço do Banco do Estado de Santa Catarina, que está sendo, e nós sabemos, forjado para tentar pelo menos passar para a opinião pública que aquilo que eles fizeram, enganando-nos, tinha uma determinada razão de ser, ou seja, que o banco estava numa situação falimentar, o que não era verdade.

E com certeza, em relação aos Correios e Telégrafos, o que estão querendo passar é uma realidade que não condiz com a verdade, de uma realidade mentirosa, uma versão mentirosa, de que com isso eles vão estar enxugando os recursos públicos.

Na verdade, nada disso estará acontecendo, teremos muitos desempregados e teremos também e principalmente, esta é a razão pela qual subscrevi esse documento, a população brasileira vendo os seus serviços tão importantes e tão fundamentais diminuindo, entre aqueles que o serviço público tão bem atendia no Brasil, também no nosso Estado, com certeza.

Parabéns, Deputado Francisco de Assis, e pode ter certeza de que poderá contar conosco e com toda a nossa Bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Obrigado, Deputado Rogério Mendonça, pelo aparte.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Francisco de Assis, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa e também fazer coro a esse manifesto, a esse requerimento, mesmo porque a minha região em particular, a região Sul, vem tendo um atendimento muito especial por parte dos funcionários dos Correios e Telégrafos deste País.

Realmente, em função da demanda já existente de desempregados no nosso Estado e até mesmo neste grande País, não podemos continuar fazendo com que se acumule cada vez mais o número de desempregos.

Quero ser solidário a essa classe e dizer que tem todo o nosso apoio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Obrigado, Deputado Valmir Comin e aos dois Deputados que me apartearam. Agradeço também o entendimento de V.Exas.

Quero dizer que com a Portaria nº 311, publicada pelo Governo, Santa Catarina em particular vai ter um prejuízo muito maior do que os outros Estados.

Na maioria dos Municípios dos nossos Estados a população se compõe de uma minoria inferior a 50 mil habitantes. E por essa portaria os Municípios de até cinco mil habitantes passarão a receber a sua correspondência apenas duas vezes por semana, e os Municípios de cinco mil a 50 mil três vezes por semana. Apenas 16 Municípios de Santa Catarina terão esses serviços prestados durante os cinco dias da semana.

Então, Santa Catarina, em particular, vai ter um prejuízo muito grande a partir do momento que for implantada essa reforma. E

por que as caixas comunitárias? Porque diminui os dias da semana, não precisa contratar mais carteiros, ou até a demissão vai vir, e coloca-se as cartas num depósito, ao qual as pessoas têm que se dirigir para retirar a sua correspondência. Por isso, é que estamos dando entrada a esse projeto.

Eu quero aproveitar os dois minutos que me restam para falar também de uma ação que fizemos nesta Casa, através de uma denúncia, aqui nesta tribuna, em relação ao Alfa Clube, sobre uma pirâmide que estava implantada em Santa Catarina e em outros Estados do Brasil. E juntamente com as pessoas lesadas denunciemos isso no Procon de Blumenau, principalmente.

Além da nossa denúncia, além do que foi divulgado e publicado na imprensa, hoje tem diretor desse Alfa Clube preso aqui em Santa Catarina. Então, foi uma vitória desta Casa a partir de uma denúncia que fizemos e que o Presidente da Comissão, Deputado Jaime Duarte, acatou. Fizemos duas audiências públicas, e hoje aparentemente parece desfeita essa pirâmide em Santa Catarina.

Então, dando uma demonstração que esta Casa faz eco, que o que denunciemos aqui chega nos ouvidos das autoridades, hoje essa pirâmide financeira, que tinha sido implantada no nosso Estado lesando as pessoas de Santa Catarina, parece ter tido fim.

Em relação ao Orçamento Regionalizado que o nobre Deputado fazia menção, gostaria de dizer que o Governo do Estado tem de ter a vontade política de fazer acontecer; gostaria de dizer que Santa Catarina, o Governo do Estado, precisa ter a coragem e a vontade política de fazer acontecer o Orçamento Regionalizado, porque não adianta mais enganarmos as pessoas, que não vêem concretizado, não vêem transformado em obras aquilo que decidiram. E parte dessa responsabilidade, eu diria, grande parte da responsabilidade, é do Poder Executivo. E um Governo que se diz democrático, que pelo menos pregou isso durante a campanha, deveria agora aproveitar esse momento e implantar, executar aquilo que foi definido no ano passado e que foi muito pouco. Das 30 mil propostas, essa Casa aprovou 27, e hoje temos torno de R\$23.000.000,00. Se pelo menos isso fosse executado, estaria dando uma demonstração de que quer dar uma oportunidade para a população decidir.

Esperamos que com essas novas audiências, Deputado Rogério Mendonça, V.Exa. como Presidente desta Comissão, mesmo que interinamente, elas aconteçam, mas que o Governo do Estado também assuma junto conosco, conforme combinado na última reunião, a responsabilidade de executar aquilo que for definido nas audiências públicas deste ano para o próximo ano.

Espero fazer em outra sessão um pronunciamento a respeito especificamente desse assunto, mas queria ressaltar essa questão hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão e convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 03 DE MAIO DE 2000

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - João Rosa - Joares Ponticelli - Lício Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Volnei Morastoni.

Mensagens do senhor Governador do Estado de nºs:

516 - solicitando permissão para ausentar-se do País no dia 12 de maio do corrente ano;

517 - comunicando a sanção do projeto de lei que autoriza a aquisição de imóvel no município de Saltinho;

518 - encaminhando o Ajuste Sinief nº 01/00, Protocolos ICMS nºs 09/00 e 10/00 e os Convênios ICMS nºs 01/00 a 30/00, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Heitor Sché, que dispõe sobre vencimentos e vantagens pecuniárias percebidas por servidor público estadual, em decorrência de decisão judicial.

Ofícios nºs:

- 146 e 147/00, do senhor Governador do Estado, encaminhando respostas aos Pedidos de Informação nºs 004 e 006/99, respectivamente;

- 465, 470, 474, 476, 480, 482, 485, 496, 501, 503, 511, 517 e 526/00, do Gerente de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, todos comunicando liberação de parcelas referentes aos recursos do Orçamento-Geral da União;

- 518/00, do Gerente de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, comunicando o desbloqueio de parcela referente ao contrato Habitar Brasil, Município de Urubici - CT 0044790-44/97;

- 768 e 769/2000, do senhor Presidente da Telesc, acusando o recebimento dos Telefax nºs: TE/0177.6/00 e TE/0204.7/00, respectivamente;

- 760/00, do senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encaminhando resposta à Indicação nº 072/00;

- 071/00, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Videira, encaminhando cópia da Moção nº 004/00, aprovada naquela Casa Legislativa;

- 395/00, do senhor Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis, acusando o recebimento do Ofício GP/DP/141/00, que encaminhou cópia das Moções nºs 013 e 015/00 e do Requerimento nº 100/00;

- 054/00, da senhora Secretária de Comércio Exterior, referente ao Ofício GP/DP/754/99, que encaminhou a Moção nº 022/99;

- 063/00, da Chefe da DIRPF, Ministério da Fazenda, referente à proposta para que se estenda aos trabalhadores sujeitos ao Regime-Geral de Previdência Social, que permanecerem em atividade após terem completado 65 anos, que possam usufruir da isenção do IR concedida aos aposentados;

- 062/00, do senhor Deputado Federal Gervásio Silva, acusando o recebimento do Ofício GP/DP/150/00;

- 070/00, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê, solicitando empenho no sentido da denominação de "Sady Cavalheiro Marinho", da Rodovia Estadual que forma o contorno viário de Xanxerê;

- 158/00, do senhor Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, solicitando especial atenção na análise das propostas de possíveis soluções para o Magistério Estadual;

- 176/00, do senhor Deputado Federal Fernando Coruja, referente à Indicação nº 716/00;

- 3.271/00, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que o senhor Governador fez a entrega, naquele Tribunal, da Prestação de Contas do Governo do Estado relativa ao exercício de 1999;

- 176/00, do senhor Prefeito Municipal de Capivari de Baixo, comunicando que aquele Município é favorável à solicitação de anexação das comunidades Estiva dos Pregos e Sertão da Estiva;

- 015/00, do senhor Presidente da Creche "Conde Modesto Leal", encaminhando relatório de atividades referente a 1999;

- 0172/00, do senhor Deputado Estadual Paulo Bornhausen, encaminhando relatório de atividades, por ocasião de sua viagem aos Estados Unidos da América;

- 081 e 084/00, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, encaminhando cópia da Indicação nº 019/00 e da Moção de Apoio e Solidariedade aos Professores Estaduais, respectivamente;

- 271 e 276/00, do senhor Diretor-Geral do DER, em atenção ao Ofícios DP/115/00 e DP/1002/99, respectivamente;

- do senhor Deputado Federal Renato Viana, acusando o recebimento do Ofício nº 55/00, que encaminhou moção sugerindo nova redação ao Código Florestal Brasileiro;

- do senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Paraíso, encaminhando cópia da Moção 001/00, aprovada naquela Casa Legislativa.

Correspondências:

- do senhor Senador Geraldo Althoff, encaminhando cópia do Ofício nº 242/99, recebido do Ministério da Justiça;

- do senhor Senador Jorge Bornhausen, encaminhando cópia do Ofício nº 496/00, dirigido ao Ministro do Meio Ambiente;

- do senhor Deputado Federal Pedro Bittencourt, referente às operações de AGF para o Município de Campo Belo do Sul.

Fax:

- do senhor Chefe do 16º DRF/DNER, em resposta ao Telefax nº TE/0226.0/00;

- da senhora Sônia Zainko, referente à Farra do Boi.

Telegramas:

- do senhor Senador Jorge Bornhausen, acusando o recebimento de cópias das Moções nº 13 e 15 e do Requerimento nº 1.000;

- do senhor Chefe Substituto do Gabinete do Ministro da Agricultura, referente ao Ofício GP/DP/085/00.

Indicações:

- de autoria do senhor Deputado Altair Guidi, solicitando que seja afixado em todas as salas de aula da rede pública estadual de ensino quadro contendo a declaração universal dos direitos das crianças, juntamente com a logomarca do Governo de Santa Catarina;

- de autoria do senhor Deputado Altair Guidi, solicitando caminhão-pipa para atender o Município de Nova Veneza e região;

- de autoria do senhor Deputado Nelson Goetten, solicitando providências no sentido de viabilizar a instalação de radares no trecho compreendido entre o Km158 e 165, trecho que cruza o Município de Trombudo Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Nelson Goetten, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, companheiros Deputados, ocupo a tribuna nesta tarde de quarta-feira para fazer algumas importantes considerações.

Em nenhum momento, por certo, vimos um número tão grande de discussões em relação a um assunto que é de preocupação do povo de Santa Catarina, porque se trata de um dos patrimônios catarinenses, o Banco do Estado de Santa Catarina, que tanta polêmica já trouxe a esta Casa e tanta polêmica já causou aos meios sociais e políticos do Estado de Santa Catarina.

O Besc é um banco que todos nós sentimos a sua perda, sentimos a sua falência, sentimos o quanto foi mal administrado, sentimos quando tivemos que caminhar para a federalização como única alternativa, como única saída para preservar algumas das mais básicas ações de Governo.

Primeiro, teria-se que respeitar os acionistas dessa instituição chamada Besc; segundo, tinha-se que respeitar aqueles mais de cinco mil cidadãos que trabalhavam e trabalham nessa Instituição; em terceiro, teria-se que manter, através de uma ação de Governo, a condição de poder continuar tendo naqueles mais de 150 Municípios a agência única, que é a agência pioneira.

Isto só aconteceu por uma decisão clara, firme e corajosa do Governador Espiridião Amin, que aceitava as condições impostas pelo Banco Central, que exigia a federalização ou dava duas outras opções ao Estado de Santa Catarina: paga o que está devendo, paga o negativo, paga aquilo que não tem cobertura, aqueles créditos podres, ou líquida essa Instituição; na melhor das hipóteses: federaliza esse Banco.

Querem jogar a federalização do Banco do Estado de Santa Catarina nas costas do Governador Espiridião Amin, cometendo-se aqui uma das mais graves injustiças com aquele que, numa ação séria, buscou o apoio necessário para conseguir a federalização para salvar esse patrimônio catarinense.

O Besc continua como empresa de Santa Catarina, como Banco do Estado de Santa Catarina, mantendo o emprego, salvo aquele que participar do plano de demissão voluntária, que receberá a sua indenização por quanto tempo ainda continuar prestando serviço nessa instituição.

Agora, querer transferir essa culpa ao Governo Espiridião Amin, no mínimo, é uma grande injustiça, porque estão aqui os dados que confirmam, que foi uma lei aprovada por esta Casa em 98, a qual autorizava, sim, e já aceitava a condição de dificuldade financeira da instituição Besc.

A Casa aprovou a autorização de um financiamento de 312 milhões, para que se restabelecesse a situação econômica da instituição. E ficou estabelecido que o montante financiado iria se incorporar à parcela nas mesmas condições da dívida renegociada.

Em 98, isso foi aprovado nesta Casa, e o Estado se comprometeu em, se no prazo de 18 meses não detivesse o controle acionário da instituição financeira do nosso Estado, privatizar o Besc.

Estão aqui todas as informações, fartamente municiadas de dados e números, que comprovavam a situação de dificuldade do Besc já em 97 e em 98. E foi em 98 que se tomou a iniciativa de buscar no Banco Central e no Governo Federal os recursos para sanear essa instituição, que vinha mês a mês mostrando mais dificuldade financeira, mais dificuldade de receber aqueles investimentos feitos para pessoas que não tinham garantia suficiente para devolver os valores emprestados, ou que receberam através do apadrinhamento político benefícios, o que fez com que essa importante instituição, com que esse patrimônio do povo de Santa Catarina fosse levado à bancarrota.

Então, condenar ou querer condenar o Governador Espiridião Amin em relação à questão da federalização do Banco, no mínimo, é uma injustiça, porque quem conduziu o Banco do Estado de Santa Catarina à federalização foi a iniciativa do Governo passado, aprovada nesta Casa Legislativa.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não, Deputado. Não posso deixar de ouvir aqui o Líder do Governo do PMDB naquela oportunidade.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - De fato, Deputado, se existe uma manifestação que faço questão de fazer agora é na direção de uma indagação. Ouço V.Exa. falar em favorecimento. Gostaria que V.Exa. fosse objetivo da tribuna e dissesse quem é que foi favorecido, até porque temos o Relator da CPI aqui, ao nosso lado, e temos a condição de remeter ao Ministério Público, no sentido de responsabilizar as pessoas.

Tenho ouvido essas manifestações, meu nobre Colega, o dia todo, só não vejo o nome de quem foram os favorecidos. Gostaria de tê-los, até porque aqui foi feito um carnaval tremendo em cima de uma série de situações, e não existe nenhuma comprovação.

Nós, como homens públicos, precisamos de fato corresponder. Agora, com referência à Liderança do Governo, Deputado, eu a fiz como homem público, faria novamente, e é uma prerrogativa. Além da prerrogativa, é um dever do Parlamentar ocupar os espaços, e não me envergonho, não tenho nenhum constrangimento por ter sido Líder do Governo. Aliás, nunca esqueci que fui Líder do Governo, e muita coisa daquilo que à época era considerado imoral, vergonhoso, irregular, hoje está sendo feito no atual Governo.

Portanto, gostaria que V.Exa., então, fosse objetivo e dissesse quem são os favorecidos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Eu queria apenas fazer uma justificativa. Quando citava o Companheiro como Líder do Governo e ex-Líder do Governo, não era para desmerecê-lo mas, sim, reconhecendo a importância da capacidade de liderança do Deputado Herneus de Nadal.

O que queríamos colocar, Deputado, é que no decorrer de todas essas discussões ficou evidente o nome de muitas empresas que estão na inadimplência até hoje. Não foi uma, nem duas, nem só uma centena, foram, sim, muitas empresas catarinenses, que por uma razão ou outra, na sua maioria, apareceram na lista de 50 maiores devedores. E ficou evidente, confirmado, que foram aqueles que receberam mais privilégios, aqueles que tinham mais atenção por parte do Governo ou de algum Parlamentar.

Agora, o que fica claro e o que justifica isso tudo é a confirmação do Banco Central quando mostra que para sanear o Banco precisa-se de R\$800 milhões, porque esses valores são valores que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - V.Exa. dispõe de mais 30 segundos para concluir seu pronunciamento, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - São valores que contabilmente aparecem, mas não têm valor, porque é papel podre, é papel de risco, é papel que poucos deles poderão ser ressarcidos ou cobrados para devolver ao povo de Santa Catarina. Portanto, está caracterizado que foi lesado esse patrimônio e que a gestão passada está devendo, sim, e por certo a Justiça vai cobrar. Há ações que fazem com que sejam responsabilizados aqueles que dilapidaram esse importante patrimônio catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o Deputado Heitor Sché, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna no dia de hoje para manifestar a minha preocupação com a difícil situação que atravessa o funcionário público de Santa Catarina, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

O desmonte do serviço público iniciou em 1991, quando instalou-se um Governo que muito se preocupava com as empresas privadas, que recebia terrenos, que recebia bens em dação de pagamento e concedia empréstimos a empresas falidas, mas que numa medida arbitrária investiu contra o funcionalismo público estadual, passando por cima das leis votadas nesta Casa e tirando vantagens e conquistas do funcionalismo do Estado de Santa Catarina.

Os funcionários, 80% dos funcionários públicos tiveram que recorrer à Justiça para assegurar o seu direito. Todos eles ganharam no Tribunal de Justiça os seus direitos. O Governador, insensível, não cumpria as determinações daquele Poder e só aceitava pagar importância vultosas àqueles que eram seus amigos e àqueles que considerava seus correligionários.

Até hoje os efeitos daquele Governo prevalecem em nosso Estado. Eu dizia, naquela época, e não era Deputado, que o Governador não podia se preocupar tanto, principalmente, com aqueles funcionários aposentados que já tinham prestado serviço ao Estado de Santa Catarina por mais de trinta e cinco anos. Deveria se preocupar, sim, com a sua situação, ou seja, de exercer por quatro anos o Governo do Estado, ficar recebendo uma pensão vitalícia como se fosse aposentadoria, podendo deixá-la como pensão para os seus filhos.

O Governo não reconhecia o serviço prestado pelo funcionalismo público de Santa Catarina, e até hoje insisto em dizer que as consequências são drásticas. Temos funcionários que naquela época ganharam o direito, e o Estado entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal, e já são passados quase 15 anos, e o Supremo não se manifesta.

Sem dúvida alguma, o Supremo Tribunal Federal também é um Tribunal político. Não julga só em cima da lei, como deveria fazer. E uma Câmara decide de uma maneira e outra decide de outra forma. Há funcionários que têm os seus direitos assegurados e outros na mesma situação perdem os seus direitos.

É neste ponto que eu quero chegar, porque demos entrada a um projeto de lei, nesta Casa, e tenho certeza de que contaremos com o apoio de todos os Srs. Deputados, porque existem funcionários que tiveram a concessão dos seus direitos adquiridos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e passaram a perceber, às vezes, uma pequena gratificação. Esse processo tem recurso no Supremo Tribunal Federal, leva muito tempo para ser julgado, e quando o é normalmente o funcionário já está aposentado. E aí ele tem que descontar aquela vantagem que perdeu e tem que descontar aquilo que, segundo dizem, recebeu a mais. E o funcionário público aposentado fica numa situação insustentável, depois de servir por tanto tempo o Estado de Santa Catarina.

Ora Srs. Deputados, se o Tribunal assegura o direito de um funcionário receber determinada vantagem aqui em Santa Catarina, o funcionário não está recebendo indevidamente. E se lá no Tribunal do Supremo Tribunal ele julgar diferente, eu entendo que é necessário que se suste o que ele vinha recebendo a mais, mas que não se desconte no seu vencimento o que ele havia recebido quando alicerçado numa sentença do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Esse fato que citei é para dizer que essa situação continua, atravessou o Governo passado e chega no Governo Espiridião Amin. O Governo passado, lamentavelmente, além de tudo, deixou três meses de salário atrasado. Ora, nenhum funcionário público, nenhum funcionário de empresa privada, pode dispor de três meses de salário sem realmente comprometer o seu orçamento para o resto de sua vida.

Por esse motivo, eu conto com a sensibilidade do Sr. Governador Espiridião Amin. Eu tive a coragem de vir a esta tribuna para elogiá-lo quando ele elaborou um cronograma para o pagamento do salário dos funcionários. Mas esperava-se que com o correr do tempo esse cronograma fosse antecipado, mas isso não aconteceu.

Os funcionários atravessam uma situação de penúria, os funcionários não têm condições de pagar aquilo que devem, existem funcionários que não têm nem condições de pagar a sua alimentação. Por isso, estou fazendo uma solicitação, através de indicação, ao Governador Espiridião Amin, para que institua um vale-salário, para que pague os funcionários públicos que têm seus salários atrasados através de vale, e para que as pessoas que recebem esses vales possam descontar o ICMS. Desta forma, ele estará aliviando a situação grave pela qual atravessam os funcionários públicos do nosso Estado.

Srs. Deputados, o nosso projeto deu entrada hoje aqui nesta Casa. Tenho certeza absoluta de que ele é constitucional e não fere qualquer lei vigente. Eu entendo, e volto a apelar aos meus Pares, que assim poderemos aliviar a situação desses funcionários.

Com relação à Secretaria da Administração, recebo quase semanalmente comissões de funcionários que vêm reclamar direitos, que os outros estão recebendo e eles estão sendo discriminados e não recebem. Na Secretaria da Saúde é a mesma coisa.

Enfim, em todos os setores da administração pública existe esse problema. E contamos com o Sr. Governador Esperidião Amin, que sempre teve um carinho todo especial com o funcionário público de Santa Catarina, para que o mais depressa possível, resolva a situação de penúria que passam os funcionários públicos de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Com a palavra o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, um adágio popular, que é por muitas vezes mencionado, não só em reuniões como também no dia-a-dia do nosso cidadão, é que o homem se conhece pelos seus procedimentos, o homem se conhece por aquilo que ele faz, pelos seus atos, pela sua conduta e pela sua postura e não por aquilo que ele fala, que ele diz.

Portanto, o procedimento, a conduta de um homem público é que deve ser levada em conta.

E durante o nosso Governo, Deputado Moacir Sopelsa, durante o Governo passado, ouvimos muitas vezes, acompanhamos nos programas eleitorais do atual Governador a afirmação de que iria seguir o que estabelece a lei, que seria um governo legalista. Mandou até mesmo correspondência personalizada aos funcionários do Besc para garantir que esta importante empresa catarinense continuaria a nos proporcionar a sua função não só sob o aspecto econômico, mas também social, fomentando o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar do povo catarinense.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que vemos hoje é que o mesmo Governador que já contratou 8.300 empregados no Besc e que a eles concedeu estabilidade e que agora de fato só conta com 5.000 servidores, foi o responsável pela primeira intervenção do Banco Central no Banco dos catarinenses, que aliás, por coincidência, à época, o atual Presidente do Banco era o Vice-Governador do Estado, e que por coincidência também, Deputado Gelson Sorgato, à época o Presidente da Bescri não era nada mais nada menos do que o hoje Secretário da Fazenda e Presidente do Conselho de Administração, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não sei se não é muita coincidência para que o banco possa suportar.

No entanto, o que vemos aqui, desta tribuna, nesta Legislatura, nos jornais, nas rádios e nas televisões é que o Banco do Estado de Santa Catarina tinha um rombo de 800 milhões e que esse rombo era por conta de favorecimentos que o Governo do PMDB fez aos seus correligionários.

Alguns meses se passaram, houve depoimentos na CPI, e nada foi constatado que viesse macular, manchar, o trabalho das administrações do PMDB no Banco do Estado de Santa Catarina. Mas conseguiram, sim, nesse

tempo, sem a divulgação dos balanços, é verdade, levar 6 meses para publicar balanços e demonstrativos.

O balanço de 31 de dezembro de 1998 só foi publicado no dia 1º de maio, os demonstrativos fiscais que deveriam ser apresentados mês a mês, para que o investidor acreditasse e pudesse continuar a manter os seus depósitos no banco, só foram publicados em um único mês, no mês de janeiro de 1999. E por coincidência também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Banco do Estado de Santa Catarina só foi a resconto de novo neste Governo, por duas vezes.

Por coincidência, também, pela primeira vez na história, depois do saneamento, através do trabalho do saudoso Governador Pedro Ivo Campos, o Banco volta a dar prejuízo - mais de R\$100.000.000,00 de prejuízo no ano de 1999.

Certamente isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é competência, não é capacidade e também não é bom trato para com a coisa pública.

A CPI...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

Não há oradores inscritos. Livre a palavra aos Deputados do PTB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o Deputado Francisco de Assis por sete minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero aproveitar o horário reservado ao nosso Partido para falar do Orçamento Regionalizado, sobre o qual ontem teci alguns comentários.

O Orçamento Regionalizado foi uma conquista desta Casa, fruto de um trabalho apresentado pelo então Deputado Estadual Carlito Merss, que por unanimidade, com o voto de todos os Partidos que tinham assento neste Poder, foi aprovado.

Começou-se a praticar a idéia do Orçamento Regionalizado em 1997, quando eu era Vereador em Joinville. A partir dali nascia em Santa Catarina um novo conceito de orçamento, do qual a população, num processo democrático, começava a participar, a decidir o que seria melhor para ela, para o seu Município e para a sua região.

Passaram-se três anos. Muitas audiências foram realizadas nas diversas regiões de Santa Catarina, e tanto neste Governo quanto no anterior nada se cumpriu por parte do Executivo, ou muito pouco foi feito daquilo que ficou definido nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Demos a esse orçamento o nome de Orçamento Participativo, e o PT vem administrando. E com uma larga experiência nesse tipo de orçamento, no qual a população é ouvida e participa ativamente das decisões, temos demonstrado, na prática, que é possível fazer esse orçamento funcionar.

Não basta apenas a Assembléia Legislativa fazer a sua parte. É isto que quero expor aqui hoje. O Poder Executivo tem uma responsabilidade muito grande porque, enquanto os Deputados vão para as bases discutir com a população, com a comunidade, com os Vereadores, com os Prefeitos, depois de discutidas as prioridades, cabe ao Poder Executivo, no ano seguinte, implementar essas reivindicações. E isso não temos visto.

Um Governo para ser democrático de fato na prática deveria implementar essa política, as reivindicações desses Municípios e das regiões do nosso Estado. E não fazer isso e não querer que esse processo continue existindo em nosso Estado é lamentável.

A população, Vereadores e Prefeitos começaram a participar, principalmente dos pequenos Municípios, que são os que ficam mais abandonados por parte do Governo do Estado.

Em Santa Catarina temos mais de 107 Municípios com menos de cinco mil habitantes, e é para esses pequenos Municípios, principalmente, que o Orçamento Regionalizado vale a pena, porque é possível fazer chegar até lá essa discussão do Orçamento e com isso, com a participação desses Prefeitos, Vereadores e lideranças comunitárias se consegue, então, alguma coisa para esses pequenos Municípios no interior de Santa Catarina.

Temos verificado que nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado os grandes Municípios não têm, em alguns casos, comparecido a essas audiências. Mas a presença dos pequenos Municípios é bastante grande.

Foram definidos no ano passado, num primeiro momento, 30 milhões de reais, que já é muito pouco para investimento, e num segundo momento, na hora de aprovar o Orçamento Regionalizado, O Orçamento-Geral, a parte que competia ao Orçamento Regionalizado ficou em torno de 27 milhões. Hoje, com aquilo que foi retirado, não temos mais do que 23 milhões de reais de reserva para serem investidos nas obras definidas para o Orçamento Regionalizado.

Então, quero aqui fazer um apelo para que o Governo do Estado - que não disse para que veio, até este momento -, que não está fazendo nenhuma grande obra em Santa Catarina, realize pelo menos as pequenas obras definidas nas audiências do Orçamento Regionalizado, eis que este Governo ainda tem tempo para fazê-las, Deputado Moacir Sopelsa. Ainda restam sete meses de Governo, portanto, ele ainda pode implementar aquilo que foi definido nas políticas dessas audiências.

A proposta do Orçamento para este ano, em função de ser um ano eleitoral - e discutimos isso com os conselheiros recentemente numa reunião -, prevê uma diminuição do número de audiências - de 9 para apenas 5 audiências. E essas audiências começam no mês de junho.

Ficou definido também que antes das audiências iniciarem teríamos uma reunião com o Governador do Estado para definir um valor maior do que esse e o comprometimento deste Governador com a prática, no próximo ano, da implementação daquilo que for definido este ano.

Estamos aguardando que o Governador receba os Deputados da Comissão e que se comprometa com a população de Santa Catarina, não com os Deputados, mas com os catarinenses, para realizar aquilo que vai ser definido nessas audiências. Do contrário, não fazendo isso, os Deputados vão ser desmoralizados, porque já estamos sendo a partir do momento que há quinze dias esta Casa aprovou, ou deixamos de aprovar, uma emenda que tinha sido colocada durante a discussão de uma lei que mexia no Orçamento, quando não derrubamos o veto do Governador a um artigo que proibia mexer na verba do Orçamento Regionalizado.

Os mesmos Partidos, os mesmos Deputados, muitos dos quais tinham votado naquela época o Orçamento Regionalizado, aceitaram que o Governador mexesse nesse dinheiro destinado exclusivamente para o Orçamento Regionalizado.

Então, quero pedir aqui hoje que o Governador, primeiro, receba-nos - e não sei se a audiência já está marcada, porque até o dia de ontem não havia sido marcada -, segundo, que se comprometa com a população de Santa Catarina em executar aquilo que vai ficar definido nas audiências deste ano, do contrário, nós...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputado do PFL que queira fazer uso do horário, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Srs. Deputados, felizmente, nesta Casa, temos uma assessoria que poderíamos dizer que é a memória desta Casa, que é a sessão de taquigrafia, que registra com exatidão milimétrica o que ocorre nesta Casa.

No dia 1º de maio o Banco do Estado de Santa Catarina publicou o seu balanço. Alguns entendiam, e assim foi feito no dia de ontem, que a CPI do Besc voltaria ontem e seria encerrada na semana que vem, dia 8 de maio. Mas começamos a sentir que a própria Bancada Governista não queria essa prorrogação. Conversamos com alguns Deputados, pois teria que encerrar logo, enfim.

Mas como poderíamos analisar o balanço, apenas para colocar no relatório, com mais de 90 peças, sem um tempo razoável para se poder analisar os números e os dados contidos nesse balanço, nos anexos e nas notas explicativas que esse balanço apresenta?

Fomos analisar o que aconteceu nesta Casa no dia 1º de março de 2000, portanto, este ano, quando discutimos a possibilidade de sustação da CPI do Besc, que nunca tinha ocorrido neste Parlamento a sustação do trabalho de uma CPI.

Foi apresentado um requerimento pelo Deputado Jaime Mantelli e pela Deputada Ideli Salvatti, no sentido de que fossem sustados os trabalhos da CPI do Besc até a publicação do balanço.

Um requerente da CPI, Deputado Heitor Sché, disse que era favorável à sustação, mas que não podia ficar *ad eternum*, porque se o Banco Central não publicasse esse balanço nunca, nós nunca iríamos acabar com a CPI do Besc. Disse que votaria, mas se tivesse um prazo definido para esperarmos para sustarmos a CPI.

Apareceu, então, o requerimento de autoria do Deputado Jaime Duarte, para em adendo corrigir o requerimento do Deputado Jaime Mantelli, no sentido de que se tivesse uma data preestabelecida, ou seja, 90 dias de sustação.

Ocorreram debates, a Deputada Ideli Salvatti retirou o seu pedido e disse o seguinte, intervindo: "Sr. Presidente, sou co-Autora, retirei o meu nome em apoio e estou solicitando à Presidência que inclua a proposta do Deputado Jaime Duarte, ou seja, de que a sustação do prazo seja por 90 dias.

Ocorreu que o Sr. Presidente, Deputado Gilmar Knaesel, conduzindo muito bem os trabalhos nesta Casa, colocou a seguinte frase num parágrafo: "Destá forma, quem votar "sim" estará votando favorável ao requerimento do Deputado Jaime Mantelli, com adendo agora do Deputado Jaime Duarte, que pede a sustação dos trabalhos da CPI por 90 dias, e quem votar "não" estará votando contra o requerimento".

Houve a votação e o Sr. Presidente disse: "Temos 15 votos "sim" e 11 votos "não".

Está aprovado o requerimento de autoria do Deputado Jaime Mantelli, que susta a tramitação dos trabalhos da CPI do Besc por 90 dias."

Portanto, nós mesmos, Deputado Onofre Santo Agostini, talvez temos sido induzidos, fizemos uma reunião ontem e iríamos levar hoje, até protocolamos, um pedido assinado pelo Deputado Onofre Santo Agostini a esta Casa, para continuarmos a CPI por mais 45 dias.

Talvez até possa se prorrogar a CPI por mais 45 dias, após o prazo de 90 dias, para que se possa concluir. Mas nós vamos ter agora, no nosso entendimento, o prazo até 1º de junho para que se faça a análise e depois volte o prazo derradeiro e faltante para que se conclua a CPI.

Nós teremos assim um tempo maior para podermos incluir no nosso Relatório a análise mais profunda com a assessoria, com os técnicos, na área de contabilidade e na área do balanço do Besc publicado.

Por isso, a nossa colocação, e vamos discutir com os Líderes, estamos aqui com o Presidente da CPI, para que se consolide e nós possamos continuar os trabalhos. E esperamos que durante o mês de junho estejamos com os trabalhos concluídos e resolvidos, uma vez que vamos ter um tempo suficiente para uma maior análise, e depois teremos o tempo, neste interregno, de 28 ou 29 dias para que possamos decidir ou não se vamos ouvir mais algumas pessoas, os contadores, enfim, necessários à elucidação desse balanço tão complicado e tão contraditório, que deixou bastantes dúvidas, porque 90 páginas é difícil analisar em apenas dois dias, uma vez que se não fosse em tese aprovado o nosso pedido de prorrogação, teria que ser apresentado amanhã um relatório.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Com muito prazer concedo um aparte ao Deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Meu nobre Líder, Deputado Ronaldo Benedet, é oportuna a sua proposta que prorroga o prazo da CPI para que, diante dos novos fatos que chegaram ao conhecimento do Parlamento e da opinião pública, possamos elucidar e esclarecer. No entanto, parece-me que mais oportuno ainda foi o requerimento feito, que deu entrada a esta casa à época ainda, que nos dá a condição de trabalhar mais 30 dias nesta CPI.

Como há prazo para que continuemos a trabalhar na CPI, parece-me que deveríamos, quem sabe, numa conversa com o Presidente da mesma, já nos reunirmos para estabelecer um calendário de atividades e de ações durante esse período, durante esse prazo.

Parece-me que isso virá contribuir em muito para que CPI possa manifestar-se agora sobre essa nova realidade, até porque foi feito um convencimento à população de Santa Catarina e aos Parlamentares que votaram favoravelmente à federalização de que o balanço de 31 de dezembro era negativo e também de que se não fosse o Banco federalizado haveria a liquidação extra-judicial daquele estabelecimento.

Por isso mesmo, meu nobre Deputado, meu nobre Líder, parece-me que agora as providências precisam caminhar na direção do contato com o Sr. Presidente e membros da CPI, para que possamos elaborar um cronograma para que, durante o prazo que ainda nos resta, possamos convidar aqui os dois contadores, ou quem sabe mais de dois contadores: o contador da época da realização dos lançamentos contábeis do balanço, o Sr. Jonas, para conversar conosco, e os contadores que deixaram a sua função por entenderem que não deveriam colocar seu nome à exposição firmando um documento do qual não tinham conhecimento.

Por incrível que pareça, na parte da manhã, o Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina chegou a cogitar a possibilidade, e a nobre Deputada estava presente, chegou a cogitar a possibilidade de que se não fosse encontrado um contador da instituição que firmasse o balanço, seria contratado uma empresa ou um contador de fora do Banco para que ele lá apusesse a sua assinatura e se responsabilizasse pelo balanço.

Então, veja, Deputado, que foi uma tarefa deveras difícil: encontrar um contador para que assumisse o compromisso da assinatura desse balanço. Por isso, Deputado, precisamos esclarecer muita coisa. A sociedade catarinense quer saber como os competentes, os legalistas, conseguem um prejuízo de mais de R\$100 milhões em um banco que há décadas não dava mais prejuízo. Isso é o que precisa ser explicado à sociedade de Santa Catarina.

Queremos ver também aquela famosa relação, Deputado Ronaldo Benedet, dos favorecidos pelo Governo do PMDB. Agora, eu desafio, Deputado. Nós queremos ver a relação. Ouvíamos há pouco da tribuna, daí, dessa tribuna, que o Governo do PMDB favoreceu correligionários seus. O único caso apontado lá na CPI foi de um empréstimo a um Prefeito, cuja operação sequer chegou a ser concretizada.

Por isso, Deputado Ronaldo Benedet, a CPI tem que continuar, sim. Temos que aproveitar esse prazo, esse tempo, e vamos responsabilizar quem quebrou o Banco do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito obrigado, Deputado Herneus de Nadal!

Colocando a nossa preocupação de ordem formal, é exatamente nesse sentido: explicando que temos um requerimento na Casa para a prorrogação da CPI, que provavelmente vai ficar prejudicada a sua análise, uma vez que a CPI está sustada por 90 dias após o dia 1º.

Srs. Deputados, prazo corrido se conta no calendário, e não sei dizer aqui se será no dia 31 de maio ou 1º de junho. Provavelmente 31 de maio será a data fatal. Teremos que contar corrido os 90 dias no calendário, para ver exatamente até que dia estará sustado o prazo de funcionamento da CPI, uma vez que os Anais da Casa, como já disse, graças a Deus temos aqui um setor, um departamento que funciona perfeitamente, de forma a não deixar dúvidas nenhuma, Deputado Joares Ponticelli, portanto, estivemos compulsando, e temos aqui, até para nossa surpresa, e é bom - o americano não chama de ata, ele chama de memória das reuniões - a memória das nossas reuniões, feita pelas taquígrafas, por esse departamento, que deixa claro aqui, já li, está no Diário da Assembléia Legislativa, que a decisão desta Casa foi no sentido de prorrogação.

Deputado Jaime Duarte, a proposta de V.Exa. é a que foi aprovada! E a proposta de V.Exa. era no sentido de fazer um adendo à proposta do Deputado Jaime Mantelli, e ficou aprovada, porque o Deputado Jaime Mantelli queria uma proposta de até o balanço.

O Deputado Heitor Sché não aceitou, por isso que não podia ficar *ad eternum*. E V.Exa. complementou e disse: não é até o balanço. É por 90 dias.

Portanto, noventa dias ficaríamos esperando. E o balanço saiu antes da data, não é? O Deputado Heitor Sché foi meio descrente no Banco Central, queria liberar o balanço, mas a sua descrença não valeu. Valeu exatamente a data, porque ele disse que queria que se fixasse uma data estanque, e a data estanque seriam 90 dias. E prevaleceu a proposta de V.Exa.: a proposta de sustação do Deputado Jaime Mantelli e a do prazo estabelecido por V.Exa., quando foi decidido por 15 votos a 11, nesta Casa.

(Passa a ler)

"Está aprovado o requerimento de autoria do Deputado Jaime Mantelli, que susta a tramitação dos trabalhos da CPI do Besc por 90 dias."

E o Presidente colocou em votação, desta forma:

(Passa a ler)

"Quem votar 'sim' está votando favorável ao requerimento do Deputado Jaime Mantelli, com o adendo, agora, do Deputado Jaime Duarte, que pede a sustação dos trabalhos da CPI por 90 dias."

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Concedo um aparte, com muito prazer, ao Presidente da CPI do Besc, Deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Ronaldo Benedit, eu não tenho nenhuma dificuldade de adiar por 90 dias ou mais uma semana. Eu não tenho nenhuma dificuldade!

Por isso solicitei ao secretário da CPI que me trouxesse uma cópia dos requerimentos, porque a decisão não é pela ata da taquígrafia! Com todo o respeito que eu tenho às taquígrafas, que fazem um excelente trabalho, mas o que vale é o requerimento, é o que consta no requerimento e não o que consta na taquígrafia! Porque na taquígrafia pode constar uma coisa, o jornal pode publicar outra, e a ata pode publicar outra.

Portanto, o que vale, na minha avaliação, é o que consta no requerimento. O que foi aprovado lá nos dois requerimentos.

Por isso, eu mandei... Solicitei... Eu não sei nem o que consta, Deputado!

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Deputado Onofre Santo Agostini, no requerimento consta o pedido de prorrogação até a entrega do balanço.

Houve, então, a discussão, que não se queria... O Deputado Heitor Sché disse que não queria que ficasse *ad eternum*, sem uma data marcada, e então foi retificado o requerimento e foi aprovado com o adendo do Deputado Jaime Duarte, que era por 90 dias, para não ficar *ad eternum*.

E concedo um aparte ao Deputado Jaime Duarte.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Deputado, apenas para confirmar, Deputado Ronaldo Benedit, a sua afirmação na tribuna de que, com o adendo, na verdade, se sustou a tramitação, os trabalhos da CPI, por mais 90 dias, não foi mais limitado à apresentação do balanço, que felizmente se deu antes?

Eu quero aqui de público, testemunhar esse encaminhamento, que é o que consta na ata, é isso que foi votado. Na minha concepção, vale o que foi votado.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - O requerimento foi alterado, ele não foi aceito.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - O requerimento foi alterado, e foi feito esse apelo, então, para mais 90 dias.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Então, está também justificado em vários depoimentos, de vários Deputados, por que não queriam que ficasse pela data do balanço. Porque se o balanço saísse daqui a dois anos, nós íamos ficar dois anos parados com a CPI. Esse foi o entendimento, e esse foi o resultado aclamado aqui nesta Casa, pelo Sr. Presidente Gilmar Knaesel, no dia 01/03/2000. Portanto, essa é a posição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido do PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Goetten por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, volto à tribuna, no horário do nosso Partido, para registrar algumas considerações. É lógico que, no campo da discussão política principalmente, não vamos cometer a simplicidade de imaginar que vamos convencer o Deputado Herneus de Nadal, o Deputado Ronaldo Benedit ou a Deputada Ideli Salvatti do assunto que trata do Besc em Santa Catarina.

O Besc realmente é uma situação muito delicada até para nós, Deputados, entendermos, imagine para o nosso cidadão. E é por isso que foi muito bem colocado o que o nosso companheiro Deputado Reno Caramori falou, ou seja, que o povo de Santa Catarina sabe quem quebrou o Besc. É a sabedoria popular, que fica evidente e confirmada, que entende quem foi o responsável por um ato de desgoverno que atingiu e assolou Santa Catarina, e além de todos os atos de levandade contra a população de Santa Catarina ainda teve o episódio das Letras.

Muitas vezes alguém retorna a esta tribuna para querer dizer que o que era ilegal ontem é legal hoje, ou que não é bem assim hoje! É claro que o que foi ilegal ontem, o que enlameou Santa Catarina ontem, que foram as Letras emitidas de forma irregular, continua envergonhando Santa Catarina e continua na ilegalidade, até porque muitos estão respondendo criminalmente pelo que fizeram com o povo e com o Estado.

O Governador Esperidião Amin em momento algum fez menção ou faz de querer usar essas Letras que estão ainda no estoque a benefício de Santa Catarina, porque elas contêm todo um número sem fim de ilegalidades. Agora, o que o Governo não pode deixar de fazer é reconhecer uma dívida que está lastreada com o papel do Estado de Santa Catarina, que foram aqueles mais de 500 milhões, já reconhecidos, que o Estado deve daquelas malfadadas emissões de Letras em Santa Catarina.

Aqueles que administraram de forma vergonhosa o Estado de Santa Catarina, aqueles que de forma irresponsável administraram Santa Catarina e que voltam a esta tribuna posando de paladino da moralidade, alguns deles até ontem não tinham coragem de assumir o Governo PMDB, mas hoje voltam aqui encorajados tentando confundir uma discussão sobre o Besc, aqueles que deixaram, como dizia nesta tribuna o Deputado Heitor Sché, mais de três folhas de salários atrasadas trazendo, uma consequência ruim muito grande para a família do servidor e para o Estado de Santa Catarina.

Esses mesmos se sentem na coragem e no direito de vir aqui agredir um Governo sério, responsável, que faz um grande esforço para resgatar a governabilidade desse nosso importante e querido Estado de Santa Catarina. Mas esses mesmos que vêm aqui tentar confundir precisam explicar por que, se essa instituição estava bem e que se essa instituição não tinha problema, aprovaram um contrato de refinanciamento aqui, nesta Casa, que financiava mais de 300 milhões para sanear a instituição chamada Besc.

Vejam, senhores ouvintes, companheiros Deputados, que moral tem alguém para falar que assinou um contrato, Deputado Herneus de Nadal, que entregava e dava em garantia todas as ações da Celesc, dava em garantia também a venda dos imóveis de propriedade do Estado de Santa Catarina? Será que é reconhecido pelo PMDB esse contrato assinado e aprovado em 98, que também dizia que ele tinha um prazo de 18 meses para federalizar a instituição Besc? Será que esse documento também é falso, será que é como aquele que não apareceu na questão das Letras? Será que esse aqui não tem validade? Será que eu não estou conseguindo ler direito? Ou será que aqui está confirmado que tudo que disser aqui é balela, é desculpa daqueles que ofenderam o povo de Santa Catarina, daqueles que denegriram a imagem de Santa Catarina, daqueles que exerceram um dos mais desastrosos Governos que já aconteceram no nosso Estado e que agora só têm como argumento a condição de confundir?

Hoje, não tem aqui alguém que consiga sequer convencer, principalmente vindo daqueles que administraram este Estado, de que eles não fizeram o que fizeram com esse Estado, chegando ao ponto de levar as importantes instituições deste Estado à bancarrota. Isto está confirmado, isto já está reconhecido, isto já foi aceito pela população, tanto é que no momento de ir às urnas eles deram a demonstração da insatisfação com o que fizeram com o nosso Estado de Santa Catarina.

Então, por mais que se discuta, uma coisa está evidente e certa, qual seja, foi de iniciativa do PMDB um projeto, um contrato, através do qual se buscava 312 milhões para tentar, na oportunidade, sanear essa instituição financeira, porque havia o reconhecimento daqueles que administravam este Estado que tinham levado à bancarrota essa instituição. Mas esse assunto, por certo, vai ser muito aqui debatido.

Encerro a minha participação ficando aqui com o cidadão catarinense que sabe, que reconhece, que não se ilude e que vai estar permanentemente vigilante, para não devolver, para não trazer, para não fazer com que volte ao Estado alguém com essa incompetência e com essa insensibilidade para administrar Santa Catarina.

Agora, eu quero ceder os oito minutos que me restam ao Deputado Ivan Ranzolin, ao nosso Líder, que tem assuntos importantes de interesse do nosso Partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Deputado Ivan Ranzolin por oito minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, desejaria fazer um aparte ao Deputado Nelson Goetten para fornecer alguns subsídios sobre os temas trazidos a esta Casa.

Os acontecimentos hoje com o Sistema Financeiro de Santa Catarina não podem ser fruto do discurso político, porque se analisarmos o que ocorreu no Governo passado, os encaminhamentos trazidos documentalmente a esta Casa, os projetos que votamos, as propostas que o Governo não cumpriu, haveremos de constatar que o que V.Exa. acabou de dizer é a pura verdade.

Eu gostaria também de dizer aos nobres Pares desta Casa que o assunto tem que ser tratado com a maior responsabilidade, porque se trata de dinheiro público, que os recursos que estão encaminhados ainda não foram aportados e que o Besc receberá do Banco Central os recursos necessários, absolutamente necessários, ao cumprimento das tarefas e do balanço que se apresentou, mas desde que se aplique isso com a maior seriedade.

Tenho certeza de que o Governo do Estado e diretoria do Banco, nesta questão, agora, da federalização, vai conduzir com zelo e, acima de tudo, com seriedade.

Hoje, inscrevi-me para falar no horário reservado aos Partidos Políticos sobre um tema que já foi abordado muitas vezes nesta Casa. Também quero deixar minha posição como Parlamentar.

Antes, porém, devo lamentar, Sr. Presidente, o que ocorreu neste início de tarde na divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na ponte sobre o Rio Pelotas, que foi bombardeada com alguns petardos e que neste momento está interditada pela Polícia Federal. A BR-116 está sem possibilidade de tráfego, porque sobre a ponte, ou na ponte, soltaram uma bomba que neste momento está sendo examinada pela Polícia Rodoviária Federal e pela Polícia Federal, que se deslocou de Porto Alegre para aquela localidade.

Não sabemos a extensão, mas há pouco recebemos uma informação da Polícia Rodoviária Federal de que na realidade ocorreu uma explosão na ponte. Não se sabe a extensão dos danos, se a ponte foi danificada, mas na verdade é que o trânsito está todo interrompido.

Lamentamos, porque se trata de violência, e com violência não chegaremos a lugar nenhum. Não existe nenhum caminho no mundo melhor do que o caminho da democracia.

Quem não está satisfeito com o Governo tem que batalhar contra ele, tem que apresentar melhores soluções e tem que buscar através do voto, da democracia, do debate aberto novas soluções.

Tenho me posicionado nesta Casa contrário à política econômica adotada pelo atual Governo, contrário à forma como ocorreram as privatizações no Brasil, à forma como se pratica o mercado internacional, à mercancia internacional pelos integrantes e pelos responsáveis da área econômica.

Teremos que, ao contestar, apresentar melhores soluções e buscar resultados dentro dos princípios democráticos. E o que está acontecendo no Brasil, em alguns segmentos, não é o que queremos. Não é este o Brasil que queremos.

Se tivermos de contestar, vamos fazer isto através dos Partidos Políticos, das nossas posições, dos segmentos da sociedade, mas sempre com diálogo, com as posições políticas de Oposição, as quais tenho respeitado muito, porque se um País, um Estado e um Município não têm Oposição, os Governos são levados a agir de forma mais autoritária, mais ditatorial.

Por isso, quero lamentar esse episódio, seja ele qual for, porque, na realidade, impedir que os outros trafeguem, impedir o desenvolvimento da nossa economia pela força, pela violência, desde que não seja de uma forma democrática, temos que condenar.

Devo também registrar aqui a posição deste Parlamentar sobre a questão que tem sido muito falada, dos festejos dos 500 anos do Brasil em Santa Catarina.

Eu fui o primeiro a levantar essa questão aqui em 1997. Fui eleito Presidente e Coordenador da Comissão dos Festejos dos 500 anos, indicado pela Assembleia Legislativa. Envolvermos todas as universidades de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, fomos a Portugal, e fizemos um calendário para desenvolver um projeto absolutamente cultural, com o envolvimento direto das universidades, porque não há forma de se comemorar os 500 anos a não ser através da cultura, para resgatarmos a história verdadeira e para aprimorarmos o nosso trabalho do futuro para uma melhor qualidade de vida.

Eu decidi me afastar desses festejos, da coordenação desses trabalhos, porque os festejos dos 500 anos deixaram de ser aquilo que pretendíamos e que a sociedade brasileira queria. Passaram a fazer festa ao invés de tratar do trabalho cultural, que realmente era e foi o grande significado do que fizemos, o grande significado das grandes comissões montadas.

Por isso, deixo aqui uma explicação clara, cristalina: não concordei e retirei-me. E lamento que tenha ocorrido o que ocorreu no dia da grande festa. Acho que retrocedemos 500 anos, porque novamente tivemos, não nós, mas as pessoas que participam como autoridades da instituição tiveram que bater nos índios, coisa que aconteceu há 500 anos.

Por isso, quero deixar aqui a minha posição clara, cristalina, que por não concordar com as questões e por não concordar com os encaminhamentos que foram dados retirei-me e dei a minha posição, como estou fazendo agora.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Ivan Ranzolin, V.Exa. realmente foi o iniciador do debate na Assembleia Legislativa sobre as comemorações dos 500 anos.

Na ocasião V.Exa. apresentou o debate, que era fruto de uma participação comunitária, cultural. Teve o apoio da Casa, dos 40 Deputados, e no período em que eu exercia a Presidência desta Casa V.Exa. trouxe questões relacionadas a essa comemoração e teve apoio.

No entanto, fez bem V.Exa. em deixar a coordenação desses trabalhos quando isso foi desvirtuado, quando isso passou a ser um ato comercial, um ato de esquecimento de questões importantes que aconteceram nestes 500 anos de discriminação. E lamentavelmente as comemorações dos 500 anos foram um fracasso, porque os problemas sociais estão aí, foram relegados a um segundo plano, gastou-se vultosas quantias tanto no âmbito nacional como no estadual para, infelizmente, legitimar uma situação de desigualdade social.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Neodi Saretta.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Justiça apresentou parecer pela rejeição ao Projeto de Lei nº 86/00, de autoria do Sr. Deputado Clésio Salvaro, que altera a Lei nº 5.684, de 9 de maio de 1980 e dá outras providências (Dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.);

A Comissão de Justiça apresentou parecer pela rejeição ao projeto de lei nº 90/00, de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, que estabelece a obrigatoriedade da instalação prévia de sinalizador multifrequencial ou ciclo visual aos fotossensores em todas as rodovias e vias urbanas no Estado de Santa Catarina;

A Comissão de Justiça apresentou parecer pela inadmissibilidade ao Projeto de Resolução nº 03/00, de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, que revoga o art. 7 da Resolução DP nº 15, de 10 de maio de 1999, que dispõe sobre Grupo Apoio Parlamentar;

A Comissão de Justiça apresentou parecer pelo improvidamento do Recurso nº 02/99, de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, que encaminha recurso à decisão proferida em questão de ordem formulada na votação dos Projetos de Lei Complementar nºs 08 e 09/99, na sessão ordinária do dia 29 de junho de 1999.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, eu queria fazer algumas ponderações a respeito desta comunicação.

No ano passado nós votamos a regulamentação da mudança feita na Constituição no art. 170, que é uma lei complementar. Nesta votação eu fiz um destaque para que fosse votado, em separado, um dos artigos do corpo da lei. Este destaque feito, portanto, a votação em separado, não alcançou os 21 votos necessários à sua aprovação.

Apesar do meu recurso ao Sr. Presidente, o artigo foi considerado como aprovado, mesmo sem ter tido os 21 votos necessários para a sua votação. A partir da declaração da votação e da apreciação da votação final do projeto, fizemos um recurso, tendo em vista que no nosso entendimento não poderia ser considerado aprovado um artigo votado em separado, sem os 21 votos necessários regimentalmente e constitucionalmente a uma lei complementar.

Este recurso acabou indo para a Comissão de Justiça, que por unanimidade encaminhou o recurso à Procuradoria da Casa, que emitiu um parecer nos seguintes termos: dando razão ao meu recurso, ao meu questionamento, que realmente não poderia ter sido aprovado o artigo, porque o destaque tinha que ter a mesma quantia de votos do que o corpo da lei. Mas como a lei já tinha sido encaminhada ao Governador do Estado, já tinha sido até publicada no Diário Oficial, nada mais poderia ser feito no Poder Legislativo.

O parecer votado pela Comissão de Justiça, cujo Relator foi o Deputado Ivan Ranzolin, coloca que o recurso foi considerado prejudicado em virtude da perda do seu objeto, recomendando que seja o mesmo improvido, obedecendo o trâmite regimental. E no parecer da Procuradoria, o Procurador que assinou o parecer, que é o Sr. José Carlos da Silveira, Procurador designado, coloca que haveria a necessidade para a correção do erro, já que a lei tinha sido publicada, de que fosse implementada uma ação direta de inconstitucionalidade.

Acontece que eu solicitei no ano passado que a Casa, até por ter cometido um erro, por ter mandado para o Governador para sanção e publicação no Diário Oficial algo que não tinha sido aprovado pela Casa, providenciasse uma ação direta de inconstitucionalidade, porque eu não achava justo que esta Deputada, Parlamentar prejudicada na votação, ainda tivesse que custear uma ação direta de inconstitucionalidade.

Acontece que este pedido até agora não teve por parte da Mesa da Assembleia Legislativa qualquer tipo de encaminhamento. Então, a minha questão é a seguinte: está correto tudo o que foi feito, o arquivamento. Agora, a consequência não foi dada pela Mesa, a consequência solicitada, e até já pedi para a minha assessoria resgatar o ofício, porque é do ano passado, pedindo para que fosse impetrada a ação direta de inconstitucionalidade.

Então, eu gostaria, Presidente, que este tipo de situação pudesse ser resolvida aqui na Casa, porque a sensação que me dá - e eu quero registrar também que ontem tivemos que correr atrás do prejuízo por não ter sido feita a convocação e o convite na data correta para o Secretário da Fazenda e para o Presidente do Besc - é que nós, enquanto Parlamentar, somos submetidos a ficar monitorando se os serviços a serem efetivados pela burocracia da Casa estão sendo feitos ou não. Eu acho que este não é o papel do Parlamentar. O papel do Parlamentar é levantar as questões, fazer as gestões, encaminhar os pedidos, e a Casa tem que dar consequência ao que nós pedimos.

Então, veja bem, há um pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade de um erro que está confirmado pela Procuradoria da Casa, pela Procuradoria da Assembleia Legislativa, e até agora - já faz mais de seis meses -, nenhuma providência foi tomada. Ai eu sou obrigada, enquanto Parlamentar, a ficar monitorando se o pedido que fiz foi implementado ou não, com tudo ainda o que temos que realizar.

Então, gostaria, Sr. Presidente, de saber onde está encaixado o meu ofício, ademais, a minha assessoria vai me entregar, e eu já vou remeter a V.Exa., a cópia com a data, para que seja localizado e questionado o funcionário responsável, para saber por que não deu andamento, por que a Ação Direta de Inconstitucionalidade não foi resolvida.

Eu quero dizer ainda o seguinte, Sr. Presidente: esta questão que veio para o debate, que não foi dada a implementação, está diretamente ligada à questão da greve do Magistério. Por quê? O artigo que pedimos para votar em separado era nada mais nada menos do que a permissão para que os recursos do art. 170 fossem avindos, isto é, viessem dos recursos da Secretaria da Educação. Era aquela discussão que levantamos aqui de que não se pode resolver o problema dos alunos carentes do ensino superior em detrimento do ensino fundamental, ou seja, não se pode tirar recurso da Secretaria da Educação, não se pode tirar recurso do ensino fundamental para subsidiar as bolsas de estudo e o crédito educativo do ensino superior.

Portanto, é um assunto que está na Ordem do Dia, e a Casa errou, eis que não aprovou a permissão para usar do orçamento da Secretaria da Educação, dos 25% da Secretaria da Educação, que está sendo praticado pelo Governo do Estado, e a Casa não tomou as providências para corrigir o erro que cometeu.

Então, Sr. Presidente, peço desculpas por estar desabafando, mas foram duas situações esta semana em que nós precisamos servir de monitor da Casa, das atividades, da burocracia, do andamento da Casa. Quero dizer que enquanto Parlamentar eu não tenho mais capacidade física para ficar correndo atrás daquilo que solicitamos e que não é encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Presidência acolhe a questão de ordem levantada por V.Exa. e encaminha-la à para decisão da Mesa.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu vou encaminhar a V.Exa. a cópia do ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer pelo improvinimento do Recurso nº 03/99, de autoria do Sr. Deputado Paulo Bornhausen, que encaminha recurso contra a decisão da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa - Resolução DP nº 32/99 - CPI/Besc.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente do Jornal Tribuna Criciumense, cumprimentando todos os dirigentes e o corpo funcional pelo transcurso do 45º aniversário da Tribuna Criciumense.

A Presidência defere.

A Presidência solicita ao Sr. Segundo Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Estão presentes 15 Srs. Deputados. Consultamos se algum dos Srs. Deputados deixou de responder à chamada.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da CPI do Besc, solicito a V.Exa. que convoque para amanhã, às 10h, aquela Comissão, os membros daquela Comissão, para que o Relator tenha oportunidade de apresentar o seu relatório.

Embora tenhamos conversado um pouquinho com o Relator, há um conflito aqui de informações, mas eu, na qualidade de Presidente, por desengano de consciência, vou cumprir o prazo regimental, convocando a CPI para amanhã, às 9h, como já havíamos combinado, e solicito que V.Exa. os convoque, os oito membros daquela Comissão, para amanhã, às 9h, para que o Relator da matéria tenha oportunidade de apresentar o seu relatório, se assim o desejar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ficam, portanto, assim convocados os Srs. Deputados membros da CPI do Besc, para uma reunião, amanhã, às 9h.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu quero registrar a minha presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Registramos a presença do Deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente, pelo que temos conhecimento, e foi hoje apresentada a ata da reunião, na íntegra, as notas taquigráficas são a ata na íntegra. E pela ata, CPI está suspensa por 90 dias. Se está suspensa, não é possível ela se reunir, salvo nova deliberação em contrário.

Portanto, eu gostaria que V.Exa. desse esses esclarecimentos, uma vez que uma decisão do Plenário só poderia ser revogada por outra decisão do Plenário.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Na mesma linha de raciocínio, Sr. Presidente, V.Exa. não estava presente no momento quando eu fiz o meu pronunciamento, mas talvez tenha escutado, portanto, eu vou fazer a justificativa.

Houve um requerimento do Deputado Jaime Mantelli, está aqui nas mãos do Deputado Onofre Santo Agostini, para a prorrogação da CPI, a sustação da CPI do Besc até a publicação do balanço. Aliás, ontem, ainda, eu me lembrava somente deste requerimento e achava que era isso. Mas quando hoje fui lembrado para procurar a ata, e na ata não consta nada com relação a esta votação, fomos às notas taquigráficas que aqui estão e encontramos por que foram votados 90 dias.

O Deputado Heitor Sché, que é o Autor do pedido de CPI do Besc, disse entre outras questões: "e eu sou francamente favorável à prorrogação da CPI, mas também me preocupo em votar um requerimento que não fixa um prazo para que a CPI seja concluída. Se até o momento o Banco Central não encaminhará o balanço, e naturalmente não encaminhará nunca, nós, então, não vamos nunca, também, terminar a CPI. Por isso, sugiro a V.Exa. e à Comissão que o Plenário vote o requerimento mas com um prazo determinado, para que esta Casa não saia arranhada deste caso, mesmo porque eu fui o Autor do pedido da CPI e acho que ela deve ser concluída."

Depois, o Deputado Jaime Duarte vem e faz um pronunciamento e pede um adendo ao requerimento do Deputado Jaime Mantelli, e a Deputada Ideli Salvatti diz o seguinte:

(Passa a ler)

"A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI (intervindo) - Sr. Presidente, sou a co-autora. Retirei o meu nome em apoio."

Ela tinha um requerimento também. (Continua lendo)

"E estou solicitando à Presidência que inclua a proposta do Deputado Jaime Duarte, ou seja, de que a sustação do prazo seja por 90 dias."

Depois, V.Exa. colocando em votação.

"Desta forma, quando votar 'sim' estará votando favorável ao requerimento do Deputado Jaime Mantelli com adendo, com acórdão do Deputado Jaime Duarte, que pede a sustação dos trabalhos da CPI por 90 dias.

Quem votar 'não' estará votando contra o requerimento.

Temos 15 votos 'sim' e 11 votos 'não'.

Está aprovado o requerimento de autoria do Deputado Jaime Mantelli, que susta a tramitação dos trabalhos da CPI do Besc por 90 dias."

Então, o requerimento do Deputado Jaime Mantelli realmente pedia a sustação dos trabalhos da CPI até a publicação do balanço. Não foi aceito, porque não se queria ficar...

Eu até fiquei meio incomodado, porque eu queria que tivesse sido desta forma. E os Deputados da base governista também entenderam que deveria ter sido estabelecido um prazo, e foi votado desta forma, sendo estabelecido um prazo, porque se o balanço viesse no mês de julho, nós teríamos que ter terminado a CPI já no mês de junho.

Por isso nós precisamos de uma definição, e não podemos mais ficar aqui!

Eu entendo que a reunião de ontem da CPI não teve validade, porque ela foi suspensa, a não ser que a levantasse por decisão do Plenário. E o Plenário é superior à Comissão, à CPI. Nós não podemos ter reunião da CPI amanhã, porque ela foi suspensa. Ela só deverá estabelecer-se novamente a partir do dia 31 de maio ou 1º de junho, conforme a conta que se deva fazer.

Era esse o nosso encaminhamento, no sentido de que se tomasse uma decisão: se está valendo o que está aqui registrado nesta ata, através das notas taquigráficas integrais, ou não.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, nós estamos aqui tentando antecipar uma encrenca, porque se for retirado o requerimento que pede o adiamento, que vai ter, na minha avaliação, que decidir o impasse vai ser a Comissão, a CPI, e não o Plenário e V.Exa. Só será decidido por V.Exa., pela Mesa ou pelo Plenário se o requerimento pedindo o adiamento for votado. Caso contrário, quem vai ter que decidir será a CPI, não V.Exa.

Ocorreu um impasse, mas quero dizer aqui que ocorreu na boa fé, porque nós não tínhamos lembrança desse episódio constando na ata.

Veja V.Exa. que os dois requerimentos do Deputado Jaime Mantelli são claros, absolutamente claros, não deixam nenhuma dúvida, onde ele pede a interrupção da contagem do prazo até o Banco Central publicar o balanço. E isso consta aqui no requerimento aprovado em sessão do dia 01/03, assinado pelo Primeiro Secretário.

Eu vou recorrer mais ao requerimento da Deputada Ideli Salvatti: juntou-se na CPI e no requerimento do Deputado Jaime Mantelli. Apenso-se ao requerimento do referido Deputado porque um prejudicava o outro, pois eles têm o mesmo sentido. E a ilustre Deputada Ideli Salvatti pede a prorrogação de prazo da Comissão Parlamentar até a publicação do balanço.

Esta era a minha avaliação.

Todavia, entrou o requerimento na Comissão e este Deputado o encaminhou para o único órgão competente, o Plenário, para prorrogar os prazos. Não há outra saída para o Plenário. O art. 30, § 2º do Regimento Interno é claríssimo quando diz que só o Plenário pode prorrogar. Tanto é verdade que o Deputado Ronaldo Benedet, Relator, fez o requerimento. Todos os Deputados fizeram o requerimento. Se isso não fosse verdade, não haveria necessidade de fazer o requerimento.

Sinceramente, Deputado, sou muito bom de memória, mas não me recordo daquela votação, porque ela foi muito tumultuada. Eu fui recorrer à CPI, ao requerimento.

Eu, na qualidade de Presidente, estou convocando uma CPI amanhã, porque entendo que o prazo final de apresentar o relatório é amanhã, pois faltavam sete dias para que esse requerimento fosse votado para vencer o prazo. Se ele foi interrompido até a publicação do balanço e o balanço foi publicado no dia 7, eu sou obrigado a dar fim na CPI. Por isso que a questão é complicada.

Então, eu deixo essa indagação: se os requerimentos dos ilustres Deputados da CPI forem retirados da votação, não vai ser o Plenário que terá de decidir o impasse e sim a CPI. Agora, se o requerimento pedindo a prorrogação for mantido, e espero que seja, o Plenário é que terá que decidir.

Então, Sr. Presidente, a coisa está complicada. Por isso que os requerimentos verbais são problemas, Deputado. E eles dão problemas no Plenário porque o tempo passa, já se passaram 90 dias. E, como disse a V.Exa., eu tenho uma memória privilegiada. Tanto é verdade, Deputado Paulinho Bornhausen, que eu ainda sei, de 1949 para cá, a escalação de todos os times do Brasil, principalmente para o melhor. Agora, infelizmente, este fato eu não posso concordar, porque ocorreu em uma sessão tumultuada.

Mas se V.Exa., Deputado Paulinho Bornhausen, quiser que eu diga o do Flamengo, eu digo.

Se a Deputada Ideli Salvatti quiser que eu diga a escalação do Corinthians de 1949, eu digo.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Está comprovado pela medicina que a pessoa, conforme vai avançando na idade, tem maior capacidade de retomar, em termos de memória, os acontecidos bem antigos do que os mais recentes. Por isso que o Deputado Onofre Santo Agostini consegue lembrar a escalação dos times de 49, mas não consegue lembrar as votações de três meses atrás.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aproveitar a argumentação do referido Deputado para dizer que o Plenário deliberou e até alterou o teor do requerimento. Isto ficou registrado na ata taquigráfica da sessão e o que nós votamos. E o que V.Exa. declarou como vencedor na votação foi o requerimento propondo a sustação do prazo da CPI por 90 dias. E o grande tumulto, a grande encrenca era exatamente que alguns Parlamentares da base governista não queriam sustar o prazo da CPI por tempo indeterminado.

Então, a solicitação do Deputado Heitor Sché foi feita de público. Acatando a sugestão do Colega, eu retirei o meu requerimento que pedia a prorrogação. Apoiou o requerimento do Deputado Jaime Mantelli, com a proposta feita pelo Deputado Jaime Duarte, que era no sentido de sustar por 90 dias, publicado ou não o balanço, os trabalhos da CPI, ou seja, ela só retomaria suas atividades após 90 dias.

Portanto, a questão que o Deputado Onofre Santo Agostini está querendo introduzir agora aqui no debate não tem cabimento, ou seja, que seja mantido o requerimento para a prorrogação da CPI. Cabe ao Plenário deliberar. Se for retirado, fica para a CPI. Isto não vale porque o Plenário já deliberou a sustação por 90 dias.

O requerimento do Deputado Ronaldo Benedet de prorrogação só poderá ser apreciado depois de vencidos os 90 dias, e se ele entender que ainda há necessidade de prorrogação, ele vai submeter ao Plenário. Mas hoje não cabe decidir nem votar nada porque está em pleno vigor a deliberação soberana do Plenário de sustar por 90 dias os trabalhos da CPI.

E, para terminar, no espírito jocoso do Deputado Onofre Santo Agostini, eu quero dizer que ele, que não ficou durante toda a audiência pública da Comissão de Trabalho, não teve a oportunidade de apreciar o Dr. Victor Fontana iniciar sua exposição dizendo a seguinte frase: o Besc é uma encrenca. Está aí o caso. É uma encrenca.

A decisão está tomada, está clara, está registrada e quero dizer, Sr. Presidente, que a encrenca está de novo nas suas mãos. Espero que V.Exa. respeite a deliberação do Plenário.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, sou obrigado a obedecer o que está na CPI. Não tenho cópia da ata do Plenário. Tenho um requerimento aprovado pedindo a sustação até o prazo do balanço. Está escrito aqui com todas as letras: aprovado. Sou obrigado a obedecer este requerimento.

Vou reafirmar aqui, se o requerimento apresentado na CPI consta no Plenário, eu, na qualidade de Presidente, irei suspender a reunião da Comissão. Caso contrário, tenho que obedecer o que está aqui.

Não tenho cópia de ata, não tenho requerimento verbal de ninguém. Lá na CPI não consta ata nenhuma. Só consta isto aqui, Deputado: aprovado até a publicação do balanço. Tenho sete dias de prazo. Agora, o problema da ata e do requerimento verbal não constam na CPI. Não sou obrigado a ser adivinho. Tenho uma boa memória.

Sr. Presidente, a CPI não tem conhecimento de requerimento verbal. Eu não sei de requerimento verbal. A CPI não foi comunicada, Deputada Jaime Duarte, de nenhum requerimento verbal. O que vale para a CPI é este requerimento.

Não estou dizendo que é deslealdade dos Deputados Jaime Duarte e Ronaldo Benedet, mas a CPI está baseada neste requerimento e por isso estou convocando uma reunião para amanhã, às 9h.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Duarte, com certeza o grande responsável pelo acontecido.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente, a responsabilidade que eu assumi foi no sentido de ter apresentado uma proposta conciliatória às dificuldades de encaminhamento naquele momento. Esta responsabilidade eu assumo, e acho que contribui.

Embora não integrando a CPI, eu penso que o ideal para o Poder, para evitar o desgaste eventual de dizer que se vai esperar até o dia 31 de dezembro, pois ficaram suspensos os trabalhos, e na verdade foi isso que foi decidido aqui, era que a CPI, reunida, rediscutisse um calendário e depois trouxesse ao Plenário um requerimento de fixação de novos prazos. Eu acho que é isso que se quer.

Eu penso que, com todo o respeito, embora tenha havido uma decisão aqui, deve ser redefinido um novo calendário dentro de uma nova proposta de trabalho. Eu acho que seria de bom senso este Poder fazer.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu me recordo, Sr. Presidente, da votação naquele dia. Esse prazo dos 90 dias foi colocado apenas como um prazo-limite em função daquela preocupação. Isso consta, até, da preocupação do Banco Central demorar para publicar. Alguém chegou a levantar a hipótese de não ser publicado, e aí a CPI não teria fim. Em função disso e somente por isso foi estabelecido esse prazo-limite, esse prazo máximo, esse prazo de até 90 dias.

Evidentemente, como houve a publicação anteriormente a esse prazo estabelecido, nós temos a contagem daqueles dias que faltam para a conclusão dos trabalhos. Não fosse assim, não fosse esse o entendimento, Sr. Presidente, não poderíamos celebrar, praticar nenhum ato da CPI se houvesse uma sustação pura e simples da CPI por 90 dias. Nós somente, a partir de 31 de maio, com mais 8 dias, é que poderíamos praticar qualquer ato da CPI, porque, aí, sim, haveria uma sustação durante esse período.

Mas quero lembrar novamente que foi exatamente isso que foi votado. Foi estabelecido um prazo fatal, um prazo-limite de até 90 dias.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, o Deputado Herneus de Nadal coloca para mim e eu falo aqui no microfone: não sei por que tanta pressa, tanto medo que esta CPI fique mais 30 dias. Parece que o que preocupa a Bancada do Governo é que virão mais coisas, mais elementos.

Eu acho que não! Eu acho que quem não deve não teme. E eu acho que não devem temer porque se se fez essa federalização, esse processo todo tem que ter algum objetivo.

Quero colocar aqui uma frase memorável que o Deputado Onofre Santo Agostini sempre diz aqui: Plenário é Plenário. Se o Plenário discutir aqui, lá fora, nas Comissões, onde quer que seja, ele poderá fazer o requerimento que quiser! Plenário é Plenário! Se ele decidir fazer o requerimento, fazer torto, mudar de "a" para "b", de 10 para 20, não interessa, temos que respeitá-lo. E o que ele decide é apresentado *ipsis litteris*; o que diz a nossa memória viva desta Casa desde 1914 está representado aqui pelas notas taquigráficas, e quem quiser que vá consultar!

Nós não podemos duvidar do que está escrito nas nossas notas taquigráficas. Está escrito aqui, colocado e deixado bem claro o que foi decidido, embora tenha sido requerido de outra forma, mas foi alterado aqui no Plenário. E Plenário é Plenário! Ele tem que ser respeitado, pois é superior à CPI, à Mesa, ao Presidente, seja lá quem for. O Plenário é quem diz o que deve ser feito nesta Casa. E foi decidido e está escrito.

O Sr. Deputado Paulo Roberto Bornhausen - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Roberto Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULO ROBERTO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, eu vinha escutando atentamente as colocações dos Srs. Deputados a respeito da matéria e gostaria de fazer uma consideração, até porque não participei da votação, eu ainda estava em período de licença. Mas ficou claro, com a leitura das atas, com os requerimentos que foram apresentados e com os adendos de Plenário, que efetivamente o que houve por parte dos Srs. Deputados que fizeram o requerimento foi um cuidado e um zelo para que antes que fosse publicado o balanço do Banco não se pudesse concluir os trabalhos da CPI.

Portanto, este era o espírito do requerimento e aí houve esta discussão no Plenário, adendo a isso, adendo aquilo, mas na verdade o espírito do requerimento é este, ou seja, de fazer com que a CPI só voltasse a funcionar a partir do momento em que fosse publicado o balanço.

Ora, o que nós estamos vendo agora? Por uma questão de protelação ou mesmo de exposição do Poder Legislativo, vai-se procurar postergar uma nova decisão que o Plenário tem que é prorrogar ou não em cima de um requerimento que está na mesa, já protocolado para uma prorrogação por mais 60 ou 90 dias - não li o requerimento -, ou se voltar ao prazo da CPI, que está em andamento a partir da publicação do balanço, até porque não tem como justificar para a sociedade que nós vamos dar férias de 30 dias para a CPI, porque nós votamos um prazo de 90 dias em cima de assunto que era variável, e nem nós sabíamos quando ia ser publicado.

E se chegasse ao final dos 90 dias, o que aconteceria? E se não tivesse sido publicado? Então, eu acho que se agirmos com bom senso, Sr. Presidente - e aí faço um apelo aos Srs. Líderes de Oposição -, nós devemos retomar os trabalhos da CPI dentro do prazo regimental e apreciar o requerimento que está sendo colocado pela prorrogação. Este é o ajustamento, porque senão fica impedida a CPI de trabalhar até o dia 31 de maio.

Qual é a razão disto? Não estou entendendo? Deve ter uma razão e não foi explicado ainda porque nós precisamos fazer este impedimento. Nós temos que ter uma razão, uma justificativa também para a sociedade para saber o motivo por que vamos passar 30 dias sem o Relator poder reunir, apresentar o seu relatório, sem a Presidência poder convocar a reunião. Não faz sentido, Sr. Presidente.

Eu acho que há uma conjunção de fatores que fizeram com que esta ata terminasse sendo enxertada em Plenário, que, aliás, é uma falta de cuidado. E eu quero chamar a atenção, porque o Presidente da CPI não teve conhecimento da ata, do requerimento que foi agendado verbalmente, apenas recebeu aprovado aquele requerimento que foi submetido ao Plenário, da mesma forma que foi feito um requerimento de convocação, de autoria da Deputada Ideli Salvatti, ao Secretário da Fazenda, que recebeu em menos de 24 horas.

Então, fica aqui também uma crítica à parte burocrática da casa, com relação à passagem das informações, que não está funcionando bem.

Nós votamos 90 dias e no meu modesto modo de ver e de entender, o que vale é aquilo que é votado, não aquilo que é proposto, porque as proposições são alteradas através de emendas formais e verbais.

Nós votamos aqui uma proposta que recebeu uma emenda do Deputado Jaime Duarte, que contou com uma manifestação do Deputado Heitor Sché, onde, enfim, encontrou-se o entendimento e se votou pela proposta de 90 dias. Agora, também acho que não é produtivo ficarmos 30 dias paralisados com os trabalhos da CPI.

O que eu proponho é que encontremos um meio termo. O meio termo o que seria? Seria uma conversa entre os Líderes partidários para que pudéssemos encurtar este prazo de 90 dias, mas que não fosse retirada a condição da participação na CPI de alguns integrantes do Banco do Estado de Santa Catarina ou outras autoridades, cuja manifestação seja importante para a conclusão do relatório. Logicamente que diante do que está expresso aqui em ata, mediante aquilo que foi deliberado, o Relator da Comissão está dispensado da entrega do seu relatório na semana que vem.

Para mim isso é óbvio, pacífico e não enseja qualquer contestação. Não há qualquer contestação sobre isso, porque está aqui. É fruto da decisão do Plenário. O Plenário decidiu com clareza que 90 dias é o prazo do Deputado Jaime Duarte. Sobre isso não paira nenhuma dúvida. O Plenário votou por 90 dias, em que pese o requerimento trazer formalizado um outro prazo que foi alterado por propostas que também estão formalizadas, expressas dentro da ata da realização daquele trabalho.

Então, a proposta, objetivamente, é uma reunião dos Líderes, é a possibilidade de esclarecimentos adicionais e, dentro de alguns dias, a apresentação do relatório, encurtando este prazo de 90 dias.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Com todo o respeito que tenho ao eminente Líder, sempre Líder, Deputado Herneus de Nadal, quero dizer que assim como V.Exa. estranha a pressa, eu também posso dizer que estranho a demora.

Também estranho a demora em querer aumentar o prazo, porque recorde, Sr. Presidente, de mais um fato daquela sessão. Foi argumentado, naquele pedido de prorrogação, de sustação - não houve prorrogação, foi sustação de prazos -, que havia necessidade de se incluir o balanço no relatório da CPI. Somente por isso. Essa foi a grande argumentação utilizada. A fase de instrução estava concluída, a fase de depoimentos, faltaria apenas a inclusão do balanço nos documentos no relatório final da CPI.

O balanço está publicado, nós temos o prazo e eu invoco a V.Exa. que verifique a proposta intermediária que foi apresentada pelo Deputado Jaime Duarte, por sustar - foi colocada desta forma, como proposta intermediária - até a publicação do balanço, e se o entendimento for outro, que ela seja sustada por 90 dias, nós poderemos retomar os trabalhos após esse prazo de sustação, porque, do contrário, qualquer ato antes disso seria inválido.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Nós temos uma preocupação com relação às colocações do Deputado Joares Ponticelli. Se eles demoraram 16 meses, toda a equipe do Banco Central e do Besc... Nós vamos analisar dia 1º, dia 2, hoje é dia 3, amanhã será dia 4, e eu teria que analisar o meu relatório, para deixá-lo pronto, hoje, a fim de entregá-lo amanhã, às 9h.

Mas quem, humanamente, poderá analisá-lo? E eu desafio aqui o Deputado Joares Ponticelli. Se ele leu as 90 peças do balanço, eu aceito, e eu entrego o meu relatório agora! Mas é humanamente impossível uma pessoa - porque o Banco Central, a equipe do Besc, demorou 16 meses para fazer o balanço - analisar um balanço de 90 peças em apenas dois dias; é humanamente impossível entregar esse relatório, que já está em 250 páginas, até segunda-feira, até terça-feira.

Então, Sr. Presidente, é uma questão que nós temos que analisar, senão a sociedade não vai entender, Deputado Paulinho Bornhausen, e vai pensar que aqui se faz de conta que se analisa balanço, que aqui se faz de conta que se entende o Banco! Mas é humanamente impossível fazer uma análise do balanço, uma análise com seriedade, em apenas dois dias.

Por isso eu estou colocando isso e estamos aqui pedindo para que seja obedecida a decisão do Plenário, porque é a forma que temos de ter o prazo... Mas já que foi publicado o balanço, o Banco Central foi "bonzinho", a diretoria do Besc foi "boazinha" conosco e deu um prazo, agora, de 30 dias, nós poderemos estudar o balanço, retomar e terminar a CPI.

Então, por isso que eu coloco, Deputado Joares Ponticelli, que esses argumentos de tempo... Claro que temos pressa! Só que a pressa não quer dizer que nós vamos receber o balanço, fazer de conta que lemos o balanço e não vamos fazer uma análise mais profunda para colocar no relatório. É nesse sentido que eu gostaria de colocar.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Ronaldo Benedet, eu confesso a V.Exa. e aos demais Pares desta Casa que eu não sou da área contábil e, de fato, não tenho muita facilidade em entender, não só o balanço do Besc como qualquer outro balanço.

Mas assim como V.Exa. se assessorar, e, por sinal, é muito bem assessorado, buscando o apoio de profissionais, eu também tenho me comportado desta forma. E dependendo da matéria que estiver sobre a minha responsabilidade de análise, eu vou buscar o assessoramento, a orientação de profissionais que efetivamente conheçam a matéria. É assim que V.Exa. tem agido, e eu também não tenho agido de outra forma.

Agora, eu quero invocar, mais uma vez, Sr. Presidente, as palavras sábias do sempre Líder Deputado Herneus de Nadal, é assim que eu o considero, pois tenho um respeito muito grande por ele. Hoje de manhã, na audiência pública da Comissão de Serviços Públicos, ele foi muito feliz numa declaração, numa resposta que deu ao eminente Secretário Antônio Carlos Vieira.

A verdade é que todos nós já estamos com as convicções formadas. Nós temos prazo suficiente para buscarmos a análise, o assessoramento que bem entendermos, mas o próprio Deputado Herneus de Nadal declarou que não seria o Secretário Antônio Carlos Vieira ou o Presidente Victor Fontana que iriam convencê-lo.

Da mesma forma, eu também penso que não será neste Plenário que a Bancada de Oposição vai nos convencer ou vice-versa. Acho que cada um de nós, através do assessoramento profissional, já está com a sua convicção formada e nós precisamos, portanto, cumprir, Sr. Presidente, com o que está estabelecido, até porque tenho ouvido aqui, em muitos momentos, a cobrança do cumprimento ao que estabelece o nosso Regimento Interno. E nós precisamos cumprir, efetivamente, com aquilo que estabelece o Regimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Feitos todos os encaminhamentos, a Presidência invoca, primeiramente, o Deputado Jaime Duarte. Com certeza a sua solicitação de aparte à Presidência deixa bem clara a intenção do nobre Deputado.

Gostaria de ler a todos os Srs. Deputados, para que ficasse bem claro, a intenção do Deputado Jaime Duarte, que era de contribuir, naquele momento, com o requerimento do Deputado Jaime Mantelli e também com o requerimento da Deputada Ideli Salvatti, no sentido de que o prazo máximo de sustação da CPI fosse de 90 dias.

Se nesse prazo não houvesse a publicação do balanço, a CPI encerraria os seus trabalhos, com o material que teria colhido até aquela data. Quero deixar bem claro isto, porque interpretei desta forma, e vou ler o seu encaminhamento.

(Passa a ler)

"Sr. Presidente, gostaria de trazer uma preocupação quanto à credibilidade das CPIs instaladas neste Poder.

Eu integro uma CPI que averigua - e deveria averiguar - a contratação das agências de propaganda, e até agora não fui convocado para uma reunião sequer, a não ser aquela da instalação. Acho até um encaminhamento desleal com este Parlamentar e com os demais integrantes.

A minha preocupação, para entrar no assunto específico, é que mais uma vez seja denegrida a imagem deste Poder.

Neste sentido, gostaria de sugerir aos Deputados um prazo de três meses. E se depois deste prazo não fosse apresentado o balanço, que se conclua, então, pelos trabalhos que tivessem sido encaminhados até ali.

É uma proposta intermediária, para que possamos, no mínimo, chegar a uma conclusão, que todos nós buscamos aqui."

No nosso entendimento, Deputado Jaime Duarte, a sua intenção - e se não for dessa forma, gostaria até de ouvi-lo - é no sentido de que não fosse postergada, *ad eternum*, a possibilidade de se esperar pelo balanço que o Banco Central teria que publicar. V.Exa. contribuiu para que o prazo máximo de 90 dias fosse para a espera da publicação do balanço.

Quando colocamos em votação o requerimento do Deputado Jaime Mantelli, e aí com adendo, com o requerimento verbal do Deputado Jaime Duarte, nós fizemos o seguinte encaminhamento: quem votar "sim" estará votando favorável ao requerimento do Deputado Jaime Mantelli, com adendo, agora, do Deputado Jaime Duarte, que pede a sustação dos trabalhos da CPI por 90 dias. E quem votar "não" estará votando contra o requerimento.

Então, esta foi, sem dúvida, a intenção do Legislador, do nobre Deputado Jaime Duarte, a quem quer me socorrer neste momento, se foi esse o encaminhamento de V.Exa. Antes, porém, quero registrar a presença do Deputado João Rosa, que está retornando à nossa Casa, depois de uns dias de recuperação de saúde.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, se o senhor me permite, quero saudar o retorno do Deputado João Rosa, que por causa de um certo relatório ficou preocupado, V.Exa. sabe do que estou falando.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, lá na minha terra, quando uma pessoa estimada e amiga como o Deputado João Rosa volta recuperado de saúde, diria o meu caboclo: folgo em saber que o amigo se recuperou.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, da mesma forma, temos um grande prazer, sendo o Líder do PTB, de ter o Deputado João Rosa como um parceiro, um amigo e um petebista. Ele, sem dúvida nenhuma, é uma figura que faz falta aqui na Assembléia Legislativa. Eu disse há pouco que estávamos com saudade de V.Exa.

Seja bem-vindo à Casa Legislativa de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, também quero saudar o Deputado João Rosa, que retorna ao nosso convívio, e dizer que eu só estava, nos últimos dias, vendo o Deputado João Rosa pela televisão, no horário destinado ao Partido Trabalhista Brasileiro. E se eu não estivesse plenamente satisfeito no meu Partido, eu iria acabar me convencendo com o seu convite, que por sinal está muito bem formulado.

Seja bem-vindo.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Eu gostaria, em primeiro lugar, de conhecer o esforço na busca do bom senso. Eu acho que na vida o bom senso é fundamental, na dúvida tem que se pautar no bom senso.

Eu gostaria de dizer que reconheço o esforço de analisar o espírito do Legislador ou do proponente, porque eu acho que é um componente importante que analisa, que interpreta o Direito, de maneira geral. Embora eu esteja bastante apegado ao direito positivo.

Eu entendo que esta proposta foi feita porque o Deputado Heitor Sché sugeriu, insistiu para que não ficasse o Deter sem uma definição, sem um limite no tempo, uma vez que esse balanço poderia demorar muito.

Eu gostaria de insistir na tese de que a CPI buscasse um novo calendário. Pode ser de 10 dias, 20 dias. Isto, sim, é correto. Que se retomassem os trabalhos, independente do que foi aprovado, independente da letra morta da proposição.

Eu acho que a dinâmica exige que nós tenhamos um novo encaminhamento.

O Sr. Deputado João Rosa - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Rosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, eu não poderia deixar, neste momento, de dizer da minha alegria em ter recebido calorosos afagos e calorosas manifestações de carinho quando adentrei neste Plenário na tarde de hoje.

Quero agradecer, de coração, a V.Exa., Deputado Paulinho Bornhausen, ao Deputado Joares Ponticelli, ao meu companheiro Deputado Sandro Tarzan e ao Deputado Onofre Santo Agostini, que nos saudaram e nos receberam de forma tão amistosa e tão cordial.

Para os amigos queridos, eu quero informar que a minha saúde, graças a Deus, está muito bem. Foi apenas uma convergência de problemas que acabaram me levando a um stress passageiro depois de uma semana de alguns exames e repouso. Felizmente, os médicos disseram que eu estou no pleno gozo da minha saúde mental, física, e os meus conselheiros espirituais dizem que eu também estou bem espiritualmente. E aqueles que torciam, talvez, por um fato diferente, eu informo que não é desta vez ainda que vão se livrar do querido João Rosa para ter como amigo.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a questão colocada realmente é difícil e todos nós temos o compromisso, acima de tudo, em dar resultados aos encaminhamentos desta Casa, principalmente no que diz respeito às CPIs, tantas vezes desacreditadas, mas que é um instrumento democrático, um instrumento do Parlamento, que deve ter os seus encaminhamentos. Mas nós temos também a questão regimental que precisa ser obedecida.

Portanto, foi muito bem avocado pelos Srs. Deputados, e apenas uma decisão de maioria de Plenário pode alterar alguns encaminhamentos e até requerimentos.

Portanto, feitos os apelos de vários Srs. Deputados no sentido de que se busque uma alternativa para este momento, a Presidência sugere, para que não haja nem vencedores nem vencidos nesta etapa, que se busque junto às Lideranças, mais uma vez, o bom senso no sentido de que esta CPI possa demonstrar o seu trabalho, os resultados que foram apurados.

E não é por uma questão agora de final de trabalho que possamos ter todo um trabalho tão exaustivo feito pelos Deputados e também pela assessoria, ao longo dos 90 dias, prorrogados por mais 60 dias, que buscaram conhecer os dados e os fatos.

Então, Srs. Deputados, também acho que a CPI não pode parar por 30 dias, à espera de um encaminhamento. Não há justificativa para isto, já que o que todos nós queríamos era o balanço. Em cima disto, tem que se achar assinaturas viáveis. Se for necessário prorrogar por mais um período, que esta decisão seja tomada de forma que satisfaça ambos os encaminhamentos e que também não prejudique os encaminhamentos desta Casa, principalmente no que diz respeito ao Regimento Interno.

Portanto, Srs. Deputados, a Presidência tem que decidir e encaminha da seguinte forma: está valendo, neste momento, o prazo de oito dias para o relatório da Comissão, mas que neste prazo há espaço, de acordo com a Liderança e com a Presidência, no sentido de que se prorrogue por mais um tempo, se necessário for.

Então, está valendo o prazo de oito dias para a Comissão continuar os seus trabalhos e se a Comissão, através de requerimento, decidir pela necessidade de um prazo maior, ele poderá vir a Plenário e ser discutido por todos os Deputados.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, nosso prazo fatal é segunda-feira, dia 8. Ou nós resolvemos hoje, porque amanhã haverá reunião, e eu tenho que apresentar o relatório, não posso apresentá-lo no último dia, ou valerá o prazo que está estabelecido aqui na decisão do dia 1º de março, ou não teremos o que fazer. E aí não há como reunir a Assembléia, pois amanhã não teremos condições de discutir esta questão, e aí vai ficar uma situação insustentável. Esta é a realidade. Por isso toda esta polêmica no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Encontra-se com a Presidência um requerimento assinado pela maioria da Comissão, no sentido de buscar uma prorrogação de 45 dias.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Até que soubéssemos do conteúdo da reunião, era neste sentido. Há também uma articulação, um direito dos Deputados do Governo de obstruir para não haver votação em relação a este fato. Cada um arca com a sua consequência, mas é um direito, um artifício da Bancada do Governo.

Fomos estudar e encontramos esta posição. Nós até não tínhamos este entendimento. Está escrito aqui e teria que ser obedecido. Lembramos que o Deputado Jaime Duarte fez e está escrito no diário. Vai ficar prejudicado e amanhã vamos apresentar o relatório ou vamos tomar uma posição. Não apresentamos, resolvemos entrar na Justiça para prorrogar o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Nobre Deputado, o Presidente da CPI está solicitando uma reunião para amanhã, às 9h.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu mantenho a convocação.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - No nosso entendimento, a CPI estaria suspensa, e esta reunião de ontem e a de amanhã não seriam dadas como inexistentes, porque foi a decisão do Plenário, que é soberano. Então, seriam inócuos os nossos atos praticados.

Ainda estamos analisando a possibilidade de encontrarmos uma posição de irmos à Justiça para obtermos o prazo previsto, inclusive a decisão desta Casa.

Sr. Presidente, pedimos que fosse respeitado o que aqui foi decidido, para que não busquemos outras instâncias que não o Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado Ronaldo Benedet, em relação à sua colocação, eu acho que é democrática, é justa. O cidadão ou qualquer Parlamentar que se sentir prejudicado de qualquer decisão tem o direito de buscar a justiça. Não há problema nenhum. Mas a Presidência entende que a intenção do

Deputado Jaime Duarte foi no sentido de prorrogar pelo prazo máximo de 90 dias, até que se publicasse nesse prazo o balanço. Como o balanço foi publicado, a CPI deve retornar às suas atividades.

Há formas de conseguir um novo prazo, que é a prorrogação, que está já requerida, e que cabe apenas ao Plenário decidir desta forma.

A Presidência mantém a convocação do Deputado Onofre Santo Agostini para uma reunião no dia de amanhã, porque entende que realmente a CPI volta a ter prazos regimentais.

O Sr. Deputado Paulo Bornhausen - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Eu queria dizer a V.Exa. que escutei com bastante atenção o seu pronunciamento sobre a questão de ordem levantada, até porque fica muito claro pelas palavras de quem encaminhou a solução e, portanto, o que foi votado, por mais que o Deputado Jaime Duarte tenha até suscitado a questão das palavras mortas, mas elas não são mortas. Eu acho que quando o Presidente tem que responder a uma questão de ordem, é preciso pegar realmente todos os Anais da Casa, e isso foi feito com bastante exatidão.

V.Exa. encontrou exatamente nos Anais. E o que está pegando, na verdade, é uma questão de interpretação quando do encaminhamento da votação, pois V.Exa., não interpretando corretamente, até por uma pressa, por falar mais rápido, não colocou "até 90 dias", que era a intenção de quem encaminhou a proposta.

Então, o que V.Exa. está fazendo agora é exatamente a interpretação do encaminhamento, até porque V.Exa. não poderia agendar e nem tirar. Como Presidente da Casa, deveria passar e repassar ao Plenário aquilo que foi encaminhado pelo proponente da emenda.

Portanto, o gesto de V.Exa. é um gesto que recompõe, até mesmo, à defesa da Casa, para que possamos, então, ter sempre esta questão levantada quanto aos cumprimentos dos prazos em relação aquilo que foi deliberado e votado pelo Plenário.

Eu quero cumprir V.Exa. porque realmente é um gesto... Não é difícil, é uma questão de ordem complicada, mas V.Exa. fez a leitura das atas, e como era o Presidente, então, neste momento, pode saber interpretar, juntamente com o Deputado que propôs a alteração do requerimento, o que foi realmente votado naquele dia.

Portanto, eu acho que há, sim, prazo. Regimentalmente é possível pedir a prorrogação. Já há um requerimento e, portanto, esse requerimento poderá ser votado dentro do Regimento normal.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer referência a algumas questões.

Eu fiz um comentário durante uma das intervenções do Deputado Paulo Bornhausen, e ele pediu que eu não o interrompesse, mas eu vou fazer agora, de viva voz.

O principal motivo que fez com que fôssemos buscar como foi aprovado, em que termos foi aprovado a sustação dos prazos da CPI, é porque já estava de manhã deliberado que o Plenário ficaria vazio, como ficou.

Portanto, o requerimento de prorrogação passa a ser inócuo pela deliberação, pela posição deliberada da base governista de não dar *quorum*, de não ter a coragem sequer de mostrar a cara neste Plenário e vir aqui votar que é contra a continuidade das investigações, que não é a favor da continuidade dos trabalhos da CPI, que não quer permitir que aquilo que fizemos hoje de manhã na Comissão de Trabalhos e Serviços Públicos, que foi a convocação do Secretário da Fazenda e o convite ao Presidente do Besc, pudesse ter continuidade, para que o contador, arranjado às pressas, não possa ser convocado para vir aqui prestar depoimento.

É isso que está em discussão hoje! É isso que está colocado!

Então, quando V.Exa. interpreta a intenção do que foi votado, quando V.Exa. interpreta qual a disposição mental do Deputado Jaime Duarte, no sentido de propor um prazo para a sustação da CPI, eu tenho que vir a público aqui também explicitar por que não querem fazer cumprir aquilo que o Plenário já votou, por que querem apostar na falta de *quorum*, porque, claro, se não votarmos hoje a prorrogação, amanhã não será votada.

E a CPI, desta forma, estará automaticamente encerrada. Portanto, a pá de cal que os Governistas querem colocar sobre o processo de investigação estará consolidada. E nós não poderemos dar continuidade aquilo que toda Santa Catarina está clamando, porque depois que publicar o balanço com 43 páginas, que tem mais notas explicativas a respeito dos números - e quanto mais explicam, menos justificam o que foi feito - vai novamente se voltar contra este Poder, porque o Executivo faz, mas esta Casa vem convalidando tudo o que foi cometido contra o Besc. Convalidou quando votou a emenda constitucional, retirando do Estado o controle acionário sobre um requerimento de calamidade pública que não existia, sobre uma mentira de roubo que não existia e sobre uma ameaça de liquidação que não existia.

E agora, Sr. Presidente, estamos novamente sem poder dar continuidade às investigações, porque a Bancada governista não tem coragem de dar continuidade. E me admira muito, por exemplo, o Deputado Ivan Ranzolin, que encaminhou à Mesa uma solicitação para que o Banco Central venha prestar esclarecimentos, não esteja aqui para votar a prorrogação, para que a Assembléia dê continuidade aos seus trabalhos com relação à questão do Besc.

É isto que precisa ser colocado de forma clara, já que V.Exa. está interpretando a votação, pelas intenções de quem propôs o requerimento. E eu quero também deixar claro qual a intenção que está por trás disso ao não acatar a deliberação soberana deste Plenário e ao não dar *quorum*, para que possamos sequer debater a prorrogação da CPI. Isto é que tem que ficar explícito e registrado!

E quero dizer mais uma coisa, Deputado Gilmar Knaesel, é muito cômodo para V.Exa. dizer: recorram à Justiça! Infelizmente, não é a primeira, não é a segunda vez que este Plenário toma decisões antiregimentais, anticonstitucionais, e a Justiça declara como problema *interna corporis*.

Eu quero dizer que sou patrocinadora de ações que recorreram às decisões absurdas tomadas pelo Plenário, como foi na questão das Letras, como foi na questão da emenda constitucional. E o outro lado diz que não tem nada a ver, lava as mãos. Só que no caso das Letras, um ano depois da sessão que o Poder Judiciário não quis tomar posição, não quis dar liminar para suspender o que tinha sido votado, finalmente chegou à conclusão de que naquela sessão não poderia ter sido feita a votação das Letras, um ano depois que já tinha sido vendido, depois que o caldo já estava derramado.

E como eu tenho certeza absoluta de que no meio da ação que nós entramos, para anular a votação da tal calamidade pública que não existia, no mérito, o Poder Judiciário não vai poder deixar de dar razão. Só que aí o processo da federalização já vai estar completado, idêntico à questão das Letras.

Então, é muito cômodo, Sr. Presidente, lavar as mãos e dizer: Ah, já estão insatisfeitos, vão para lá. Vão para lá, porque não ganhamos a liminar, mesmo no final ganhando o mérito, porque no final ao ganhar o mérito, nada mais poderá ser feito, porque tudo já estará consumado.

Quero colocar, de forma muito clara, que a posição cômoda de Pôncio Pilatos tem preço político. E eu disse a V.Exa., sentado aí, que tem preço, sim, a Assembléia Legislativa permitir que a CPI termine desta forma. Quem sabe nem termine, Deputado Ronaldo Benedet, porque quero saber se depois do que aconteceu aqui hoje V.Exa. vai apresentar relatório, se nós vamos ser coniventes com essa indisposição da base governista de investigar aquilo que está por trás da situação do Besc.

Eu tenho entendimento de que este tipo de posição não fortalece o Poder Legislativo. V.Exa. fez um brilhante discurso de fortalecimento do Poder Legislativo na sessão de ontem, mas a sua posição ao dizer que se estão insatisfeitos, vão para o Judiciário, é a mesma coisa que dizer que aqui não vale nada, não vale o que se fala e nem o que está escrito no nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Sra. Deputada, respondendo a sua questão de ordem, eu quero dizer, primeiro, que não fui eu que sugeri a Justiça. Quem fez o encaminhamento foi o Deputado Ronaldo Benedet. Eu disse apenas que é um direito de qualquer Deputado, de qualquer cidadão que se sentir ferido no seu direito. Segundo Pôncio Pilatos, não é o meu estilo. Pode ser para outras pessoas ou até para quem lhe servir, mas não da Presidência.

Temos que decidir e só iremos decidir em cima do que está nos Autos, e está claro o que pretendia o Autor do requerimento, Deputado Jaime Duarte. Para V.Exa. e para todos que estavam naquela sessão, o referido Deputado quis contribuir com o requerimento na melhoria do requerimento do Deputado Jaime Mantelli, no sentido de que não houvesse uma espera *ad eternum* e que a CPI pudesse produzir os seus resultados finais.

A Presidência, em momento algum, tem participação na CPI. A CPI está sendo conduzida pelo Deputado Onofre Santo Agostini e tem como Relator o Deputado Ronaldo Benedet, que tiveram todas as possibilidades de trabalho. Tudo o que dependeu da Presidência da Assembléia foi dado de instrumento para que a CPI pudesse produzir os seus trabalhos, os seus resultados.

Então, jamais V.Exa. vai incutir à Presidência qualquer fato que possa vir a acontecer em relação à CPI. Todas as condições de trabalho foram dadas. Nós temos questões regimentais que por si só são obedecidas. Há ainda duas formas de conseguirmos levar adiante a CPI. Primeiro, a reunião de amanhã de manhã na Comissão, onde poderá haver novos encaminhamentos. Segundo, resta ainda o Plenário na terça-feira e amanhã à tarde, para que o requerimento de autoria do Deputado Ronaldo Benedet e de outros Deputados possa traduzir na ampliação dos prazos.

Então, não venha V.Exa. dizer que a Presidência está colocando pá de cal na CPI.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, em relação a este fato, realmente quem aventou a hipótese de procurar a Justiça fomos nós. Eu me coloco na situação de V.Exa. e digo que há uma deficiência do nosso Regimento, porque para aquele que julga, no caso V.Exa., é muito mais difícil quando deixa de ser de nossa vontade própria. E muito mais fácil estarmos vinculados a um Regimento Interno mais completo, que não nos dá possibilidade de sermos criticado na decisão. Está aqui no Regimento, e é o que eu tenho.

Preocupa-me muita esta questão da análise da intenção. Eu sou do direito vinculado ao direito alternativo. Não sou do direito positivo, que permite esta interpretação, o que é mais conveniente, enfim. Eu penso desta forma.

A Ordem desta Casa é de seguir o direito positivo e o que se define neste Plenário é a letra, o que está escrito nas decisões. Por isso ouso discordar da interpretação de V.Exa., embora respeite-o, pois é o nosso Presidente. Toda a construção dessa proposta foi no sentido de dar um prazo específico e não um ou outro.

Sr. Presidente, na minha convicção eu achava que era um ou outro, mas vendo o que aconteceu no depoimento do dia 1º de março do Deputado Heitor Sché de que a Bancada governista não tinha vontade de votar nada, sensibilizou-se com a proposta de ter uma data marcada. A data marcada era de 90 dias. Eu achava, até, que tinha sido alternativa à proposta que tinha sido votada. Ou a data do balanço ou 90 dias, não era vice e versa. Mas lendo a ata daquela reunião, da sessão daquele dia, estava claro, aberto, sem deixar nenhuma dúvida, que eram 90 dias. O objetivo de 90 dias era exatamente para que pudéssemos ter um tempo humanamente possível para analisar o balanço. Como vai ficar eu não sei, porque são 7 dias e hoje já não temos mais 7 dias, nós temos até amanhã, quinta-feira, sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira.

Eu vou ter que apresentar o meu relatório, para que se possa... Vai ficar incompleto, porque não deu para fazer uma avaliação, por exemplo, desse dito cidadão, o tal do Domingos de Andrade, que eu duvido que ele saiba o que está escrito, o que ele assinou. Não sabe! Ele não sabe o que está escrito!

Foi perguntado para ele (ainda estou estudando a legislação, os números não vi) se escreveu, se assinou. Ele assinou o balanço, mas não sabe o que é que está escrito. Se ele não sabe o que assinou, imagina nós que vamos ter que analisar às pressas!

Sr. Presidente, nós precisamos normatizar. Se essa decisão tivesse sido publicada numa resolução da Mesa, nós não estaríamos com essa discussão, aqui, agora. Nós tivemos que levar para Plenário e foi desdito o que foi decidido e o que está escrito nas notas taquigráficas, porque na ata não está escrito também o que foi decidido nesse dia. Porque se tem um departamento que funciona bem nesta Casa, com todos os louvores merecidos por nós, Deputados, é o setor de taquigrafia desta Casa, que funciona perfeitamente, tanto é que estava escrito *ipsis verbis* o que foi dito.

Nós precisamos saber como é que vamos decidir, como vai ser analisado o espírito da coisa, o que quer dizer o Legislador, o que quer dizer o Deputado, aqui, e o que foi decidido.

Então, vou começar a recorrer a tudo que aconteceu aqui e vou dizer: ah, o espírito não foi esse! Quero uma decisão, que não foi assim que foi decidido. Porque nós abrimos agora um precedente ao que está acontecendo aqui nesta Casa.

Vou dar mais um exemplo, Sr. Presidente! Qual é a posição, a punição ou a responsabilidade de um Deputado que é eleito para uma CPI, Presidente e Relator, que não faz um só dia uma reunião de uma CPI, que é o caso da CPI das Agências? Qual a atitude da Presidência desta Casa com relação à CPI das Agências, que não funcionou um só dia?

Quero deixar declarado aqui que não sou conivente com esse faz de conta. Vão acabar os 90 dias desta CPI e não vão escrever uma só linha, não vão fazer uma reunião, a não ser a primeira, pois foi negado o direito consuetudinário, escrito no Regimento Interno da Assembléia, da Câmara Baixa Federal, que é a Câmara dos Deputados, onde estão os livros de interpretação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que dizem que aquele que requer uma CPI será o Presidente ou o Relator, onde está escrito também que diz que uma CPI, havendo necessidade, no Supremo Tribunal Federal decidido, pode continuar e não precisa vincular-se ao prazo previsto no Regimento Interno.

Eu pergunto: quando é que nós vamos efetivamente aplicar o Regimento Interno desta Casa e fazer respeitar o que nós decidimos aqui? Ou então vamos fazer um Regimento Interno de 10 artigos e respeitar só esses 10.

É neste sentido, Sr. Presidente, a minha não resignação, defendendo, como sempre, o Parlamento catarinense. Eu quero que nós, Deputados, esta Casa, que está sendo conduzida muito bem por V.Exa., recebam o respeito da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu não vou mais discutir a decisão, porque decisão tem que ser cumprida. Agora, como catarinense, eu não posso me conformar com a agressão feita ao Poder Judiciário, pela minha querida ilustre Deputada Ideli Salvatti, que, naturalmente, deveu-se ao momento emocional. O Poder Judiciário de Santa Catarina é o melhor do Brasil! Agora, porque não atendeu aos interesses de ordem pessoal da Deputada, não pode ser agredido! Não podemos admitir esta agressão ao Poder Judiciário!

Eu quero dizer que democracia, Deputado Gilmar Knaesel, e lustre Deputada Ideli Salvatti, é a minoria se sujeitar à vontade da maioria. Isso é democracia! Eu aprendi assim!

Quem tem maioria manda, quem tem minoria se sujeita à vontade da maioria, isso é democracia.

Por via de consequência, a Justiça catarinense merece respeito, porque é um exemplo, vou repetir, é a melhor Justiça do Brasil. Portanto, não pode ser agredida da forma em que foi aqui, pela minha querida e prezada Deputada! Como eu disse, naturalmente que foi num ímpio da discordância deste Deputado e de outros. Mas tem um ditado popular lá da minha terra que diz assim, Deputado, muitos quando não podem surrar o cavalo, surram os arreios.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, nós estamos, desde o começo, como membro efetivo da CPI do Besc, e não concordamos, de maneira alguma, com o que falou a Deputada Ideli Salvatti em relação à Presidência desta Casa, pela condução da CPI do Besc. Mas eu me lembro que naquela oportunidade tivemos um encaminhamento de que, depois de publicado o balanço do Besc, a Comissão e a Relatoria teriam terminado naquele prazo em que foi determinado e preestabelecido.

Diante disso, fizemos uma reunião depois da publicação do balanço do Besc, e voltavam a ter que correr os prazos em foram preestabelecidos, decidido por todos membros da CPI. E lá foi levantado o art. 30 do Regimento Interno, em que o Relator faria um relato parcial, juntamente com um requerimento, reivindicando a prorrogação da CPI.

Por isso que eu não posso e não estou achando certo - podem me contestar - que hoje venham aqui e falem, em relação à Bancada de Governo, que não quer votar! O que eu sei, o que eu ouvi e o que eu lembro - graças a Deus a minha memória ainda continua boa - é que lá nós decidimos que, baseado no art. 30 do Regimento Interno, o Relator faria um relato parcial, e juntamente com esse relatório parcial um requerimento, e nesse requerimento faríamos uma votação no outro dia.

Foi isso que eu ouvi e é isso que eu queria que ficasse esclarecido. E mais uma vez quero dizer a V.Exa., à Presidência desta Casa, ao Presidente, especialmente, que foi sempre um grande parceiro, que foi elucidado tudo aquilo que é função da CPI do Besc.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, eu não queria mais usar o microfone, mais sou obrigado. Primeiro, para dizer que vou recuperar, através da taquigrafia, das atas taquigrafadas a última reunião que foi realizada pela CPI em dezembro de 1999, quando foi declarado pelo Relator que todo o trabalho de instrução e de depoimentos estava concluído, restando apenas a anexação do balanço. Esse argumento foi utilizado novamente quando foi requerida a sustação do prazo, uma vez que não havia mais condições de prorrogação. Foi esse o argumento utilizado naquele dia e nos dias que se antecederam.

Eu também preciso ver com a taquigrafia o que é necessário para recuperar aquelas sessões que antecederam àquela que efetivamente prorrogou ou sustou os prazos da CPI.

Para mim está muito claro qual é o interesse em prorrogar por mais 45 dias, qual é o interesse efetivo em manter esta CPI em atividade. Se foi dito, em várias oportunidades, que todo o trabalho estava concluído, faltando apenas a publicação do balanço, e assim mesmo não é o bastante, não é o suficiente, então, deve haver efetivamente outro objetivo para manter esta CPI.

Mas quero, Sr. Presidente, ser solidário a V.Exa. Não é a primeira vez que V.Exa. tem sido atacado, e no meu entendimento de forma injusta. Agora, V.Exa. foi chamado de Pôncio Pilatos por estar cumprindo o Regimento Interno.

Eu já ouvi V.Exa. ser chamado com termos um pouco mais pesados que Pôncio Pilatos, quando foi acusado de ter, enquanto Presidente da Casa, rasgado o Regimento Interno. Essas foram as acusações. Hoje, V.Exa. foi acusado por estar querendo garantir o cumprimento do Regimento Interno desta Casa.

Quero ser solidário a V.Exa., pois não merece a acusação que recebeu deste microfone.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - O nosso Regimento Interno estabelece que cabe à Presidência a decisão das questões de ordem suscitadas no Plenário. Portanto, o mesmo Regimento Interno não permite que seja contestada a questão de ordem na mesma sessão. Não quero contestar, só gostaria de fazer uma manifestação.

A minha manifestação é que ao ler o que está expresso no Diário da Assembléia, parece-me que é de uma clareza solar, que não resta qualquer dúvida que foi proposto neste Parlamento uma emenda ao requerimento do Deputado Jaime Mantelli, que aqui está assim expresso: quem votar "sim" (é o encaminhamento feito pelo Sr. Presidente) estará votando favorável ao requerimento do Deputado Jaime Mantelli, com adendo agora do Deputado Jaime Duarte, que pede a sustação dos trabalhos da CPI por 90 dias, e quem votar "não" estará votando contra o requerimento.

Tivemos um resultado de 15 votos a favor e 11 votos contra. E a proclamação do resultado foi nos seguintes termos: está aprovado o requerimento de autoria do Deputado Jaime Mantelli, que susta a tramitação dos trabalhos da CPI por 90 dias.

Sr. Presidente, o que eu consigo entender com referência a esta votação é isto que aqui está expresso, escrito. Não consigo fazer nenhum outro entendimento. Por isso eu lamento a decisão. Não contesto, mas lamento a decisão.

Nós, mais uma vez, deixamos de cumprir o que está escrito. Isso é lamentável, e digo isso com sinceridade e com sentimentos da profundidade da minha alma. Depois de 20 anos de atividade pública eu não consigo acreditar o não-cumprimento de normas, de Regimento, e sempre procuro

pautar pelo cumprimento daquilo que está acordado e escrito.

Então, eu não consigo me conformar com isso, por isso fiz uma proposta para que houvesse uma reunião de Líderes, a fim de que pudéssemos, quem sabe, encurtar esse prazo, porque deixar um prazo de 30 dias seria demasiado grande. Mas quero acreditar que essa decisão não contribui para que a Casa consiga da opinião pública de Santa Catarina mais credibilidade, que é o que todos nós queremos, e foi por isso que lutamos durante os nossos mandatos.

Não consigo assimilar decisões que venham ferir aquilo que está estabelecido, que está escrito.

Posso ser uma minoria, mas gostaria de exteriorizar, de manifestar este meu ponto de vista.

A CPI perde lá fora em qualidade pelo exíguo tempo que tem de analisar não só o balanço, que é uma peça muito complexa, mas também que haveria necessidade de, através de depoimentos pessoais e de acareações, obter mais esclarecimentos, a fim de que pudéssemos dar à sociedade as informações adequadas acerca da federalização do Besc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o Deputado Nelson

Goetten.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Nelson Goetten, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Desistimos, Sr. Presidente.

Com a desistência do Deputado Herneus de Nadal, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Desistimos, Sr. Presidente.

A Presidência lembra os Deputados do convite formulado pelo jornal, A Notícia, para um jantar de confraternização a ser realizado em São José.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando, outra, especial, para amanhã às 10h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 04 DE MAIO DE 2000

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

Às dez horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Jaime Duarte - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial. Esta Presidência esclarece que diversos Srs. Deputados se encontram na Comissão do Besc e na CPI do Narcotráfico, que estão reunidas. Por isso os

Deputados chegarão com atraso neste Plenário.

Convido o Sr. Deputado Neodi Saretta para conduzir à mesa o excelentíssimo Sr. Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Walmor Backes, que se encontra no gabinete da Presidência.

(O Sr. Coronel Walmor Backes é conduzido à mesa.)

Esta Presidência convida os senhores representantes de classes, o Sr. Vereador, para que tomem assento no Plenário, se assim desejarem. A presente sessão foi convocada atendendo requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na forma do art. 269 do Regimento Interno, para que esta Assembléia possa ouvir o Sr. Coronel Walmor Backes, excelentíssimo Comandante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, que oferecerá explicações sobre as ações ocorridas com manifestantes do Movimento Brasil e outros.

Srs. Deputados, o Coronel Walmor Backes é uma pessoa que tem bom relacionamento nesta Casa. Prestou muitos serviços ao Poder Legislativo durante longo anos. Foi meu assessor Militar quando fui Presidente da Assembléia, e tenho por ele uma grande admiração.

Procederei, nesta oportunidade, às normas que **serão observadas no decorrer desta sessão.**

A palavra será concedida ao Sr. Coronel Walmor Backes, Comandante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, para que usando a tribuna preste esclarecimentos, objeto da convocação, no prazo de 30 minutos.

A palavra será concedida aos representantes da Bancada do PT, na qualidade de autores do requerimento, por 15 minutos. A palavra será concedida aos Srs. Deputados que se inscreverem durante cinco minutos.

Esta Presidência, contrariando o que dispõe o Regimento Interno em acordo com as Lideranças e com o convidado, concederá a palavra à representante das entidades por três minutos e por acordo do representante da entidade, fará uso da palavra por nove minutos a Sra. Teresa Franzoni em nome do Comitê e outros da MBO.

(Passa a ler)

"Os Srs. Deputados que este subcrevem e com amparo no Regimento Interno requerem que seja convocada audiência pública no dia 2 de maio às 18h30min, com a presença do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Coronel Walmor Backes, a fim de prestar esclarecimentos sobre as ações ocorridas no dia 22 de abril com os manifestantes do Movimento Brasil Outros 500."

Esta Presidência concede a palavra ao excelentíssimo Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Walmor Backes, por 30 minutos, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. CORONEL WALMOR BACKES - Quero, neste momento, cumprimentar o excelentíssimo Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Heitor Sché, ao qual eu tive a oportunidade de servir quando Secretário de Segurança Pública no Detran e como seu Assessor Militar nesta Casa.

Quero estender os meus cumprimentos aos Srs. Deputados, às entidades de classe aqui representadas, aos Oficiais da Polícia Militar, à imprensa que neste momento dá cobertura a esta audiência pública.

Meus senhores e minhas senhoras, o roteiro das minhas palavras será de agradecimento sobre a aceitação da sociedade catarinense e de turistas que por aqui passam, que viram a formação e as ações da Polícia Militar no dia 22 de abril nas manifestações do Movimento Brasil Outros 500.

Eu gostaria de agradecer o convite desta Casa Legislativa, que representa desde o mais humilde catarinense até os mais bem abençoados, entre os quais se incluem os Policiais Militares, cuja Corporação completa amanhã, dia 5 de maio, 165 anos e comemora junto com o cidadão barriga-verde e com as pessoas que vêm ao nosso Estado uma vida de trabalho em busca da salvaguarda das diretrizes do Estado democrático e de direito.

Policial Militar é um juiz que tem que decidir em um segundo. Gostaria de deixar isso como reflexão. Ele não pode sair da rua para examinar qualquer legislação, para tomar uma decisão, mas num segundo ele tem que tomar a decisão em favor do cidadão e do direito de ir e vir das pessoas, e a sociedade não aceita que o policial erre.

Gostaria de citar algumas pesquisas, mostrando a aceitação das pessoas, do nativo catarinense e do turista que aqui vem desfrutar das nossas belezas, com referência à segurança pública de Santa Catarina da qual faz parte como missão da Polícia Militar, a proteção e o socorro.

Turista em Florianópolis: perfil de grau de satisfação, dados do Instituto Mapa: 71% dos turistas que vieram a Florianópolis deram notas 8, 9 e 10 à Segurança Pública, da qual faz parte com muita honra, integrada com a Polícia Civil, a nossa briosa Polícia Militar. Somando-se ainda mais o número de notas 7, teremos 83% de aceitação, de aprovação da Segurança Pública por parte dos turistas que aqui compareceram no Município de Florianópolis. Instituto Mapa, mês de fevereiro do ano 2000.

Divulgação da Santur: pesquisa de turistas em Santa Catarina, das cidades mais visitadas de Santa Catarina, citando aí Balneário Camboriú, Florianópolis, Itapema, Joinville, Blumenau. Aceitação da satisfação dos turistas que aqui vieram: 97% consideram aprovada a Segurança Pública de Santa Catarina.

Aqui desejo retornar, porque vejo a Polícia Militar integrada à Polícia Civil, e aqui defendo como Comandante a nossa instituição, Polícia Militar, sendo reconhecida por 97% dos turistas que aqui vêm.

A revista Exame, publicada no último dia 03, fala de paulistas, naturalmente aqueles que querem investir nas principais Capitais do Brasil, e cito aí Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis. E ela revela por que Florianópolis. Além de atraídos pela beleza das praias, eles descobriram outras vantagens: são mais baratas, mais limpas e mais seguras do que a maioria das praias brasileiras.

Como função social, quero deixar bem claro que o nosso papel social é da preservação da ordem pública, mantendo ou restaurando o estado de normalidade da convivência humana associada.

Portanto, o trabalho da PM é prevenir a ocorrência de atos anti-sociais que atinjam ou ameacem a integridade física ou patrimonial das pessoas. A PM está colocada no meio da sociedade com o dever de proteger o cidadão e o patrimônio físico das pessoas, seja do estado ou privada.

Função Segurança do Estado: naturalmente preservar a integridade do patrimônio público e dos poderes constituídos.

A PM, na evolução dos 165 anos que completará amanhã, tem voltado as suas ações para a salvaguarda das diretrizes e do estado democrático de direito, crente que toda a estrutura estatal deve ser voltada para o bem-estar social, para a busca de parâmetros de convivência em sociedade cada vez mais democráticos e orientada pelos princípios legais, porquanto eles, leis, normas, regulamentos, representam o código de boa convivência social.

A PM catarinense estará sempre ao lado daqueles que pleiteiam uma sociedade mais justa, fraterna e democrática. Entretanto, não deixará nunca de coibir aquelas condutas humanas que extrapolem aos limites estabelecidos por lei. Esta é a única maneira de garantir a integridade física e patrimonial daquelas pessoas que por opção ou imposição estão alheias ao processo reivindicatório.

Para garantir o bem-estar dessas pessoas, a PM usará, dentro dos parâmetros legais, a força necessária realmente para coibir injusta agressão. É um Juiz que tem que decidir no segundo. A sociedade não aceita que um policial erre - profissão de alto risco, que está postada para buscar a boa convivência entre as pessoas.

Gostaria de lembrar que a Polícia Militar é uma organização que presta serviços. Como tal realiza sua tarefa na presença dos seus clientes, ao contrário dos setores produtivos, nos quais a empresa faz o seu produto escondido dos clientes, e lá pode corrigir. E a PM está exposta, fazendo o seu produto, que é a prestação de serviços, na frente do cliente. Missão difícil! Missão difícil! De Alto risco! A reação naturalmente da Polícia Militar está diretamente vinculada à ação de manifestantes. Se a manifestação for violenta, a ação da polícia será pelo menos da mesma intensidade, e no sentido contrário, não, porquanto os homens e as mulheres que pertencem à corporação não são contratados pelo Estado para servir apenas para receber agressões físicas.

É bom repetir que a PM reage contra a forma, não contra o conteúdo das manifestações públicas. O conteúdo, o livre pensar do manifestante, a PM conduz, protege, orienta e tem feito isso em todo o Estado de Santa Catarina. Tem o objetivo, naturalmente, a PM, de garantir o estado de direito, agindo na direção da garantia da liberdade das pessoas e da salvaguarda da sua integridade física e patrimonial, atuando com os parâmetros mais modernos de cidadania, bem-estar social e qualidade de vida, agindo como organização comprometida com a satisfação das necessidades e desejos da população, tratando todos como clientes seus.

Claro que num universo de quase 14 mil homens e mulheres, haverá de ter alguns de demorem mais a absorver a nova forma de trabalho, praticando alguns atos em desalinho com a filosofia que propõe a própria instituição ao longo dos 165 anos de trabalho. Tenho certeza, conforme as pesquisas reconhecidas pela sociedade catarinense e por aqueles que aqui passam, que divulgam em outros Estados, em outros países, a boa prestação de serviços que a Polícia Militar de Santa Catarina tem feito ao longo da sua história.

Para conseguir isso, para fazer com que o nosso policial seja um juiz e que num momento de decisão possa cumprir com aquilo que deseja o catarinense, que é o acerto, estamos buscando desde 90 que o nosso policial tenha pelo menos o 2º grau. E é a única instituição que exige, dentro do Poder Executivo, dentro do Poder Legislativo e dentro do Poder Judiciário, duas pós-graduações *latu-sensu*, especialização em segurança pública e em administração em segurança pública, para chegar no último posto.

Então, gostaria de frisar, de repetir, que é a única instituição, dentro do Estado de Santa Catarina, dentro do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário que exige dos seus integrantes duas pós-graduações *latu-sensu* para chegar no último posto.

E quem oferece esta especialização? Universidades como a Unisul e a Univali. São universidades particulares, procurando dessa forma, além de forjar o policial como um técnico, como um verdadeiro técnico, desmistificar essa impressão militar voltada para a guerra.

Já, há dois anos conseguimos esse intento e buscamos através da verba do FAT, já no ano passado, 600 mil para treinamento dos nossos policiais em todos os campos, um deles, direitos humanos. Estamos fazendo isso em todo o Estado de Santa Catarina. Este ano encaminhamos projetos propondo recursos de dois milhões ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e ao SINE, para a preparação do trabalhador, porque consideramos que o nosso policial é um trabalhador, e podemos com orgulho até dizer que o policial é um trabalhador, porque sem ele eu tenho certeza de que nenhum cidadão consegue sair de casa para o seu trabalho e voltar para casa com segurança.

Por isso, estamos investindo na preparação do nosso policial militar, preparando, interagindo, buscando, através dessa sociedade, dialogar. E assim estamos fazendo hoje aqui na Assembléia Legislativa.

Com muita honra, como Comandante, estou aqui neste momento prestando o meu depoimento sobre nossas atividades com muita honra, porque fui convocado, fui convidado, e aqui estou para prestar esclarecimentos e receber desta Casa do Povo as críticas construtivas.

Quero falar como último ponto sobre as ações da PM no dia 22 de abril envolvendo manifestantes do Movimento Brasil Outros 500.

Gostaria de dizer que em todas as nossas ações, e naquela também, adotamos, desde que assumimos o comando, filmar e fotografar todas as nossas ações com um objetivo ou dois:

1º - Para verificar como atuou a Polícia Militar e quais erros nós cometemos. É um processo permanente de reavaliação da nossa ação que serve de documentação para julgar se uma ação foi ou teve qualquer indício de criminosa, fazendo parte de comprovação.

2º - Para nos defender, dois objetivos importantíssimos que no dia 22 não seriam diferentes. Agimos. Se houve acertos e erros foi instaurado um inquérito policial militar com requisição de filmagem da empresa e daquelas que foram acompanhadas pelos nossos policiais militares, para instruir o processo. E esse processo vai ser julgado pela Justiça.

A PM catarinense foi transparente ao longo de 165 anos, e não deixaria de sê-lo, punindo aqueles que buscaram meios para violar o estado de direito e protegendo como missão a integridade física e patrimonial do cidadão. Portanto, a nossa ação está sendo investigada, e a Justiça vai julgar. Gostaria de deixar claro que a Justiça vai julgar. Nós não escondemos nada e tomamos providências em tudo.

Gostaria de encerrar as minhas palavras e mais uma vez dizer que estamos aqui imensamente agradecidos pela convocação e à disposição para sermos questionados, orientados e advertidos, tendo a consciência de que estamos cumprindo o nosso papel, porque as pesquisas assim mostram, mas nenhum erro nosso será escondido da população catarinense. Por isso, instauramos um processo administrativo que será julgado pela Justiça - não pelo Comandante-Geral, mas pela Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes aqui, neste momento tão importante para a Organização Policial Militar, que completa amanhã 165 anos de serviços prestados à sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Solicito aos Srs. Deputados que se inscrevam para possivelmente usar da palavra, se assim o quiserem.

(Procede-se à inscrição dos Deputados.)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Walmor Backes, demais líderes, Vereadores, estudantes, professores, pessoas que acompanham a presente sessão especial, quero iniciar a minha fala dizendo que acredito na democracia apesar dos percalços que ela tem enfrentado. Acredito na democracia mesmo que muitos queiram usar alguns fatos para produzir mais retrocessos do que aqueles que estão vigentes em relação ao sistema democrático.

Acredito também no servidor público, Coronel Walmor Backes, e entre eles, obviamente, legitimamente incluo a Polícia Militar e todos os seus policiais, do menor ao maior comando.

Feita esta introdução, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer que as comemorações, e é preciso contextualizar os fatos, dos chamados 500 anos do Descobrimento do Brasil foram marcadas pelo equívoco, já de início, na denominação descobrimento.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ontem fiz um aparte ao pronunciamento do Deputado Ivan Ranzolin, e esta Casa, há cerca de um ano ou dois anos, também debatía a passagem do aniversário do Brasil. Mas debatía sob uma perspectiva de análise do problema, das alegrias e das tristezas desse período e de um debate profundo do que significava esse momento e não sob o ponto de vista da comemoração, de espalhar relógios por esse Brasil afora, ou sob o ponto de vista comercial de desperdício de dinheiro, de fazer uma nau de R\$4.000.000,00 que sequer conseguiu navegar.

Portanto, essa tal comemoração refletiu o momento atual que vive o Governo brasileiro. Dizia ainda um Deputado desta tribuna que é preciso fazer alguma coisa. Novamente se disse num aparte a esse Deputado que de fato as autoridades precisam fazer alguma coisa contra o desemprego. Ou nós já não nos indignamos mais porque milhares e milhões de pessoas estão sem emprego? Isso já não nos deixa indignados mais? Ou não nos indignamos porque dezenas e centenas de pessoas estão ali fora acampadas no estacionamento desta Assembléia Legislativa, enquanto nós, belos e formosos, aqui dentro desta Casa pronunciamos discursos?

Ou nós não nos indignamos mais com isso? Ou nós não nos indignamos mais com os professores que devem ensinar os nossos filhos e são remunerados de forma indigna? Ou nós fizemos coro, Sr. Presidente, com aquele jornalista, com todo o respeito aos jornalistas que têm prestado um grande trabalho à democracia, pois em todas as profissões há as exceções, que ao comentar uma mudança constitucional, Coronel Walmor Backes, que garantia a moradia como um direito de todos, zombou dessa alteração constitucional.

Será que não nos indigna o fato de termos pessoas sem moradia neste País, ou estamos tão impregnados pela ideologia neoliberal que não nos permite indignar vendo jovens, adolescentes, tendo o seu direito legítimo de manifestação sendo ferido, sendo reprimido?

Não temos mais indignação ou será que estamos condicionados, Deputado Milton Mendes de Oliveira, a uma ideologia que querem nos forçar a acreditar que é a melhor, quando sabemos que ela pode ser a melhor para alguns, mas que não é, deputado Jaime Duarte, V.Exa., que é Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, para a grande maioria da população brasileira?

A Constituição de 1988 buscou resgatar o País das trevas em que esteve mergulhado durante anos de Governos autoritários e devolver ao povo brasileiro os direitos da cidadania.

A vontade do Legislador Constituinte expressa as esperanças de todo o povo brasileiro, que estão consignadas já no preâmbulo da Constituição Federal nos seguintes termos:

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a Constituição da República Federativa do Brasil."

Este é o preâmbulo da Constituição Federal e é uma pena que não o tenhamos espalhado em frases em todas as praças deste País e em todas as ruas, para que, quem sabe, pelo menos parte das pessoas pudessem meditar sobre isso que está estabelecido no preâmbulo da nossa Constituição.

A Constituição garantiu que todos são iguais, garantiu o direito à inviolabilidade, o direito à vida, à liberdade, à segurança, à locomoção no território nacional e garantiu que todos podem reunir-se pacificamente, inclusive adolescentes, estudantes.

Será que agora, para manifestar nossa opinião, Deputado Vânio dos Santos, é preciso completar 21 anos de idade? Será que para manifestar nossa opinião é preciso esperar fazer 18 anos de idade? Será que precisamos parar o sujeito na rua e pedir que apresente sua certidão de nascimento para saber se ele pode se manifestar?

A mesma Constituição disse, ainda, que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. Enfim, uma série de dispositivos levam aqueles que querem a democracia a supor, a acreditar que isto é verdade, embora, às vezes, isto seja escondido, omitido.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por acreditarmos na democracia e neste princípio é que nos propusemos a subcrever um documento para termos aqui a presença do Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina.

Não queremos, Comandante, e não é esta a intenção deste Deputado e de ninguém aqui, fazer nenhuma execução, mas queremos, sim, fazer uma reflexão.

Eu começo a minha reflexão por duas manifestações na imprensa. A primeira do Governador, que num primeiro momento, corroborado por V.Exa., segundo a imprensa, colocou que não deveria nada ser investigado - quem sabe, apenas os manifestantes -, e a segunda, por uma manifestação de V.Exa., corroborada hoje, de que de fato pode ter havido excesso - manifestação que vi na imprensa - e que, portanto, deveria ser investigado.

Essa manifestação é importante, porque o mínimo que podemos exigir é que os fatos sejam apurados. Mas buscar certidões de nascimento para ver se o sujeito é de maior ou de menor? Se eram 100 ou 150 jovens? Se lá também tinha algum sindicalista? Se lá também havia alguns barbudos ou sem barba? Isso tudo quando havia uma manifestação em frente a um relógio, manifestação esta que procurava demonstrar que os 500 anos precisavam ter outro rumo.

Eu não quero ficar invocando imagens que já passaram na televisão. Eu apenas sei, Comandante, porque vi. E não viemos nesta sessão crucificar ou julgar alguém. Não estamos em processo de julgamento, mas estamos em processo de pedir, de requerer, de desejar que efetivamente se investigue, que efetivamente se evite abusos contra manifestações das pessoas; que possamos hoje, exatamente hoje, 4 de maio, ter muito cuidado porque vai haver mais manifestação na Capital, e a imprensa está trazendo que a passeata pretende reunir seis mil pessoas.

Concordo que a Polícia Militar também esteja preparada para dar assistência, para orientar, para, eventualmente, em algum caso necessário intervir. Mas preocupo-me um pouco quando já apresentam grandes aparatos - 400 homens normais mais 400, teremos 800 homens -: é cavalaria, é canil, etc. Se tudo isso for, Coronel, com a preocupação de alguma eventual situação, até podemos entender. Agora, se isso já é uma predisposição de reprimir violentamente, o que eu não acredito, então, nós temos que nos preocupar.

Coronel Backes, eu tenho grande estima pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina!

Agora, anteontem, no Paraná, com exageros ou sem exageros, uma família chorou a perda de um ente querido, aliás, nós todos. Isso também não nos indigna? Lá uma pessoa foi morta nos confrontos. Então, Sr. Comandante, essa preocupação eu também gostaria de deixar consignada.

Eu gostaria de parabenizar pela forma como os turistas foram tratados. Parabéns à Polícia Militar!

É bem verdade que temos que ir caminhando para todos serem bem tratados, como os turistas, que merecem. Aliás, em muitas situações também somos turistas. E, portanto, também merecemos esse tratamento.

Agora, Comandante, se me permite uma opinião, nesses encontros e nesses cursos tão importantes é preciso instruir, sim, para a segurança, para o patrimônio, especialmente os que vão comandar, e V.Exa. disse bem: a decisão tem que ser rápida, mas parte de um pressuposto de comando.

É preciso instruir e não digo que não está sendo feito, estou deixando isso como uma observação para os direitos das pessoas se manifestarem até contra as nossas opiniões, como se transportássemos isso para um jogo de futebol, no qual tocemos para um time, e outra torcida torce para outro, nas ideologias também existem isso, mas acima de tudo há os direitos de liberdade.

Portanto, ao estar percebendo que o meu tempo, Sr. Presidente, está se esgotando, quero aproveitar este último minuto para deixar um pedido e mais uma reflexão. O pedido é para a apuração efetiva dos excessos havidos contra os manifestantes, incluída neste pedido a idéia central de que sempre que houver uma manifestação possamos partir, primeiro, do pressuposto do direito à livre manifestação, para que depois possamos, ao tomar as ações, levar sempre esse pressuposto. E, finalmente, o desejo de que nós possamos não ver repetidos fatos violentos, porque não concordamos com isso.

Não quero, Deputado Reno Caramori, que fique argumentos para quem sabe em alguns anos, como vimos nesta semana, alguém ir à tribuna e dizer: mas o Governador de tal época bateu nos aposentados. E vem um aparte de outro que diz: mas o seu Governador bateu nos professores.

Não vamos ficar citando se bateu em aposentado ou em professor, e agora em adolescente; vamos eliminar isso, vamos construir a democracia que é frágil ainda, senão, estaremos dando argumento àqueles que defendem o totalitarismo ou o autoritarismo. Vamos construir, embora seja um caminho pedregoso, eu reconheço isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência quer justificar, através de ofício, a ausência da Sra. Deputada Ideli Salvatti, que informa que nesta mesma data teve que se deslocar para Rio do Sul, para discutir o tema de concessão de rodovias de Santa Catarina.

Inscrito para falar o Sr. Deputado Jaime Duarte, a quem concedo a palavra por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero saudar o Coronel Walmor Backes, Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, saudar os dirigentes partidários e líderes de movimentos sociais presentes nesta audiência pública.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, também como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, que realizamos uma audiência pública na semana passada, na qual discutimos a questão da violência às manifestações públicas no nosso Estado.

Fizemos um convite ao Comandante, que nos colocou a impossibilidade de aqui comparecer, mas que se colocou à disposição de vir em outra data, e creio que a sua vinda aqui já supre a necessidade eventual de ir à Comissão de Direitos Humanos.

Quero manifestar a preocupação quanto a este momento tenso que estamos vivendo hoje em nível de Brasil, porque está aí o Movimento dos Sem-Terra, das ocupações dos prédios públicos, aqui mesmo na Assembleia nós temos um exemplo concreto, a greve dos professores, a manifestação dos caminhoneiros, a paralisação dos servidores públicos federais, a indignação dos índios e outros setores da sociedade que estão insatisfeitos com o rumo da conjuntura sócio-econômica do nosso País.

Infelizmente, aumentam os excluídos, aumentam as desigualdades e aumentam as diferenças sociais deste País, e setores grandes da sociedade são empurrados para a miséria absoluta.

É claro que nesses momentos há um movimento maior ainda de resistência, de protesto e de indignação. E neste caso, Sr. Comandante, penso que temos que aumentar a capacidade de tolerância. Se nós não tivermos a capacidade de ser tolerantes, estaremos, primeiro, afrontando o regime democrático que a duras penas foi construído neste País.

A manifestação pública é uma coisa fundamental na democracia. É preciso que se abra este espaço, que sejamos tolerantes com essas manifestações. É importante que se abra o contraponto, que se entenda que a contradição faz parte da democracia, é claro, que sempre no campo das idéias, respeitando as instituições e o estado de direito.

Eu queria trazer aqui, Sr. Comandante, uma preocupação com referência à violência da criança e do adolescente em Santa Catarina. Segundo relatório do Centro das Promotorias da Infância de Santa Catarina, a violência contra a criança e o adolescente tem aumentado substancialmente nos últimos tempos. Diagnóstico que eu não tenho e acho que o senhor talvez pudesse fazer aqui uma avaliação.

Apenas para exemplificar, de 15 de março a 4 de abril deste ano, tivemos um caso de violência à criança e ao adolescente de Joinville, sete casos em Florianópolis e seis casos em Criciúma, segundo relatório do Centro de Promotorias da Infância de Santa Catarina.

Significa dizer que este é um dado concreto do aumento da violência hoje contra a criança e o adolescente, que, com certeza absoluta, não é a melhor forma de aplicar qualquer tipo de corretivo, de conduta, especialmente àqueles da manifestação, que acho que não cabe corretivo nenhum, ao contrário, temos que incentivar a participação política do jovem neste País.

Então, deixo aqui a minha preocupação como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, especialmente na questão da tolerância e do respeito às manifestações públicas.

Se a Polícia Militar, que reconheço aqui, se qualificou muito, que está muito melhor hoje qualificada para as suas ações, tanto em nível escolar quanto de formação, fundamentalmente tem que mudar um pouquinho a ideologia da segurança, nesta questão democrática que tem que ser o norte das nossas ações, seja PM, seja qualquer segmento da sociedade.

Final de contas, presenciamos há pouco tempo uma manifestação de parte da PM, insatisfeita também com a sua condição salarial. E é preciso que a sociedade seja solidária com isso, que é uma realidade, mas é preciso que a PM também se resuma nas suas ações e respeite substancialmente o direito de manifestação, o direito de ir e vir e aquilo que é mais essencial na democracia, que é a manifestação em praça pública.

Gostaria de passar uma cópia deste relatório para que V.Exa. tome as devidas providências, avalie e use subsídios para as ações da PM aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores representantes da sociedade catarinense, visitantes, queremos cumprimentar em especial os professores da nossa região de Lebon Régis, de Santa Cecília, de Caçador e de Fraiburgo, que vêm a esta Capital e que visitam esta Casa para uma reivindicação justa. Eles vêm pacificamente como educadores, por isso, eu os cumprimentamos.

Sr. Presidente, quero cumprimentar também o Coronel Backes, Comandante da Polícia Militar, e toda a sua corporação. Gostaria de cumprimentar a Polícia de Santa Catarina, desde o mais graduado até o mais humilde praça, pela grandeza que esta corporação representa nos cuidados com a nossa sociedade, na defesa do nosso cidadão.

Esta polícia, que tem uma formação espetacular, tem dado exemplo à Polícia, talvez, de todo o Brasil e até de outros países pelo seu comportamento, pela sua tolerância muitas vezes.

Não defendemos aqueles que mais afoitos, e às vezes acuados pela comunidade, momentaneamente não agem da maneira como deveria ser. Mas também é um ser humano que está lá com a mesma responsabilidade defendendo a coisa pública, mantendo a ordem.

Por isso, cumprimento a Polícia de Santa Catarina, como cumprimento também a nossa sociedade, quando pacificamente reivindica, quando educadamente se manifesta, porque a democracia não é anarquia.

Assistimos nesta Casa a um episódio triste na quinta-feira que aqui se comemorava os 500 anos deste nosso querido Brasil, que é formado por etnias diversas, que têm a responsabilidade de conduzir o ensino do nosso País.

Não nos interessa a cor, a raça, o credo, ou qual participação política na sociedade, o que nos interessa, sim, é que se mantenha a ordem para que este Brasil prossiga nessa caminhada do desenvolvimento, fazendo com que os nossos filhos tenham melhores dias, fazendo com que haja o respeito na nossa sociedade.

Amamos este nosso Brasil como cada pai ama seu filho, como cada filho ama seu pai, mas o respeito deve existir entre todos.

Por isso, venho a esta tribuna pacificamente cumprimentar todos que vieram para esta sessão especial, demonstrando cidadania, interesse pela democracia real.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra ao Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Srs. membros da Mesa, presentes nesta sessão especial, no último dia 17 de abril, nesta Casa, segunda-feira, realizou-se uma atividade especial sobre os últimos 500 anos de dominação e de resistência.

Naquela oportunidade foi possível trazer aqui uma síntese da violência contra os grupos indígenas, uma síntese da violência contra os grupos negros, das diferentes culturas, da violência contra os pobres, da violência contra os trabalhadores, da violência contra as mulheres nesses últimos 500 anos.

Não bastasse a violência que vai se institucionalizando com as contradições sociais, com a dominação social, com a domesticação das classes sociais nesses últimos 500 anos, uma instituição ligada ao Estado, que é a instituição militar, tem, com raras exceções, legitimado essas contradições sociais, tem reprimido a possibilidade da mudança dessas contradições sociais, tem cumprido a ordem do capital, mas não a ordem da vida, permitindo a construção de uma outra ordem social. Tem servido, historicamente, como instrumento legitimador, sacralizador do *status quo*.

Neste momento, quando a resistência social que vem desses últimos 500 anos coloca-se nas grandes celebrações e comemorações, nada mais simbólico da representação, não, nada mais do que real as repressões produzidas em Porto Seguro, as repressões produzidas aqui em Santa Catarina, as repressões produzidas em tantos espaços neste País.

Continua a violência. E quem assistiu ontem à manifestação do Secretário de Segurança no Paraná, pôde ver que ele só não deu um tiro no líder do Movimento Sem Terra porque estava diante da televisão, e poderia estar matando lá na frente, se não tivesse câmera de televisão, porque não só não se aceita democraticamente uma outra posição, como se reprime qualquer possibilidade da diferença.

Isso é um símbolo, não, é uma experiência histórica construída. É uma cultura que se construiu nas instituições, que precisa mudar. Não só é preciso democratizar a sociedade como é preciso democratizar as instituições e os comandantes dessas instituições, que precisam ter um papel estratégico de definição.

Querem mais violência? Querem institucionalizar a violência no País, nos Estados? Porque a Presidência da República tem construído textos teóricos dizendo que aos Estados cabe, agora, a repressão. E não é só em nível federal, mas aos Estados cabe reprimir os movimentos sociais, os trabalhadores.

Portanto, há uma definição política e institucional de aumento da violência, há uma definição política e institucional para que os comandantes continuem reprimindo aqueles que historicamente estão sendo violentados.

Portanto, este momento é não só questionar um ato isolado, mas a necessidade de denunciar a exigência histórica de mudança da cultura, de mudança de relação para construir de fato um Brasil em que as mulheres e os homens possam, a partir do esforço, do seu trabalho, do seu dia-a-dia, construir a democracia, a justiça e a liberdade.

A historiografia oficial poucas páginas dedicou as mulheres durante esse período. A historiografia oficial, que não foi ensinada nas escolas e nem pelos grandes meios de comunicação, deve muito as mulheres nesses quinhentos anos. Por isso, é importante dizer que nesses quinhentos anos, as mulheres indígenas foram bravas lutadoras contra a tentativa de escravização e de genocídio cometido contra o seu povo.

As mulheres negras foram gloriosas na luta contra a escravização, e os quilombos são o exemplo disso. Por isso, na data de hoje, há que se lembrar, sem dúvida nenhuma, a grande contribuição das mulheres que querem um Brasil de homens iguais nas suas diferenças, mas querem sobretudo a igualdade baseada na justiça social e na condição de todos sermos de fato cidadãos brasileiros.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Os oradores que estão ainda inscritos são: Vitor Silveira; Milton Manguilhote; professora Joaninha; Deputada Ideli Salvatti e Alexandre Farias.

Com a palavra o estudante Vitor Silveira, por até três minutos.

O SR. VITOR SILVEIRA - Boa tarde a todos. Nós estamos aqui representando a União Catarinense de Estudantes Secundaristas e pondo em cheque os quinhentos anos. De que? Que quinhentos anos é esse que a Rede Globo está comemorando? Nós temos que começar a pensar o que vamos fazer dia 22 aqui em Florianópolis!

Em Porto Seguro, só se fala em Fernando Henrique, e nós aqui com o Amin, com os Bornhausen! Nós temos que fazer uma avaliação, desse processo histórico que foi imposto. Exploração, genocídio de todo o povo brasileiro, como foram exploradas as mulheres, os índios e os negros. Índios. É complicado falar índio não é? Foram um povo. Gerações que aqui viveram e foram chamados de índios. Será que alguém tem direito de chamar índio de índio aqui?

A União Catarinense de Estudantes Secundaristas está aqui para constituir outros 500. Por em cheque a rede Globo, essa mídia que está aí exposta, essa mídia podre, essa mídia estragada que está aí hoje! Em repúdio a isso estamos aqui também para comemorar os outros 500 do Brasil. Outros 500 anos de vitória, de revoltas, de luta, de constituição do povo brasileiro, de constituição de história. Temos vários exemplos da produção da sociedade alternativa, pois é isso que a gente quer.

Temos o exemplo dos quilombos de palmares, do nosso mestre Zumbi, temos outras revoltas pelo Brasil a fora. Encerrando, eu queria uma salva de palmas para os movimentos que aqui estão: o Movimento Negro, o MST, as Tribos Indígenas que aqui estão, e todas outras entidades.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Sr. Milton Manguilhote, por até três minutos.

O SR. MILTON MANGUILHOTE - Eu queria parabenizar a Mesa, principalmente a todos os presentes aqui, e trazer uma mensagem do MUCAP, nesse momento em que se discute os 500 anos de Brasil até agora, e daquilo que a gente gostaria de construir daqui para a frente. É uma poesia dedicada a todos vocês, construída pelos companheiros do MUCAP.

O aprofundamento dela, vamos dizer assim, porque aqueles da direita dizem é que nós estamos num regime democrático; nós estamos num regime de construção da democracia e o que se vê no País é uma represa aos anseios da cidadania e da participação democrática do cidadão.

Construiu-se e houve uma abertura bastante grande no momento da elaboração da nossa Constituição cidadã de 1988. Em seguida, com idéias neoliberais, aqueles que foram livres no tempo da ditadura militar para extravasar os seus sentimentos de direita, conservadores e de repressão, voltaram com as unhas de fora para, agora com o projeto neoliberal, impor ordem a suposta bagunça.

Passou-se a criar uma grande repressão aos anseios da democracia e aos anseios democráticos da juventude, da sociedade civil em geral, daqueles que tem uma vocação democrática neste País.

Por isso não atribuo esse episódio que aconteceu no Brasil e aqui também em Florianópolis à Polícia Militar. Não tenho o condão de defendê-la, mas quando era estudante na velha faculdade de direito, e o Vereador do PT que está aqui se lembra, conhecemos muitos oficiais da Polícia Militar, e posso atestar que eles têm uma das melhores formações do Brasil e são disciplinados. Tenho certeza que a Polícia Militar de Santa Catarina atenderia tão bem a um Governo de esquerda como atende a um de direita.

É quem dá o comando! É o maestro! É aquele que dá ordem ideológica no comando de um Governo que faz com que um Comandante de uma operação se comporte de forma mais agressiva contra o cidadão comum, muitas vezes não respeitando aquele movimento porque a função policial é obedecer ao Comando. O soldado não decide se é para fazer ou não.

O Comandante recebe uma orientação ideológica: reprima este movimento porque é contra os nossos interesses!

É hora de Santa Catarina acordar para entender que não aceitamos a tolerância zero; que não aceitamos atitudes fascistas como foi a do carnaval, quando os cidadãos foram prensados contra um paredão, numa cena da Alemanha nazista.

Santa Catarina não pode aceitar o retrocesso só porque este governo já foi governo na ditadura militar. Não se pode permitir usar a Polícia Militar, que tem honra e um nome a zelar, para reprimir as ações democráticas e o exercício da cidadania.

Se houve excessos é necessário que políticos e governantes saibam entender os excessos de uma juventude que está reprimida e que quer extravasar os seus sentimentos democráticos em defesa de uma república, de um País e da construção de uma cidadania.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Srs. Deputados, nós avançamos inicialmente e pretendemos tornar esta sessão a mais democrática possível.

Por esse motivo, contrariando o Regimento Interno da Casa e não havendo mais Deputados inscritos, concederemos a palavra a senhora Teresa Franzoni, do Comitê Outros 500, para que use a tribuna por cinco minutos.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente, enquanto a pessoa que vai falar se dirige à tribuna, não poderia deixar de registrar esta sua atitude positiva de abrir os microfones para os representantes das entidades, muito embora isto regimentalmente teria algumas restrições. Isto é importante e vem ao encontro daquilo que nós falávamos do direito de manifestação.

Quero cumprimentar publicamente V.Exa. por esta atitude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Agradeço, Sr. Deputado.

Com a palavra a Sra. Tereza Franzoni.

A SRA. TEREZA FRANZONI - Bem, só tem sentido a nossa fala se o Coronel estiver presente. Então vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A senhora terá o tempo descontado. O Coronel foi obrigado a se ausentar e dentro de dois segundos ele estará aqui.

A SRA. TEREZA FRANZONI - Então aguardaremos.

Fomos informados que teríamos nove minutos para falar e estou vendo aqui na minha frente cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A senhora está tendo uma concessão e previamente foi anunciada a pauta dos trabalhos. Teriam três minutos cada orador. Como eles desistiram a seu favor, a senhora ficou com o tempo igual a dos Srs. Deputados.

Esta Presidência terá tolerância e V.S^a poderá usar a tribuna, e irei prorrogando o tempo de acordo com o que estabelece o Regimento Interno deste Poder para os Srs. Deputados e também para aqueles que autorizamos, por concessão, a fazer uso da tribuna.

A SRA. TEREZA FRANZONI - E haverá mais uma pessoa que terá também direito a fala pelas entidades aqui presentes, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Comunico que a senhora foi incluída aqui na pauta dos trabalhos como oradora inscrita, englobando todos os palestrantes.

Consulto o Deputado Pedro Uczai a respeito.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, havia a previsão de três entidades utilizarem três minutos cada uma. Se fosse uma única entidade utilizar o espaço, poderia usar nove minutos.

A proposta é que ela seja a oradora em nome das entidades, usando a palavra por nove minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra a Sra. Tereza Franzoni por nove minutos.

A SRA. TEREZA FRANZONI - Só esclarecendo, começo fazendo a fala e depois o Luiz conclui estes nove minutos. Trouxemos aqui para que o Plenário visse e também o Coronel uma fotografia que foi tirada no momento exato em que foi dado o primeiro tiro.

Não sei se dá para o Coronel ver daí. Esta fotografia é muito importante porque ela retrata exatamente o momento em que se desencadeou a ação da Polícia no uso das armas.

Por que foi dado o tiro? Esta é a pergunta e o motivo pelo qual está se debatendo. Por que foi dado este tiro? O que desencadeou o tiro. As versões são várias neste sentido. Trouxemos algumas declarações da imprensa e como este momento do fotógrafo foi muito feliz, no sentido de retratar exatamente o momento, pediria que prestassem atenção.

Naquele momento, percebiam, as pessoas estão passando. Não há confronto direto com a Polícia. A pessoa que leva o tiro, Jorge Silva, está passando. O Luiz podia ajudar a identificar o tiro. O policial está apontando a arma para o rosto dele de uma distância de menos de dois metros. As pessoas estão circulando na beira mar, a imprensa está filmando e os manifestantes estão ali. Além disso, um policial se assusta com o tiro que foi dado, porque está de certa forma na própria linha ou próximo do tiro.

Então, vejam, não é um momento, na forma como foi descrito. Um momento de tensão, um momento de iminência, um momento de confronto direto.

Essa foto está circulando e nós resolvemos projetar aqui porque nem todas as pessoas tem acesso a ela. Em relação às declarações na imprensa, vale a pena dizer. Saiu no jornal A Notícia de 24 de abril. "O Oficial responsável pela ação, Tenente Eduardo Gonçalves, disse no sábado que havia civis em risco de iminente agressão e, por isso, a ação pelo uso das escopetas." Depois: "A PM classificou como baderna o ato e justificou que os cinco tiros foram dados corretamente, na direção do público, segundo Cabral, porque houve agressão aos Policiais. A bala de borracha não mata." Isso é mentira porque em Brasília, na verdade, ela matou uma pessoa e aqui quase matou.

"A bala de borracha não mata. Ela só machuca e faz o cara recuar", explicou, acrescentando "que a munição é usada em direção às pernas do manifestante". Vejam a foto. Ela foi usada em direção ao rosto, a menos de dois metros de distância. Talvez aquele homem ferido no rosto estivesse deitado no chão; ainda não se sabe. Possivelmente, quando deu essa declaração, ele não via.

Essa declaração revela que há uma forma de uso desse tipo de equipamento, que é uma regulamentação e que a sociedade civil deveria ter acesso, porque esse tipo de regulamentação, além de todo o processo, de toda a violência, por si só, já caracteriza um excesso, um erro.

Então, é importante que se diga, se a declaração da Polícia e depois da própria jornalista do A Notícia, numa outra conversa com o policial, afirmam que a forma usual é o tiro para cima, para assustar primeiro os manifestantes e depois, se necessário, atirar contra a manifestação, isso também não foi obedecido.

Tem um policial lá atrás que está fazendo isso. Ele está atirando para cima enquanto o primeiro tiro é desferido diretamente no rosto de Jorge Silva, que sequer está olhando para o policial. Ele está passando! Ele é atingido do lado do rosto.

Então, em função disso, estamos querendo ressaltar algumas coisas que a imprensa já ressaltou e que nós também gostaríamos de frisar.

Além dessa cena, dessa imagem que chocou muitas pessoas, pela televisão e depois quando O Estado revelou essa fotografia, queríamos falar da questão da violência propriamente; do tiro na altura do rosto que resultou em perfuração facial e fraturas bastante graves.

Por outro lado, há intencionalidade de repressão na perseguição dos quatro manifestantes que foram presos. Eles não foram presos em flagrante. Não foram presos no local. Eles foram perseguidos, foram de ônibus para casa, e presos saltando do ônibus no seu bairro, muito distante da manifestação.

O Vereador Mauro Passos faz um descrição da prisão no jornal A Notícia do dia 24. "A prisão dos quatro rapazes por policiais à paisana numa viatura descaracterizada, deu-se quando desciam de um coletivo na Via Expressa já no Continente e durante a tarde. Os policiais seguiram o ônibus, colocaram os jovens deitados no chão com armas encostadas no pescoço e então os carregaram para o veículo. Esses mesmos rapazes estão sendo acusados..." Quer dizer, foram presos nessa situação, sem provas, sem identificação e eles estão sendo agora acusados. A Polícia inverte essa lógica. A Polícia disse: "Não! Os culpados são esses rapazes. Não à violência Policial."

Na Delegacia, eles sofreram o processo de tentativa de incriminação, já que não podiam ser incriminados com provas concretas sobre a questão da manifestação. Ainda tentaram incriminá-los por aliciamento de menores. Os advogados presentes viram isso e até denunciaram isso publicamente.

O Governo do Estado se recusou, apesar de todas essas evidências, de todas as fotos nos jornais e das imagens na televisão, de todas as denúncias que eram feitas, a apurar a responsabilidade da violência policial. Declarou isso várias vezes no jornal.

Houve uma inversão, de modo geral ameaçadora transformando as vítimas do ato em criminosos e bandidos, quando o próprio Governador e outras pessoas começaram a caracterizá-los como baderneiros e, mais do que isso, como criminosos, pois o Governador referiu-se a eles como bandidos encapuzados.

Além disso, a própria Polícia justifica a sua atuação por uma suposta ameaça ao patrimônio público. Não houve patrimônio público depredado, ainda que se tenha notícias do registro da ocorrência de danos numa viatura e isso os manifestantes, as fotos e as filmagens não mostram em momento algum, a não ser o chute num pneu de uma viatura, quando o rapaz foi preso na hora.

Então, justificam a sua ação em torno da defesa do patrimônio público, quando na verdade estiveram protegendo, sim, o relógio da Rede Globo, que aliás não sofreu qualquer dano, e alguns tapumes da Praça XV que também pertencem a uma empresa privada e não são propriamente patrimônio público.

Os cidadãos, estes sim, tiveram as suas vidas em risco, foram ameaçados, foram presos, foram feridos e compartilham agora, em conjunto com todos nós, de uma indignação e de um medo crescente por culpa da própria ação policial que devia protegê-los.

A gente diz o seguinte: poderia se acusar aquele rapaz que deu o tiro e dizer que foi um erro humano, foi aquele rapaz e pronto. Na verdade a gente sabe que não foi, ainda que aquele rapaz tenha responsabilidade. Todos nós temos responsabilidade sobre nossos atos. Aquela ação está dentro de um processo desencadeado pela Polícia que vem de longa data.

Então, não nos satisfaz agora pegar aquele rapaz, identificá-lo e prendê-lo, pois ele não tem toda a responsabilidade sobre esta ação. Tanto o Governo do Estado como a ação policial tem uma responsabilidade sim, e muito grande.

Neste sentido gostaríamos de frisar, como já foi dito: o Programa de Tolerância Zero é um programa que desencadeou uma ameaça

a toda população e isso resulta de um conjunto de denúncias nos jornais e no próprio registro policial em relação as pessoas aqui desta cidade, principalmente os sem-terra, os mendigos e os desempregados.

Esta ação da Polícia vem somando-se a outros atos, como a manifestação que houve contra a renovação da concessão das empresas de transporte coletivo, feita sem licitação na Câmara de Vereadores, que acabou por deixar gravemente ferido no olho e com perda de visão o Vereador Márcio de Souza.

Novamente na Câmara de Vereadores também houve a ação da Polícia que deixou feridos no protesto contra a elevação do IPTU e posteriormente na retirada dos artesãos da Praça XV, e depois na retirada dos comerciantes dos quiosques da Praça Fernando Machado.

Então, nós queremos caracterizar aqui que não há solução para isso que aconteceu ao simplesmente se pegar agora esse rapaz, fazer um inquérito interno na Polícia e botar toda a culpa nele. Queremos a apuração das responsabilidades num conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) (Faz soar a campanha) - A Presidência comunica que a senhora dispõe de um minuto para as considerações finais.

A SRA. TERESA FRANZONI - Não tem o porquê de achar um bode expiatório aqui. Além disso a gente tem um conjunto de reivindicações que estão sendo feitas em relação a apuração da violência policial, pelo fim da Tolerância Zero e uma série de outras coisas.

A nossa opinião sobre o uso da palavra por parte da sociedade civil nesta Casa é bastante crítica, os Deputados vão ter condições de se pronunciar, sim, sobre isso, vão ter condições de inquirir a Polícia se tiverem informação. Na verdade, é a sociedade civil hoje que está com essa informação na mão e que está tentando divulgar e socializar essa informação, mas infelizmente os espaços têm sido muito pequenos.

Pedimos que esta Casa avalie a sua

posição em relação a isto. Não consideramos suficiente a vinda do Coronel aqui, porque ele tem que responder, não só ele, como outras pessoas responsáveis, por esses atos. Se esta Casa se considera democrática, efetivamente tem que trazer todos os pontos de vista em relação a este fato.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência quer justificar, através de correspondência, a ausência do Sr. Deputado Jaime Mantelli, Presidente da Comissão Técnica de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis.

De acordo com o Regimento Interno, esta Presidência concede a palavra ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Walmor Backes.

O SR. CORONEL WALMOR BACKES - Quero encerrar minha participação agradecendo especialmente os Deputados que subscreveram o requerimento para que este Comando, em nome da Polícia Militar pudesse, nesta manhã, estar aqui presente.

Quero agradecer ao Sr. Vice-Presidente, aos Deputados aqui presentes, em especial a todos os convidados e representantes de classe que vieram se manifestar e dizer que serve como reflexo à Polícia Militar sobre as nossas ações. Reflexões permanentes para que possamos realmente fazer com que a sociedade catarinense tenha na Polícia Militar, esta Instituição que completa amanhã 165 anos, na maior credibilidade.

Muito obrigado, Sr. Deputados e participantes que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Presidência agradece a presença de todos os senhores convidados, agradece a presença do excelentíssimo Sr. Comandante da Polícia Militar, Coronel Walmor Backes, que por convocação desta Assembléia, prestou os esclarecimentos solicitados e dá por encerrada a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 04 DE MAIO DE 2000

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - Moacir Sopesla - Onofre Santo Agostini - Romildo Titon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "Ad Hoc", Deputado Onofre Santo Agostini, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito ao Sr. Secretário "Ad Hoc", Deputado Onofre Santo Agostini, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Onofre Santo Agostini) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

Projetos de lei:

- de autoria do senhor Deputado Francisco de Assis, que "dispõe sobre a proibição de implantação de Caixas Postais Comunitárias no âmbito do Estado de Santa Catarina, estabelece garantias à população do uso dos serviços postais e dá outras providências";

- de autoria do senhor Deputado Nelson Goetten, que "dispõe sobre aplicação de recursos de orientação pedagógica destinados à prevenção do uso de drogas e bebidas alcoólicas";

- de autoria do senhor Deputado Onofre Santo Agostini, que "declara de utilidade pública a Associação Comunitárias do Alagamar - Laguna";

- de autoria do senhor Deputado Heitor Sché, que "altera a Lei nº 9831, de 17 de fevereiro de 1995 e estabelece outras providências".

Ofícios nº:

1103/00 - do senhor Diretor Presidente do BADESC, encaminhando, para apreciação, a documentação do senhor Lothar Stein, eleito na 110ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Sociedade, para o cargo de Diretor do BADESC;

072/00 - do senhor Presidente da Câmara Municipal de Videira, encaminhando cópia da Moção nº 004/00, aprovada naquela Casa Legislativa.

Indicação:

- de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira, solicitando a solução do problema existente no fornecimento de água no Município de Araquari.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. Deputados, é visível a falta de *quorum*, e o art. 77 do Regimento Interno diz o seguinte:

(Passa a ler)

"A sessão da Assembléia Legislativa só poderá ser suspensa ou encerrada antes do prazo previsto para o término dos seus trabalhos no caso de:

(...)

III - presença de menos de um quinto de seus membros (...)."

Como é visível que não temos 1/5 dos Membros desta Casa, vamos encerrar a presente sessão convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 320/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - **AUTORIZAR** a aquisição de 40 (quarenta) *crucifixos em ferro maciço e detalhes em cristal*, para doação à autoridades quando em visita a esta Poder Legislativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução, correrão por conta da dotação orçamentária própria da Assembléia Legislativa, item 3132.00.21.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de maio do corrente ano.

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 321/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDUARDO CECCON**, matrícula nº 3258, do cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 0318, de 23/02/99, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 11/05/2000 (Deputada Odete de Jesus P. do Nascimento).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 322/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **FERNANDO ZANOLLI**, matrícula nº 3456, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 30/04/2000 (Deputado Valmir Comin).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 323/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **FRANCISCO ALVARO VERÍSSIMO**, matrícula nº 2313, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/2000 (Deputado Pedro Uczai).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 324/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOÃO LUCAS PEIXE**, matrícula nº 3393, do cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Moacir Sopelsa).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 325/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92,

NOMEAR, **JOÃO LUCAS PEIXE**, matrícula nº 3393, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Moacir Sopelsa).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 326/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MAURICIO GIRALDI**, matrícula nº 3483, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Pedro Uczai).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 327/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **MAURÍCIO GIRALDI**, matrícula nº 3483, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Pedro Uczai).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 328/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ALDO PAZINATO**, matrícula nº 3458, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Pedro Uczai).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 329/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **ALDO PAZINATO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Pedro Uczai).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 330/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ALVARO ANTÔNIO JOSÉ PILLE**, matrícula nº 3228, do cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 298, de 18/02/99, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de maio de 2000 (Deputado Moacir Sopelsa).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 331/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **BERNADETE D'AGOSTINI CORSO**, matrícula nº 3352, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 30/04/2000 (Deputado Paulo Bornhausen).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 332/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RODINEI MARIA KUHLER**, matrícula nº 3313, do cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/2000 (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 333/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **PAULA REGINA CHAGAS VIEIRA**, matrícula nº 3350, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 30/04/2000 (Deputado Paulo Bornhausen).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 334/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **ROBERTA LIZA FARAH**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa a partir de 03/05/2000 (Deputado Valmir Comin).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 335/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **NILO MACHADO FILHO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado João Henrique Blasi).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 336/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR **EMILIO GABRIEL DA SILVA**, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 337/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **LINO JOSÉ DAMIANI DESTRO**, matrícula nº 2957, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado João Henrique Blasi).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 338/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Resolução nº 1111, de 11/08/97, que colocou à disposição Prefeitura Municipal de Seara, a servidora **REJANE MARI PALUDO**, matrícula nº 1418, a partir de 02/05/2000.

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 339/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0436/2000,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a **FAUSTO BRASIL GONÇALVES**, matrícula nº 0513, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 26/03/95 e 25/03/2000.

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 340/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0479/2000,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a **MARLENE SACENTI**, matrícula nº 1803, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 01/02/94 e 31/01/99.

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 341/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ADI SILVA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0601, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06/04/2000.

RESOLUÇÃO Nº 342/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **NOELI TEREZINHA LIVI**, matrícula nº 0961, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 10/04/2000.

RESOLUÇÃO Nº 343/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ERIVALDO LENTZ**, matrícula nº 1938, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 11/04/2000.

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 344/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95,

NOMEAR **DOLI LORENZETTI**, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado Moacir Sopelsa).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 345/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **FELIPE SCHMIDT**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado João Henrique Blasi).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 346/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **KARINA RAQUEL DA ROCHA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado Pedro Uczai).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 347/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR **CARLOS HENRIQUE MACHADO**, matrícula nº 1429, para exercer a função de Chefe da Seção de Cadastro e Arquivo, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 08/05/2000 (Divisão de Recursos Materiais).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 348/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Resolução nº 0797, de 15/05/97, que colocou à disposição do Centro de Reabilitação Humana do Vale do Araranguá/SC, a servidora **MÁRCIA OTÍLIA SASSO**, matrícula nº 1573, a partir de 15/05/2000.

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 349/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **MÁRIO GEVAERD SOBRINHO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado João Henrique Blasi).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 350/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **AIRTON J. SCHMITZ**, matrícula nº 3268, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 12/05/2000 (Deputado Nelson Goetten).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 351/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NAZÁRIO CORREIA**, matrícula nº 3321, do cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 617, de 12/04/99, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 12/05/2000 (Deputado Nelson Goetten).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 352/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, **NAZÁRIO CORREIA**, matrícula nº 3321, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 12/05/2000 (Deputado Nelson Goetten).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 353/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, **AIRTON J. SCHMITZ**, matrícula nº 3268, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 12/05/2000 (Deputado Nelson Goetten).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 354/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **PEDRO OSMAR PRATTO**, matrícula nº 3375, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 16/05/2000 (Deputado Jorginho Mello).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 355/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CLOÉ APARECIDA MARTINS AMBROSI**, matrícula nº 2987, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-9, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Jorginho Mello).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 356/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **CLOÉ APARECIDA MARTINS AMBROSI**, matrícula nº 2987, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Jorginho Mello).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 357/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **BERNADETE MELO PRATTO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado Jorginho Mello).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 358/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ELDIMAR CLAUDIO JAGNOW**, matrícula nº 3365, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Paulo Roberto Bornhausen).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 359/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **ELDIMAR CLAUDIO JAGNOW**, matrícula nº 3365, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa a partir de 02/05/2000 (Deputado Paulo Roberto Bornhausen).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 360/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **BENITO BOTEGA**, matrícula nº 3299, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 361/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **VITOR CESAR PARIS**, matrícula nº 3404, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 362/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ALINE BUSSOLO**, matrícula nº 3403, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 363/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GRAZIELE MENDES DA SILVA**, matrícula nº 3400, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 364/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RICHARD ALEX WESSLER P. DA SILVA**, matrícula nº 3405, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 365/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **GRAZIELE MENDES DA SILVA**, matrícula nº 3400, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 366/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

Palácio Barriga-Verde, em 02/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 367/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **RICHARD ALEX WESSLER P. DA SILVA**, matrícula nº 3405, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/05/2000 (Deputado Joares Ponticelli).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 368/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **RAFAEL G. STADLER**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado Valmir Comin).
Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 369/2000

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015, de 10/05/99,

NOMEAR **FABIOLA HERCÍLIA DA FONSECA SILVA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa (Deputado Paulo Bornhausen).

Palácio Barriga-Verde, em 04/05/2000

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA COOPERATIVISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil, às nove e trinta horas, na sala de reuniões da Assembléia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência e Tecnologia, para deliberar sobre assuntos pertinentes à pauta ordinária da Comissão. Estavam presentes os Srs. Deputados: Moacir Sopelsa - Presidente; Milton Sander; Gelson Sorgato; Pedro Uczai e Nelson Goetten. Abertos os trabalhos, o senhor Presidente submeteu à apreciação e votação a ata da reunião ordinária anterior e da Audiência Pública sobre Política Pesqueira no Estado. Ambas foram aprovadas sem restrições. Na oportunidade, o Sr. Presidente fez um relato sobre a audiência pública realizada na semana passada, ressaltando a sua importância e as conclusões para os encaminhamentos procedentes. A seguir o Sr. Presidente apresentou duas moções encaminhadas pela Comissão: a primeira, solicitando aumento de recursos para a compra da safra de feijão e a segunda, fazendo apelo com vistas a inviabilização dos Mega-Projetos para o setor suinícola, as quais foram aprovadas e encaminhadas para a Mesa Diretora da Casa. Relatando o Projeto de Lei nº 0016.2/00, que concede isenção de imposto ao Imóvel da Linha Belvedere, em São Lourenço D'Oeste, o Deputado Milton Sander deu parecer favorável e após colocado em votação foi aprovado pelos membros da Comissão. O Projeto de Lei nº 0466.9/99, de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, sugerindo que o Município de Anchieta seja a capital do milho crioulo, ficou com o Presidente, Deputado Moacir Sopelsa, para examinar parecer. O projeto de Lei nº 0306.2/99, que institui o Selo Verde, ficou adiado para ser deliberado na próxima reunião pelo Deputado Gelson Sorgato. O Sr. Presidente consultou os Deputados sobre a possibilidade de representar a Comissão de Agricultura na abertura da Femi 2000, em Xanxerê, no dia 29 do corrente, às 19h, ficando deliberado que o Deputado Gelson Sorgato será o representante. Também comunicou o convite da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina para uma solenidade, no dia 28 do corrente, consultando quais os Deputados poderiam participar. Ficou deliberado que a Comissão fará uma correspondência cumprimentando aquela Organização, subscrita pelos Deputados da Comissão. Prosseguindo a reunião o Sr. Presidente colocou em discussão a Indicação IN. 0094/00, encaminhada à Comissão, de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, que solicita a substituição da comporta do Canal do Linguado, a qual, após apreciada, foi aprovada. Prosseguindo, foi levantada a situação do processo das vacas leiteiras, ficando o Deputado Milton Sander indicado para agendar uma audiência com o Procurador-Geral de Justiça para tratar deste assunto. Dando sequência, o Presidente apresentou o novo quadro das datas e horários para as sessões Plenárias. De vista disso, a Comissão de Agricultura deverá analisar a questão e definir novas datas para as suas reuniões. Foi registrada a entrada de um

requerimento, de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, solicitando a realização de uma audiência pública para discutir o Programa da Pequena Agroindústria Rural e Pesqueira, sugerindo a data de 25 de maio para a realização do evento. Foi lida a resposta do Pronaf sobre a questão da inadimplência dos agricultores de Abdon Batista, ficando deliberado o encaminhamento de cópia do parecer do Pronaf ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade. Encerrado os assuntos da pauta, o Sr. Presidente, Deputado Moacir Sopelsa, deixou a palavra livre aos Srs. Membros. O Deputado Gelson Sorgato levantou a sua preocupação com relação ao abandono da região norte e sugeriu a realização de uma audiência pública naquela região sobre as questões da agricultura. O Deputado Milton Sander prontificou-se a convidar o Sr. José Zeferino Pedroso, Vice-Presidente da Cooperativa Central, para fazer uma exposição sobre o projeto agropecuário a ser implantado na região norte. Sugeriu que a audiência pública fosse realizada após esse contato. Todos os membros concordaram. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o senhor Presidente Moacir Sopelsa encerrou a reunião e eu, Osmar Alcides da Conceição laurei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Florianópolis, vinte e sete de abril de dois mil.

Deputado MOACIR SOPELSA - PRESIDENTE

Deputado NELSON GOETTEN - MEMBRO

Deputado GELSON SORGATO - MEMBRO

Deputado PEDRO UCZAI - MEMBRO

Deputado MILTON SANDER - MEMBRO

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

As oito horas do décimo segundo dia do mês de abril de dois mil sob a presidência do deputado João Rosa e presentes os demais deputados membros: Antônio Ceron, Nelson Goetten, Valmir Comin, Reno Caramori, Rogério Mendonça e Onofre Agostini (substituindo o deputado Júlio Garcia) reuniu-se a comissão acima epigrafada. O presidente abre os trabalhos dando a palavra ao deputado Nelson Goetten para relatar o PL 003.0/00 que após explanado foi discutido e aprovado por unanimidade. O deputado Valmir Comin expõe os Projetos de Lei 018.8/00 e 004.3/00 que são aprovados por unanimidade. O PC 0023.7/00 de relatoria do deputado Júlio Garcia é solicitado em vistas ao deputado Rogério Mendonça. O presidente, após discutir com os membros, estabelece a data da reunião do Conselho do Orçamento Regionalizado no vigésimo sexto dia do corrente mês após a reunião Ordinária desta comissão na mesma data. Nada mais havendo a tratar o presidente encerra a presente reunião, onde para constar eu, Matheus Andreis Cadorin, laurei a presente Ata que após lida e considerada correta será assinada pelo presidente e demais membros presentes. Florianópolis, 27 de abril de 2000.

Deputado João Rosa - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Vice-Presidente

Deputado Júlio Garcia - Membro

Deputado Antônio Ceron - Membro

Deputado Valmir Comin - Membro

Deputado Nelson Goetten - Membro

Deputado Reno Caramori - Membro

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUNÇÃO REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às oito horas do décimo nono dia do mês de abril de dois mil sob a vice-presidência do Deputado Rogério Mendonça e presentes os demais deputados membros: Antônio Ceron, Júlio Garcia, Reno Caramori, Valmir Comin, Francisco de Assis e Gelson Sorgato substituindo o deputado Ivo Konell. Aberto os trabalhos o presidente apresenta o PL 048.9/00 de origem governamental de relatoria do deputado João Rosa e determina o retorno do referido projeto à Comissão de Justiça em função da emenda modificativa apresentada pelo Deputado Heitor Sché, a proposta é discutida e aprovada por unanimidade. PL 0045.0/00, relator deputado João Rosa é concedido em vistas ao deputado Rogério Mendonça. Registra-se a presença do ex-deputado Jair Silveira. PL0476.2/99, relator deputado João Rosa, discutido e aprovado por unanimidade. PL 056/00 de relatoria do deputado Francisco de Assis recebe emenda do relator, a emenda é discutida e rejeitada por maioria com voto favorável do deputado Francisco de Assis. Imediatamente o vice-presidente designa como novo relator do Projeto o deputado Antônio Ceron que apresenta seu relato que é discutido e aprovado por maioria com voto contrário do deputado Francisco de Assis. Deputado Francisco de Assis expõe então dois Projetos de Lei: 038.5/00 e 0466/99, que após serem discutidos foram aprovados por unanimidade. Deputado Júlio Garcia apresenta o PC 023.7/99 que é aprovado por unanimidade. TC 004/99 de relatoria do deputado Antônio Ceron é concedido em vistas ao deputado Rogério Mendonça. Deputado Rogério Mendonça relata suas vistas ao PL 001.5/00 também de relatoria do deputado Antônio Ceron, no seu relato o deputado Mendonça apresenta um substitutivo global procedente do deputado Herneus de Nadal que é derrubado, aprovando o relatório do deputado Antônio Ceron por maioria com voto contra do Deputado Gelson Sorgato. A Deputada Ideli Salvatti pede a palavra e expõe que seria necessária uma reunião conjunta das Comissões de Trabalho e Finanças para a apreciação do PL 003/99 sobre o subsídio alimentação dos servidores públicos. A reunião fica para ser marcada entre os secretários das respectivas comissões. O Deputado Rogério Mendonça encerra a reunião convidando a todos para a reunião do Orçamento Regionalizado que realizar-se-á no próximo dia vinte e seis de abril do corrente ano. Para constar, eu, Matheus Andreis Cadorin lavrei a presente Ata que após lida e considerada correta será assinada pelo presidente e demais membros presentes.

Florianópolis 20 de abril de 2000.

Deputado João Rosa - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Vice-Presidente

Deputado Francisco de Assis - Membro

Deputado Reno Caramori - Membro

Deputado Antônio Ceron - Membro

Deputado Júlio Garcia - Membro

Deputado Valmir Comin - Membro

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUNÇÃO REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às oito horas do terceiro dia do mês de maio de dois mil reuniu-se a Comissão acima epigrafada. Às oito horas e trinta e cinco minutos, o Presidente em exercício, Deputado Rogério Mendonça imediatamente encerrou a reunião por falta de quorum regimental registrando a presença dos Deputados membros: Francisco de Assis, Valmir Comin e Nelson Goetten que aguardaram durante os quinze minutos de tolerância como consta no Art. 57, inciso III, parágrafo 3º do Regimento Interno. Nada foi tratado na reunião onde para constar eu, Matheus Cadorin, lavrei a presente Ata que após lida e considerada correta será assinada pelo presidente e demais membros.

Florianópolis, 22 de março de 2000.

Deputado João Rosa - Presidente

Deputado Francisco de Assis - Membro

Deputado Valmir Comin - Membro

Deputado Nelson Goetten - Membro

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Harry Egon Krieger, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1339ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio do ano dois mil, às quatorze horas, sob a presidência do Procurador-Geral, Harry Egon Krieger, reuniu-se o colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1339ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Paulo Rocha Faria, Saulo Vieira, Sérgio Carriço de Oliveira, e os advogados designados Anselmo Klein, Maria Margarida B. Ramos e José Carlos da Silveira. Ausente o Procurador Michel Curi. Aprovada a ata da sessão anterior. Foram apreciados e votados: 1) da relatoria do Procurador Paulo Rocha Faria, os processos 527/00, de Rosélia Florencio e processo S/N - Consulta do Presidente da Assembléia Legislativa sobre "vale-alimentação para servidores inativos", sendo ambos pareceres aprovados por unanimidade, votando com restrições neste último, o Procurador Sérgio Carriço de Oliveira e dr. José Carlos da Silveira; 2) da relatoria do Procurador Saulo Vieira, aprovados pelo deferimento, os pareceres aos processos 164 e 546/00, de Zany Gonzaga e Maria Lúcia Marcelino Garcia, respectivamente; 3) da relatoria do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, igualmente aprovados os processos 544/00, de Evandro Gonçalves Pereira, 582/00, de Sérgio Ney Sant'Ana de Oliveira e 586/00, de Bernadete Coelho; 4) da relatoria do dr. Anselmo Klein, os processos 543/00, de Evandro Gonçalves Pereira, 607/00, de Wanda Maria Nunes, 629/00, de João Roberto Pio e 651/00, de Alberto Neves, pareceres aprovados; 5) da relatoria da dra. Maria Margarida B. Ramos, os processos 564/00, de Maurício Nascimento, 575/00, de Flávio Pittigliani Vieira e 609-610/00, ambos de Ciro Cordeiro Filho, aprovados por unanimidade, sendo o último pelo indeferimento; 6) da relatoria do dr. José Carlos da Silveira, o processo 528/00 de Rosélia Florencio, que teve aprovado o parecer, ficando o dr. Anselmo Klein, de ofertar por escrito, os termos da restrição oposta. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dez de maio, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores e advogados presentes. Sala das sessões, 3 de maio de 2000.

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

Faço Saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 48, inciso VII, da Constituição do Estado, e eu Deputado Gilmar Knaesel, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/00

Aprova ajustes SINIEF, Convênios ECF e Convênios.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA decreta:
Art. 1º Ficam aprovados os Ajustes SINIEF nºs 10 a 12/99, os Convênios ECF nºs 05 a 07/99 e os Convênios ICMS nº 82 a 97/99.
Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE,

Deputado Reno Caramori

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 049/2000

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2000

CONTRATADA: Intellecto Engenharia em Software Ltda.

OBJETO: Licença de uso de sistema, em caráter não exclusivo, para distribuir a programação de televisão da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, denominada TV ASSEMBLÉIA, através de frequência das operadoras de TV a cabo, no Estado de Santa Catarina. Os serviços compreendem a cessão de equipamentos, a operacionalização de equipamentos e acessórios, captação, edição, digitalização e disponibilização das imagens da TV Assembléia nos ambientes das operadoras de TV por Assinatura.

VALOR MENSAL: R\$ 35.183,33

ITEM ORÇAMENTÁRIO: 3132.00.03

PRAZO: 1º de abril à 31 de dezembro de 2000

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I da Lei 8.666/93

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Jorge Perito da Silva - Diretor Administrativo

Florianópolis, 03 de abril de 2000.

*** X X X ***

OFÍCIO

Comissão de Finanças e Tributação

Palácio Barriga-Verde

Florianópolis, 05 de abril de 2000

Ilmo. Sr.

Jorge Gonçalves da Silva
Coordenador das Comissões

Alesc

Senhor Coordenador,

Na condição de Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, informo V. Sa., que às 09:00 do dia 11 de abril (Terça-feira), esta Comissão de Finanças, realizará reunião extraordinária no Plenarinho da Assembléia.

Solicito ainda que, sejam tomadas providências para que se publique no Diário da Assembléia.

Atenciosamente,

Deputado João Rosa
Presidente da CFT

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 208/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **REJANE MARI PALUDO**, matrícula nº 1418, no Gabinete do Deputado Milton Sander.
Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 209/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **JOSÉ FILOMENO NETO**, matrícula nº 1166, no Gabinete do Deputado Júlio Garcia.
Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 210/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **OSNI PROENÇA PEREIRA**, matrícula nº 1846, no Gabinete da Liderança do PPB.
Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
Diretora

*** X X X ***

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 211/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **MARIA LÚCIA PINTO DA LUZ**, matrícula nº 1419, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 02 (dois) dias, a partir de 18/04/2000.

PORTARIA Nº 212/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **ADÉLIA FERRARI CARDOSO**, matrícula nº 2044, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 21/04/2000.

PORTARIA Nº 213/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **UNURI SILVÉRIO**, matrícula nº 0326, ocupante do cargo de Operador de Som, código PL/ATM-9-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 24/04/2000.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 214/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 1136, de 04/11/99,

ANTECIPAR férias, relativas ao exercício do ano 2000, do servidor **RICARDO ZANATTA GUIDI**, matrícula nº 3200, do mês de Julho para o mês de maio.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 215/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 1136, de 04/11/99,

ANTECIPAR férias, relativas ao exercício do ano 2000, da servidora **MARCIA GONZAGA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1101, do mês de Julho para a partir de 15/05/2000.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 216/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARIA DE FÁTIMA DA ROCHA**, matrícula nº 0578, na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviços Públicos.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 217/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **IWANA LÚCIA LENTZ GOMES**, matrícula nº 1437, na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviços Públicos.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 218/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **ESTELA MARIS ROSSINI**, matrícula nº 1510, na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviços Públicos.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 219/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SIOMARA GONÇALVES VEIDEIRA**, matrícula nº 1210, na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviços Públicos.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 220/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **HELOISA HELENA DA SILVA LAFUENTE**, matrícula nº 2034, no Gabinete da Deputada Ideli Salvatti.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 221/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **JORGE SALUM JUNIOR**, matrícula nº 1970, no Gabinete da Deputada Ideli Salvatti.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000

MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ

Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 222/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SILVIO NESTOR DE SOUZA**, matrícula nº 1411, no Gabinete da Deputada Ideli Salvatti. Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
 Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 223/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **ARNALDO NAZARIO PIRES**, matrícula nº 1918, no Gabinete do Deputado Heitor Sché. Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
 Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 224/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **CARLOS HENRIQUE MACHADO**, matrícula nº 1429, na Divisão de Recursos Materiais. Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
 Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 225/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **RITA DE CÁSSIA SILVA DE ANDRADE**, matrícula nº 1850, no Gabinete do Deputado Volnei Morastoni. Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
 Diretora

*** X X X ***

PORTARIA Nº 226/2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SAMIR MACHADO**, matrícula nº 2198, na Divisão de Taquigrafia. Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
 Diretora

*** X X X ***

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 227/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI**, matrícula nº 1842, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 25/04/2000.

PORTARIA Nº 228/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **CÉLIA NASCIMENTO BENTO**, matrícula nº 2140, ocupante do cargo de Agente de Portaria, código PL/ATA-5-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 26/04/2000.

PORTARIA Nº 229/2000 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 28/04/2000.

Palácio Barriga Verde, em 04/05/2000
MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ
 Diretora

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 007/00****REQUERIMENTO 219-00**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COLETA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - DEPUTADO GILMAR KNAESEL

A bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelos legisladores signatários, à luz do disposto no art. 123 da Resolução nº 70/99, que "Dispõe sobre o Regimento Interno", vem à elevada presença de V. Exa. expor e requerer o infra exarado: **OFÍCIOS N.ºs 0002. 4/00 e 0004.0/00, ambos em tramitação na ALESC.**

Of. 0002.4/00 - OBJETO - Encaminha decisão do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre o Contrato n.º 167/98, firmado entre o DER e a Concessionária do Sistema Rodoviário do Leste de Santa Catarina S/A - COLESC.

Of. 0004.0/00 - OBJETO: Encaminha decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre o Contrato n.º 166/98, firmado entre o DER e a Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí - ECOVALE.

Não obstante a existência de dois processos, que possuem o mesmo encaminhamento e objeto, elegemos para comentário o de n.º **0004.0/00**, considerações igualmente aplicáveis, "mutatis mutandis", ao processo de n.º **0002.4/00**. Outrossim, não consideramos aquele capeado como Sistema Norte por revestir-se de solução diversa, tendo perdido o seu objeto para apreciação por este Poder, uma vez que o respectivo Convênio foi denunciado pelo Governo do Estado.

Através de ofício, datado dia 04 de janeiro transato, o Tribunal de Contas do Estado comunica a esta Assembléia Legislativa sobre a sua decisão pela ilegalidade do Contrato n.º 166/98, firmado entre o DER e a Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí - ECOVALE.

Aquele órgão menciona como embasamento da remessa o art. 59, § 1º da Constituição do Estado, c/c o art. 85, § 2º da Lei Complementar n.º 31/90, que preconizam a competência do Poder Legislativo de sustar os atos contratuais julgados irregulares por aquela Egrégia Corte de Contas.

Instruindo o processo, consta o parecer da Diretoria de Controle da Administração Estadual do Tribunal de Contas do Estado, com a seguinte conclusão:

1. considerar **IRREGULAR** o Processo Licitatório decorrente do Edital de Concorrência n.º 001/98, e por consequência, o contrato n.º 166, que trata da Concessão do Sistema Rodoviário BR-470, face as irregularidades apontadas no presente relatório;
2. Comunicar à Assembléia Legislativa, para efeito de sustação da execução contratual nos termos do art.59, § 1º, da Constituição Estadual c/c art.85, § 2º da Lei Complementar n.º 31/90, a ilegalidade de que se reveste o Contrato n.º 166, de 18 de dezembro de 1998, firmado entre o DER e a Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí - ECOVALE.
3. Aplicar ao Sr. Oscar Alberto da Silva Gayer, ex-Diretor Geral do DER, multas previstas no art.77, inciso III, da Lei Complementar n.º 31/90 c/c art.239, inciso II do Regimento Interno.

Os vícios apontados no processo que resulta no ajuste cuja sustação nos foi alegada são:

1. Aferição de nota técnica por membro da Comissão sem a graduação requerida;
2. Não remessa das notas individualizadas, contrariando o item 62 do Edital e o artigo 41 da Lei n.º 8.666/93;
3. Não inclusão da determinação de ressarcimento dos custos do DER/SC, relativos às despesas vinculadas aos estudos, às investigações, aos levantamentos, aos projetos, às despesas e investimentos vinculados à concessão conforme determinam o art.

21 da Lei Federal n.º 8.987/95 (Lei das Concessões e Permissões dos Serviços Públicos) e o art. 8º da Lei Estadual n.º 9.163/93;

4. Possibilidade de subconcessão total ou parcial ou a transferência da concessão, contrariando o art. 26 da Lei Federal n.º 8.987/95 e o art.10, § 1º, da Lei Estadual n.º 9.163/93;
5. Falta de inclusão de serviços oferecidos pela empresa (remoção de vítimas) em desacordo com o que estabelece o art. 54, §1º da Lei n.º 8.666/93;
6. Não inclusão da forma como se fará a divulgação prevista na cláusula XV, item 5, do Contrato, conforme determina o inciso II do art. 23 da Lei n.º 8.987/95;
7. Não comprovação dos valores a serem cobrados nas diferentes praças de pedágio, conforme determina o art. 7º da Lei n.º 9.163/93;

8. Falta de cláusula, no contrato, que estabeleça o valor da tarifa que irá ser cobrada do usuário, conforme determina o art.

55, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, art. 23, inciso IV, da Lei n.º 8.987/95, e art. 23, inciso IV, da Lei n.º 9.161/93.

Em leitura ao voto do Conselheiro relator, duas restrições merecem destaque, ou seja, referente à determinação do valor mínimo da Tarifa Básica de Pedágio e à utilização de fatores subjetivos no julgamento das propostas de metodologia de execução.

Sem avaliações de ordem técnica, em preliminar, verificamos necessário serem reproduzidos dispositivos pertinentes à presente espécie, senão vejamos:

- Art. 49, da Lei Federal n.º 8.666/93:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no art. 59 desta Lei.

...” (grifos nosso)

- Art. 59 da Constituição do Estado:

“Art. 59. O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

...”

IX - Assinar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias aos exato cumprimento da Lei, se verificada a ilegalidade;

X - Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa;

...”

§1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembléia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

...”

- Art. 85 da Lei Complementar n.º 31/90:

“Art. 85. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal, na forma estabelecida em provimento próprio assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias no exato cumprimento da Lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem obedecidos.

...”

§ 2º No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, comunicará o fato à Assembléia Legislativa, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

...” (grifos nosso)

Finalizando as remissões legais, para ilustrar, adscrevemos que o art. 59 da Lei Licitatória estabelece que a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Tendo em vista os dispositivos acima evidenciados, entendemos pela necessidade de se verificar a abordagem da presente matéria por este Poder Legislativo com o imprescindível cuidado que a legislação exige, ou seja, nos termos do que preleciona o art. 49 da Lei das Licitações. É imperativo que, ao serem constatadas irregularidades no processo licitatório, cabe à autoridade responsável pelo certame decidir a respeito.

Assim, havendo ilegalidade no processo licitatório, se assim entender a autoridade responsável pelo seu lançamento, o contrato dele decorrente não possui efeitos jurídicos. Neste diapasão o § 2º do referido artigo explicita que é nulo também o contrato, quando caracterizada a inexistência de possibilidade de vingar o processo licitatório, por viciado. Deste referencial se extrai a possibilidade de anulação após a sua celebração, uma vez que é evidente a contaminação do pacto decorrente de procedimento considerado ilegal.

Em consonância com os princípios gerais do Direito e da nossa Lei Civil, tudo o que é nulo não gera direitos.

Há que se evidenciar o ensinamento do jurista Carlos Ari Sundfeld, na obra *“Licitação e Contrato Administrativo”*, senão vejamos:

“Questão importante é saber se a invalidação só pode ser operada por decisão judicial, como ocorre com os contratos privados, ou se é admissível também a invalidação por ato administrativo. O estatuto nada diz a respeito. A omissão, no entanto, é irrelevante. É sabido que a Administração Pública dispõe de poder para, sem recurso ao Judiciário e independentemente expressa outorga legal, invalidar seus atos ilegítimos. É o que reconhece a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Tal poder deriva, por um lado, do

dever de observância da legalidade e, por outro, da auto executoriedade das decisões administrativas. Com relação aos contratos administrativos, é certo também existirem a vinculação à legalidade e a auto executoriedade das decisões. Logo, no âmbito contratual estão presentes os pressupostos justificadores da competência administrativa para a invalidação, donde concluir-se por sua existência.”

Desta forma, a avaliação é do órgão deflagrador do procedimento licitatório. Não é faculdade, mas sim obrigação.

O fato de existir contrato não impossibilita a verificação da validade deste ou de outros atos, considerando-se também, na hipótese em comento, que a execução do objeto não iniciou, uma vez não ter sido formalizada a Ordem de Serviço.

Não conseguimos identificar qualquer procedimento ao alance do mandamento legal, mas somente a recomendação do Acórdão, a fls. 08, de se dar ciência da decisão ao DER/SC e à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras. A autoridade, assim, após notificada, deveria anular ou, em sentido oposto, endossar a execução do objeto, apesar do prévio conhecimento das restrições apontadas nas fases de instrução do processo junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Igualmente, não é possível constatar nos documentos integrantes dos autos a existência de documento que formalize intimação do dirigente daquela autarquia, noticiando-lhe sobre a decisão final da Corte de Contas, para que pudesse caracterizar a sua opinião.

Estas considerações, pois, trazem a conclusão de que é necessária, para regularidade processual, o respeito à autoridade competente, em primeira instância, para decretação ou não da nulidade do processo licitatório pelo Poder Executivo.

É indiscutível que é dever a decretação da nulidade ou sua sustentação, conforme a visualização da gestão administrativa ou do administrador público. Entretanto, ocorrendo omissão, apesar da irregularidade do procedimento ou do contrato, cabe à Assembléia Legislativa ou ao Tribunal de Contas intervir definitivamente no assunto.

Sobre outro vértice, há que se considerar não aconselhável a prática, frente aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório e da independência e harmonia dos Poderes, de constante interveniência ou ingerência compulsória de um Poder em outro, notadamente em casos que não se evidencia a abertura e a possibilidade de manifestação para esclarecimentos do interessado sobre o ato atacado, ou a própria formalização de defesa.

Considerando as atribuições também lançadas pela Constituição Federal aos Poderes, não podemos imaginar ao Poder Legislativo a prerrogativa de editar normas que venham a obstar os instrumentos normais de atuação do Poder Executivo, o qual possui por peculiaridade a chamada “linha de frente”. O Poder Executivo é o órgão que realiza as inúmeras atividades que lhe foram conferidas por Lei, é o executor. Tampouco, a este órgão executivo não é facultado, por exemplo, a fixação da estrutura organizacional do Poder Legislativo.

Não podemos absorver justiça na sustação de atos do Poder Executivo de forma desregrada, sem a obediência e respeito às suas prerrogativas, como também sem a atenção que lhe deva ser dispensada, pela ouvida.

Assim, frente aos ditames insculpidos no art. 49 da Lei das Licitações, bem como no art. 85, § 2º da Lei Complementar n.º 31/90, é premente a necessidade de análise preliminar da presente matéria pelo Poder Executivo, o qual deverá externar o seu posicionamento, sob pena de, posteriormente, ficar sujeito às penalidades decorrentes da omissão.

Destarte, urge a notificação e remessa das peças caracterizadoras da ilegalidade ao Poder Executivo, para adoção das medidas que o Senhor Governador entender sobre a matéria em evidência.

Finalmente, pela procedência jurídica e fática da presente arquição de preliminar, visando à completa observância da processualidade pertinente à matéria em tela, os subscritores peticionam o encaminhamento dos autos (Ofícios 002.4/00 e 004.0/00) para manifestação deliberatória do Chefe do Poder Executivo - Governador Esperidião Amin Helou Filho.

NESTES TERMOS

ESPERAM DEFERIMENTO

Florianópolis (SC), em 27 de abril de 2000

DEPUTADO RONALDO BENEDET - Líder da Bancada do PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO GELSON SORGATO

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

*** X X X ***